



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Instituto de Economia

VIABILIDADE DE INSERÇÃO DA MÃO-DE-OBRA RURAL
EM ATIVIDADES AGRÍCOLA E NÃO-AGRÍCOLAS:
O CASO DA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

Erika Osakabe

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Instituto de Economia da UNICAMP
para obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Econômico, Espaço e
Meio Ambiente – área de concentração:
Economia Agrícola e Agrária, sob a
orientação da Profa. Dra. Angela
Antonia Kageyama.

*Este exemplar corresponde ao original da
dissertação defendida por Erika Osakabe
em 21/08/2001 e orientada pela Profa.
Dra. Angela Antonia Kageyama.*

CPG, 21/08/2001

A handwritten signature in cursive script, reading "Angela Antonia Kageyama", written over a horizontal line.

Campinas, 2001

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

UNIDADE BC
Nº CHAMADA T/UNICAMP
Os1v
/ EX
Nº COMBO BCI 49801
Nº PROC 16-837/02
: DX
Nº REÇO R\$ 11,00
DATA 04/07/02
Nº CPD _____

ii

CM00169579-5

B ID 246439

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO INSTITUTO DE ECONOMIA**

Os1v Osakabe, Erika.
Viabilidade de inserção da mão-de-obra rural em atividades agrícolas e não-agrícolas : o caso da região de Ribeirão Preto / Erika Osakabe. -- Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador: Angela Antonia Kageyama.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia.

1. Mão-de-obra rural. 2. Cana-de-açúcar – Mecanização.
I. Kageyama, Angela A. (Angela Antonia). II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Agradecimentos

Agradeço inicialmente a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP por ter financiado este trabalho e ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP por ter concretizado meu desejo pessoal de realização deste estudo.

À professora Angela Antonia Kageyama que sempre disposta, orientou-me com profissionalismo e dedicação.

À professora Maria Christina Siqueira de Souza Campos pela amizade e pelos anos de acompanhamento do meu trabalho, sempre incentivando, motivando e me auxiliando a alçar vãos cada vez mais altos.

À professora Eugenia Troncoso Leone pelas críticas e sugestões que tanto enriqueceram esta pesquisa.

Aos representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Organizações não-Governamentais e assistentes sociais das prefeituras municipais da região que me receberam com boa vontade e disposição.

E, finalmente, aos trabalhadores e trabalhadoras rurais que mesmo após um dia exaustivo de trabalho não se negaram a dar seus depoimentos que tanto contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

SUMÁRIO

Introdução	1
Objetivos e Procedimentos Metodológicos	8
Visão Geral da Dissertação.....	9

I – MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO E INTERAÇÃO ENTRE O RURAL E O URBANO

- 1.1 Introdução	11
- 1.2 Modernização da Agricultura Brasileira.....	11
- 1.3 Modernização da Agricultura na Região de Ribeirão Preto	15
- 1.3.1 Bases Históricas	15
- 1.3.2 A Situação Atual da Agricultura na Microrregião de Ribeirão Preto.....	23
- 1.4 Interação entre o Rural e o Urbano	29

II – PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO DA MICRORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

- 2.1 Introdução.....	35
- 2.2 Perfil Sócio-Econômico da Microrregião de Ribeirão Preto	36
- 2.2.1 Características Urbanas	36
- 2.2.2 Características Rurais	46
- 2.3 Oferta de Trabalho Agrícola e não-Agrícola na Microrregião de Ribeirão Preto	54
- 2.3.1 Trabalho não-Agrícola	55
- 2.3.2 Trabalho Agrícola.....	63
- 2.4 Investimentos nos Municípios da Microrregião de Ribeirão Preto	64

III – AÇÕES INSTITUCIONAIS LOCAIS

- 3.1 Introdução	71
- 3.2 Programas Assistenciais	73
- 3.3 Avaliação das Ações Institucionais Locais.....	75
- 3.3.1 Prefeituras Municipais	75
- 3.3.2 Organizações não-Governamentais.....	80

- 3.3.3 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais	85
- 3.3.4 Trabalhadores Rurais	89
- 3.3.5 Empresários Agrícolas	94
- IV CONCLUSÃO	97
- BIBLIOGRAFIA	105
<hr/>	
- TABELAS	
Tabela 1. Perfil Atual da Agricultura na Microrregião de Ribeirão Preto	24
Tabela 1. Perfil Atual da Agricultura na Microrregião de Ribeirão Preto (continuação).....	25
Tabela 2. Usinas e Produção de Açúcar e Álcool na Microrregião de Ribeirão Preto.....	27
Tabela 3. Caracterização Sócio-Econômica da Microrregião de Ribeirão Preto	37
Tabela 4. Crescimento Demográfico da Microrregião de Ribeirão Preto	38
Tabela 5. Estimativa da População da Microrregião de Ribeirão Preto	40
Tabela 6. Caracterização Sócio-Econômica da Microrregião de Ribeirão Preto – Estrutura Empresarial.....	41
Tabela 7. Estrutura Empresarial da Microrregião de Ribeirão Preto	44
Tabela 8. Pessoal Ocupado na Microrregião de Ribeirão Preto	50
Tabela 9. Vagas Ofertadas pela SERT nos Municípios de Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Sertãozinho.....	56
Tabela 10. Total de Vagas por Ramo de Atividade – Ribeirão Preto	57
Tabela 11. Total de Vagas por Ramo de Atividade – Sertãozinho.....	60
Tabela 12. Total de Estabelecimentos dos Municípios da Microrregião de Ribeirão Preto.....	61
Tabela 11. Formação dos Distritos Industriais.....	66

GRÁFICOS

Gráfico 1. Desempenho do Setor da Construção Civil	32
Gráfico 2. Crescimento Demográfico da Microrregião de Ribeirão Preto.....	38
Gráfico 3. Estimativa da População da Microrregião de Ribeirão Preto	39
Gráfico 4. Estrutura Empresarial da Microrregião de Ribeirão Preto	44
Gráfico 5. Produção de Cana-de-Açúcar na Microrregião de Ribeirão Preto	48
Gráfico 6. Pessoal Ocupado na Microrregião de Ribeirão Preto	50
Gráfico 7. Vagas Ofertadas pela SERT nos Municípios de Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Sertãozinho.....	56
Gráfico 8. Total de Vagas por Ramo de Atividade – Ribeirão Preto	57
Gráfico 9. Total de Vagas por Ramo de Atividade – Sertãozinho.....	60
Gráfico 10. Total de Estabelecimentos dos Municípios da Microrregião de Ribeirão Preto.....	61
Gráfico 11. Crescimento dos Setores da Economia na Microrregião de Ribeirão Preto.....	62

- ANEXOS

- Roteiro de Questões para Entrevista com Representantes das Prefeituras Municipais	111
- Roteiro de Questões para Entrevista com Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cada Município.....	113
- Roteiro de Questões para Entrevista com Trabalhador Rural Desempregado.....	115
- Roteiro de Questões para Entrevista com Trabalhador Empregado.....	119
- Roteiro de Questões para Entrevistas com Responsáveis pelas Organizações não-Governamentais.....	123

Dedicatória

À meu marido, Ricardo e

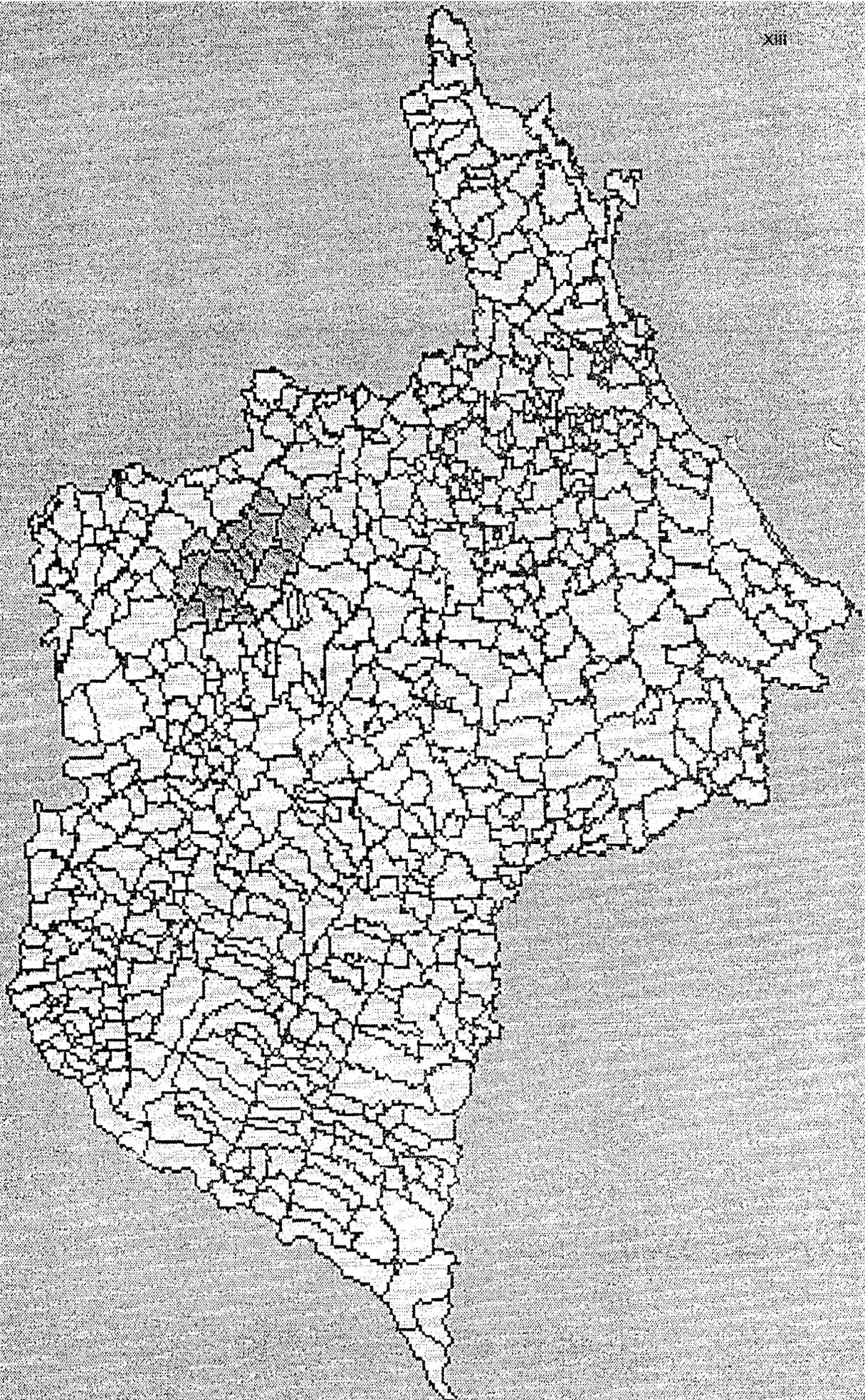
À minha mãe Filomena.

Pelos dias, meses e anos que me incentivaram e
compreenderam com tolerância e paciência minha
ausência ...

Resumo

A região de Ribeirão Preto é conhecida como a principal produtora de açúcar e álcool do Estado de São Paulo, fato este que vem impulsionando a economia dos municípios que compõem a microrregião. Por muitos anos houve grande demanda de mão-de-obra para a colheita do produto, mas com a aceleração do processo de modernização das lavouras de cana-de-açúcar observado em meados dos anos 80, muitos trabalhadores passaram a perder seus postos de trabalho e conseqüentemente a garantia de seu sustento e dos membros de sua família. Este trabalho teve como objetivo principal analisar as possibilidades de inserção desta mão-de-obra em atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da própria região, além de analisar a participação de entidades públicas e privadas no encaminhamento profissional dos trabalhadores. A pesquisa verificou que o mercado de trabalho local vem reduzindo as chances de emprego no setor agrícola e existem poucas chances de emprego para a mão-de-obra rural em atividades urbanas em função de seu baixo grau de instrução e de qualificação profissional. Para que estes trabalhadores possam encontrar maiores e melhores oportunidades de emprego está havendo uma mobilização mais efetiva por parte de instituições públicas e privadas que estão procurando não somente dinamizar as economias locais a fim de gerar empregos, como também ofertar cursos de reeducação e requalificação profissional ao trabalhador rural. O esforço isolado ou em conjunto destas entidades pode permitir uma inserção mais rápida desta mão-de-obra no mercado de trabalho da região de Ribeirão Preto.

0 5 10 15 20 25 30 35 40 45 50 55 60 65 70 75 80 85 90 95 100



INTRODUÇÃO

Os municípios que compõem a microrregião homogênea de Ribeirão Preto¹ se caracterizam por apresentar como produto principal de sua atividade econômica o cultivo da cana-de-açúcar. O estudo sobre as possibilidades de inserção da mão-de-obra rural em atividades rurais agrícolas (convencionais e não-convencionais²) e em atividades não-agrícolas dentro da própria região é de grande importância porque pode contribuir para gerar soluções que auxiliem os trabalhadores rurais desempregados da atividade canavieira a encontrar novas condições dignas de trabalho e vida.

A região em torno de Ribeirão Preto teve seu desenvolvimento ligado à cultura de café, que prosperou até 1930 quando a crise internacional provocada pela quebra da bolsa de Nova Iorque afetou consideravelmente sua produção no Brasil. Mas, mesmo na época do apogeu do café, existiam plantações de cana-de-açúcar, cuja maior produção na ocasião era voltada para a aguardente. O café chegou a ocupar grandes extensões de terra, mas, com o seu declínio, a produção local voltou-se para a plantação do algodão, que possibilitou o reerguimento econômico da região após a crise, como diz Milliet (1946), e posteriormente da cana-de-açúcar, que assumiu a hegemonia da produção agrícola na década de 50.

No início do plantio da cultura do café, a mão-de-obra utilizada era a escrava, situação que perdurou com maior intensidade até aproximadamente 1850, quando o tráfico negreiro foi suspenso. Segundo Martins (1996), apesar da relação de trabalho que se estabelecia

¹ Segundo a divisão espacial do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a microrregião de Ribeirão Preto é composta pelos seguintes municípios: Barrinha, Brodósqui, Cravinhos, Dumont, Jardinópolis, Luís Antônio, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, São Simão, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, Serrana, Serra Azul e Sertãozinho.

² Entende-se por atividades agrícolas não-convencionais as que vêm se desenvolvendo no meio rural como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia, prestação de serviços pessoais entre outras. No caso desta pesquisa levou-se em consideração a criação de aves nobres e a piscicultura, atividades que vêm ganhando destaque em municípios da microrregião de Ribeirão Preto.

entre o fazendeiro e escravo não ser assalariada, existia por parte do empresário agrícola a extração do lucro desse escravo antes mesmo que esse começasse a produzir. O autor comenta: “o escravo não entrava no processo de trabalho como vendedor da mercadoria força de trabalho e sim diretamente como mercadoria: não entrava também como capital, mas sim como equivalente de capital, como renda capitalizada” (p.18). O autor observa que a relação de trabalho que se estabeleceu nesse período teve um caráter exploratório, na qual o trabalhador (escravo) era totalmente desprovido de qualquer propriedade, inclusive da propriedade de sua própria força de trabalho.

Com o aumento das exigências do mercado internacional, a demanda por café aumentou consideravelmente e a mão-de-obra escrava já não era suficiente para atender às suas novas necessidades. Segundo Furtado, “como solução alternativa ao problema de mão-de-obra sugeriu-se fomentar uma corrente de migração européia” (1995, p.123). Foi assim que se introduziu a mão-de-obra imigrante que significou, segundo Graziano da Silva (1996), a transição (forçada pelos capitais internacionais) para o trabalho livre.

Durante quase todo o período da cultura de café, o regime de colonato foi o tipo de trabalho predominante, apesar de existir ainda a presença de alguns escravos nas fazendas. Nesse regime ocorria o que se pode chamar de parceria entre o fazendeiro e o colono. O colono trabalhava nas lavouras de café, podia plantar gêneros de subsistência tendo direito à moradia nas terras da fazenda. Aguiar (1988) analisa esse aspecto, focalizando as condições de moradia e a ambientação dos colonos nas fazendas. Como os colonos recebiam por produção, eram comuns as famílias com muitos membros, atendendo exatamente às preferências dos fazendeiros. O trabalhador empregava toda a sua família na colheita do café para ser mais bem remunerado e nas horas vagas cultivava seu pequeno pedaço de terra para o sustento familiar.

Como o aumento da demanda por café era contínuo, foi introduzido paralelamente ao trabalho do colono o trabalho temporário como alternativa para suprir a falta de trabalhadores que se acentuava nos momentos da colheita do café. As primeiras referências aos trabalhadores volantes ou temporários são datadas da época da colheita de café, aproximadamente em 1890, quando o número de colonos não era suficiente para o trabalho da colheita e esses

trabalhadores volantes executavam algumas vezes também os trabalhos de carpa e limpa. Alguns desses, mesmo findo o trabalho, permaneciam nas fazendas tendo em vista a escassez de colonos. Nessa época, este tipo de trabalho não era uma solução considerada muito boa pelos proprietários das fazendas, pois, além do serviço ser mais caro, não havia a mesma dedicação do colono que, por residir na fazenda e necessitar do emprego, tinha que se empenhar mais para que as colheitas fossem bem produtivas.

Esses trabalhadores volantes eram provenientes de outras regiões do país, como Sul de Minas Gerais, Goiás, Bahia, e se dirigiam para as fazendas de café na época da colheita permanecendo até seu término. Em seguida retornavam para sua região de origem. Esses trabalhadores eram chamados de peões e essa migração começou a ocorrer efetivamente após 1895.

Lentamente, com o fortalecimento do capitalismo na agricultura, as terras passaram a ter grande importância para os fazendeiros; não era mais lucrativo manter tantas famílias sem renda fazendo uso daquelas terras, assim como não havia mais interesse em manter as colônias. O marco derradeiro para o fim do colonato foi a decadência do café. O colono começou a ser expulso das terras em que morava com a família, deixando de plantar gêneros para a sua sobrevivência e passou a morar na periferia das cidades próximas, sendo remunerado apenas em dinheiro e não mais em dinheiro e gênero. Dessa forma, a região de Ribeirão Preto enfrentou não somente a mudança do tipo de cultura do café para a cana-de-açúcar, mas também a substituição do trabalho colono pelo trabalho diário ou volante.

Segundo Sabóia, “o fim do trabalho do colono foi motivado por vários fatores, como a decadência do café; a expansão da demanda por determinados produtos e conseqüente expansão de outras culturas; crises econômicas que levaram à substituição do café por pastagens; desenvolvimento de uma agricultura comercial intensiva; promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963” (1974, p.2).

Ramos (1991), analisando a evolução capitalista no campo, traça a evolução histórica da cana-de-açúcar, que, com a crise do plantio do café na região sudeste, ganhou mais espaço, já que os fazendeiros tiveram que encontrar um outro produto tão lucrativo quanto o café em seus

bons tempos. Analisando também essa evolução, Gnaccarini (1980) observa a presença do trabalhador volante ou diarista, relação estabelecida mais recentemente, na qual o trabalhador não tem vínculo mensal com seu empregador, sendo apenas contratado por dia. Diante das condições e ritmo de trabalho que a cultura da cana-de-açúcar passou a impor, deu-se definitivamente a passagem do trabalho colono para o trabalho volante.

As mudanças que envolveram estas relações de trabalho entre trabalhador/fazendeiro foram muito grandes. O contrato, antes feito de forma oral, passou a ser individual, isto é, o fazendeiro não tinha mais obrigação de contratar a família inteira para o serviço da safra, como era feito antes no sistema de colonato, em que toda a família participava da colheita. Geralmente era escolhido o chefe da família. Outra mudança foi que os trabalhadores não estavam mais empregados durante todo o ano. O contrato passou a ser firmado para o tempo que durasse a colheita, podendo durar sete ou oito meses. Esses trabalhadores só tinham emprego durante essa temporada, estando automaticamente dispensados quando o fim da safra chegasse. Nesse caso o intuito dos fazendeiros foi o de acabar com qualquer vínculo empregatício que lhes trouxesse encargos sociais.

As novas relações sociais de trabalho que se estabeleceram entre usineiros e trabalhadores caracterizam-se pela detenção dos meios de produção por parte dos empregadores e pela venda, por parte dos trabalhadores, do único bem de que são providos: sua força de trabalho. Nota-se que antes esse trabalhador, antigo colono, tinha à sua disposição uma pequena porção de terra e os instrumentos para o seu cultivo. Agora esse trabalhador, desprovido das condições de trabalho no processo real de produção, vive exclusivamente da venda de sua força de trabalho aos detentores dos meios de produção, isto é, do capital. Assim, as características das relações sociais que se estabelecem são de regime assalariado.

Verifica-se que, com a expulsão do trabalhador colono de suas terras, o empresário agrícola pôde aumentar sensivelmente seu lucro porque passou a não gastar mais com esses trabalhadores em sua terra e conseguiu se livrar dos benefícios sociais que teria que pagar ao governo e a esses mesmos trabalhadores, já que muitos se sujeitavam e ainda se sujeitam a trabalhar sem registro na carteira de trabalho porque é a única forma de trabalho que lhes resta.

O trabalho volante é caracterizado pela sazonalidade na contratação do serviço, isto é, os trabalhadores são contratados na época da safra da cana-de-açúcar, que dura de abril a meados de novembro, e são demitidos durante a entre-safra (dezembro a março), permanecendo a maioria deles sem trabalho durante este período. O único vínculo que os trabalhadores passam a ter com a propriedade rural é a venda do seu trabalho. Essa situação gera grande instabilidade para o trabalhador, já que não sabe se terá trabalho para o período de entre-safra e para o período de safra do ano seguinte.

Segundo Gonzales e Bastos, “o regime de trabalho volante dada a forma de pagamento da força de trabalho e os vínculos de instabilidade que o acompanham oferece aos empresários agrícolas capitalistas, nas condições atuais da produção, vantagens diferenciais sobre as demais modalidades de relações de trabalho sejam assalariadas ou semi-assalariadas” (1979, p.31). Esse tipo de trabalho também implica a intensificação da produção, pois o trabalhador tem o máximo interesse pessoal em executar as tarefas o mais rápido possível para receber o valor correspondente.

Hoje o trabalhador rural depara-se com o processo de modernização da agricultura que vem se acentuando cada vez mais. Antigamente o processo mais utilizado para se colher a cana-de-açúcar era o processo de cana queimada. O produto era primeiramente queimado para retirar a palha, que impede a penetração do homem para fazer o corte e a percepção da presença de animais, como cobras e escorpiões, que poderiam constituir perigo para a vida do trabalhador rural. Em seguida, os trabalhadores executavam a função do corte. Tinha-se, então, a queimada de toda a área onde se cultivava a cana-de-açúcar, inclusive nas imediações das cidades. Com a lei que determinou o fim da prática da cana queimada nas proximidades do perímetro urbano para evitar a poluição, esse produto passou a ser principalmente colhido pelo processo de cana crua, processo esse que só é possível com o uso de máquinas.

A mecanização das usinas gira em torno de 40% da produção, dependendo do porte das usinas. Sua intenção é de incrementar mais a produção no prazo de cinco anos, o que, com certeza, intensificará ainda mais o problema do desemprego. A velocidade da transformação tecnológica tem trazido grandes danos para os trabalhadores rurais que residindo próximos a uma

cidade prestadora de serviços, como Ribeirão Preto, que acolhe também uma mão-de-obra melhor qualificada, terão que enfrentar uma competição mais intensa no mercado de trabalho.

A modernização no campo tem também acentuado a sazonalidade do emprego. Com as máquinas reduzindo cada vez mais o período de corte da cana-de-açúcar, os trabalhadores correm mais risco de ficar desempregados. Isso tem feito com que uma grande parcela desta população não encontre emprego nem mesmo no período da safra.

O trabalho temporário fez, ao longo dos anos, com que o trabalhador rural procurasse outras formas que garantissem o seu sustento nos períodos de entre-safra, momento em que eles estavam afastados do corte da cana-de-açúcar. No contexto da região de Ribeirão Preto, geralmente eles se deslocavam para as cidades mais próximas e executavam trabalhos como serventes de pedreiro na construção civil. Diante da crise que se instaurou no setor desde 1994, esse tipo de trabalho não vem respondendo pela contratação de tantos trabalhadores.

O trabalhador rural da região de Ribeirão Preto também vem encontrando dificuldades de se empregar em outras culturas tradicionais, como o café e a laranja, que também geram empregos temporários, tendo em vista que ambas também estão passando pelo processo de mecanização nas suas colheitas.

Segundo estudos recentes de alguns autores, como Graziano da Silva, está havendo uma tendência na agricultura internacional que também já pôde ser detectada na agricultura brasileira de uma combinação por parte de alguns agricultores de atividades agrícolas e de atividades não-agrícolas. Segundo o autor "...ele (agricultor) combina atividades agropecuárias com outras atividades não-agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais" (1997, p.4). Ainda segundo o autor, isso é uma característica nova: "uma pluriatividade que combina atividades agrícolas e não-agrícolas" (id., ibid). Nos países desenvolvidos, essa procura dos pequenos produtores agrícolas por outro tipo de atividade agrícola e não-agrícola foi decorrente de dois fatores: a) a crescente mecanização das atividades agrícolas e da automação nas

atividades criatórias e b) de programas de redução nas áreas cultivadas e/ou extensificação da atividade agropecuária.

Com a crescente mecanização das lavouras de cana-de-açúcar, café e de laranja na região de Ribeirão Preto e com a falta de oportunidade de se inserir em atividades nas cidades, os trabalhadores estão tendo que se adequar ao novo perfil de emprego. Segundo Graziano da Silva *et alii*, na agricultura paulista “... está havendo uma nova dinâmica de emprego que não está mais sendo explicada pelas tradicionais atividades agrícolas e pecuárias. Outras variáveis devem ser incluídas nesse contexto como as atividades rurais não-agrícolas decorrentes da crescente urbanização do campo (moradia, turismo, lazer e outros serviços), atividades de preservação ambiental, além de um conjunto de atividades intensivas como oleicultura, floricultura, piscicultura e criação de pequenos animais que buscam formas de inserção no mercado” (1996, p.1). Em outro trabalho, Graziano da Silva, Balsadi e Del Grossi afirmam que está havendo um rápido crescimento em atividades rurais não-agrícolas que tem sido responsável pela absorção de uma parte dos trabalhadores que não estão encontrando mais emprego em atividades agropecuárias. Para esses autores, “... a criação de empregos não-agrícolas nas zonas rurais é, portanto, a única estratégia possível capaz de, simultaneamente, reter essa população rural pobre nos seus atuais locais de moradia e ao mesmo tempo, elevar o seu nível de renda. Não é por outra razão que importantes instituições internacionais vêm insistindo na proposta de se retomar a idéia de desenvolvimento rural impulsionando-se um conjunto de atividades que gerem novas ocupações (não necessariamente empregos) que propiciem maior nível de renda às pessoas residentes no meio rural” (1996, p.26).

No caso específico da região de Ribeirão Preto encontram-se dois tipos de atividades que vêm ganhando destaque como formas alternativas de trabalho ao pessoal que antes se ocupava com o corte da cana-de-açúcar. São elas a piscicultura e a criação de aves nobres. É muito importante para a região de Ribeirão Preto gerar novas atividades que possam absorver, pelo menos em parte, os envolvidos no processo de modernização da agricultura, que poderão encontrar novas chances de garantir o seu sustento. Tais atividades podem ser agrícolas (convencionais ou não-convencionais) ou não-agrícolas, ou ainda combinando essas duas modalidades.

Objetivos e Procedimentos Metodológicos

O intuito deste trabalho foi verificar as condições de inserção e absorção dos trabalhadores rurais subempregados e desempregados da atividade canavieira em atividades agrícolas e não-agrícolas na microrregião de Ribeirão Preto, assim como analisar as ações institucionais dos Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Organizações não-Governamentais (ONGs) e prefeituras municipais que visem a encaminhar profissionalmente esta força de trabalho. O propósito deste trabalho não foi o de propor soluções restritas à parte mais visível do problema (subempregados e desempregados), mas gerar uma base de conhecimento que permita orientar futuras soluções num âmbito maior da economia local, como a relação rural/urbano, agricultura/indústria e políticas sócio-econômicas locais.

Para alcançarmos o objetivo desta pesquisa foram realizados levantamentos e análises que permitiram fazer preliminarmente uma caracterização sócio-econômica da microrregião de Ribeirão Preto, bem como traçar o perfil do emprego urbano e rural. Os dados do tipo quantitativo da pesquisa que permitiram essa caracterização foram levantados na Base de Informações Municipais (BIM) e nos Censos Demográficos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e através de dados da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados Econômicos). As informações sobre a oferta de emprego não-agrícola foram levantadas nas Secretarias do Emprego e Relações de Trabalho (SERT) dos municípios de Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Sertãozinho. Através da análise desses dados pôde-se avaliar a dinâmica econômica dos setores mais importantes da economia. Finalizando esta análise, buscou-se levantar em dados da CODERP (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto) o nível de investimento feito recentemente no município de Ribeirão Preto a fim de estimar o potencial de desenvolvimento local e quantificar a demanda por novos trabalhadores. Completando a análise, foram levantados nos Censos Agropecuários do IBGE os dados referentes à zona rural com a finalidade de se quantificar a oferta potencial de emprego. Dessa forma pôde-se ter uma idéia mais clara a respeito da possibilidade de inserção da mão-de-obra rural em atividades agrícolas e não-agrícolas.

Foram realizadas na parte qualitativa da pesquisa entrevistas com autoridades e representantes de instituições (públicas e particulares), responsáveis pelo encaminhamento da

mão-de-obra rural. Assim, tomou-se conhecimento sobre a mobilização destas instituições no processo de inserção da força de trabalho em atividades agrícolas e não-agrícolas na própria região. Esta etapa da pesquisa baseou-se em entrevistas com representantes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Organizações não-Governamentais e prefeituras municipais procurando investigar as possíveis ações em benefício dos trabalhadores rurais. Também foram entrevistados trabalhadores rurais subempregados e desempregados da atividade canavieira a fim de avaliar sua condição de trabalho e vida diante do problema do desemprego na lavoura canavieira e alguns empresários agrícolas da região com o intuito de saber o grau de modernização do setor sucroalcooleiro e as perspectivas de incremento da mecanização para os próximos anos.

Visão Geral da Dissertação

O primeiro capítulo da dissertação faz uma retrospectiva histórica a respeito da modernização da agricultura no Brasil e na região de Ribeirão Preto, salientando a importância dos cultivos do café e da cana-de-açúcar na economia regional e nacional. Relata também as relações de trabalho que se desenvolveram neste período, procurando enfatizar a situação do trabalhador volante. Também é feita uma breve revisão bibliográfica sobre o conceito de economia local a fim de que se compreenda como a mão-de-obra rural desempregada da atividade canavieira poderá ser inserida no mercado de trabalho das cidades da microrregião, tanto em atividades agrícolas como em atividades não-agrícolas.

O segundo capítulo traça o perfil sócio-econômico da microrregião de Ribeirão Preto com base em algumas variáveis selecionadas e analisa também a dinâmica do mercado de trabalho local através da oferta de emprego nas cidades e no campo. Através dos investimentos recentes feitos no município de Ribeirão Preto, procura-se estimar o potencial de oferta de novos postos de trabalho que possam absorver os trabalhadores rurais desempregados em atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da economia da própria região.

O terceiro capítulo do trabalho analisa a participação de entidades particulares como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Organizações não-Governamentais e de entidades públicas (prefeituras municipais) no sentido de encaminhar profissionalmente os trabalhadores rurais desempregados do corte da cana-de-açúcar. Procura-se analisar detalhadamente as ações

institucionais locais das entidades envolvidas no processo de requalificação e recolocação profissional da mão-de-obra rural. Analisam-se, também, neste capítulo, as condições de trabalho e vida dos trabalhadores rurais desempregados e subempregados do corte da cana-de-açúcar e a predisposição dos empresários agrícolas de incrementar o processo de modernização no setor sucroalcooleiro.

A síntese e a conclusão dos capítulos apontam que o processo de mecanização do setor sucroalcooleiro continua acelerado e deve ser incrementando ainda mais nos próximos anos até atingir o patamar de 65% da produção. Com isso ocorrerão mais demissões de trabalhadores rurais que necessitarão ser recolocados no mercado de trabalho. Apesar de a situação do trabalhador rural desempregado se encontrar bastante difícil, foi possível constatar que está havendo interesse e mobilização por parte dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Organizações não-Governamentais e prefeituras municipais no sentido de encaminhar profissionalmente esta força de trabalho. Para isso têm sido oferecidos cursos de requalificação profissional ao trabalhador adulto e educação das crianças e adolescentes através de programas assistenciais específicos. Também está havendo preocupação por parte das prefeituras municipais em dinamizar as economias locais a fim de que possam absorver mais trabalhadores rurais.

CAPÍTULO 1

MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO E INTERAÇÃO ENTRE RURAL E URBANO

1.1 Introdução

Este capítulo inicial tem por finalidade mostrar como a intensificação do capitalismo no campo no Brasil após 1960 trouxe modificações significativas para as culturas brasileiras. Procura-se mostrar, também, a importância econômica da região de Ribeirão Preto não somente para o Estado de São Paulo como também para o Brasil nos períodos do café e principalmente da cana-de-açúcar. Também é finalidade desta etapa descrever as relações de trabalho que se desenvolveram juntamente com a modernização dessas culturas, dando ênfase à situação do trabalhador volante. Como a microrregião de Ribeirão Preto é essencialmente agrícola e se baseia no cultivo da cana-de-açúcar, faz-se uma breve avaliação da situação atual da agricultura. O conceito de “economia local” auxilia a análise, pois a busca de alternativas de emprego para o trabalhador rural desempregado do corte da cana-de-açúcar depende de como essa mão-de-obra possa ser novamente absorvida pelo mercado de trabalho da região.

1.2 Modernização da Agricultura Brasileira

O processo de modernização da agricultura brasileira só pode ser compreendido levando em consideração a dinâmica da economia do Brasil nas décadas de 50 e 60. Pode-se dizer que a política econômica brasileira na década de 50 tinha por objetivo industrializar as atividades a fim de acelerar o processo de substituição das importações. Porém, esse objetivo só seria plenamente alcançado a partir dos anos 60, quando foi implantado um novo modelo de desenvolvimento que favorecia a expansão industrial. Esse modelo baseava-se na captação de recursos externos para financiamento do crescimento interno da economia.

A partir da década de 60, o Brasil vivenciou o desenvolvimento do setor industrial, apresentando altas taxas de crescimento, e, também, a transformação da agricultura em função da alteração em suas bases técnicas de produção. Segundo Martine, “em meados da década de 60, lançavam-se as bases institucionais de um projeto ambicioso para a agricultura brasileira. Essencialmente pretendia-se alterar radicalmente a estrutura de produção agrícola, equiparando-a com a agricultura dos países desenvolvidos em matéria de produtividade e rentabilidade” (1987, p. 9). Ainda segundo o autor, “o conjunto dessas ações com a política do chamado ‘milagre brasileiro’ (1968 -1973) alteraram as alianças tradicionais e se privilegiaram as formas modernas ou empresariais de produção agrícola” (ibid., p.20).

As transformações que se processaram na base técnica da agricultura foram chamadas de processo de modernização, que teve sua expressão maior na industrialização do setor agrícola. A partir desse momento, as chamadas formas familiares ou tradicionais de cultivo foram sendo substituídas pelas formas capitalistas de produção em função do fortalecimento do capital. Graziano da Silva resume: “a industrialização da agricultura representou não apenas mudanças nas relações do homem com a natureza, mas também nas relações sociais de produção e com seus instrumentos de trabalho (ferramentas, máquinas e equipamentos, insumos e matérias-primas etc.). A industrialização da agricultura implicou a passagem de um sistema de produção artesanal a um sistema de base manufatureira (com máquinas e uma divisão capitalista do trabalho) e mesmo à grande indústria em alguns sub-setores das atividades agropecuária no seu sentido restrito (plantio, tratos culturais, colheita, criação etc.). Essa passagem foi caracterizada essencialmente pela inversão da função desempenhada pelo trabalhador, que passou do papel ativo e integral de artesão para o de um trabalhador parcial (especializado com suas ferramentas) na manufatura, até atingir a passividade do operário industrial que apenas vigiava sua máquina” (1996, p.4).

A introdução das máquinas no plantio de determinadas culturas, o uso de fertilizantes e defensivos juntamente com o melhoramento genético das sementes foram os principais responsáveis pelo grande salto observado na produtividade da terra e do trabalho. Esse conjunto de fatores de melhoramento tecnológico foi popularmente conhecido como Revolução Verde.

Como produto desse processo de modernização surgiram também os complexos agroindustriais que se expandiram consideravelmente a partir da década de 60. Segundo Cortéz, “a agricultura se transformou em consumidora de produtos industriais e em produtora de insumos agrícolas industrializados” (1993, p.1).

Nesse mesmo período, paralelamente, houve um estímulo maior aos produtos voltados à exportação, capazes de gerar demanda por insumos agrícolas e máquinas. Para Kageyama foram “o crescimento e a diversificação das exportações agrícolas a taxas elevadas que favoreceram sobretudo a expansão agrícola e agroindustrial” (1985, p.12). Essas transformações na agricultura também foram beneficiadas pelo aumento de preços que determinados produtos agrícolas tiveram no mercado internacional na década de 60. Esse fator foi responsável pela substituição de algumas culturas por outras que possuíam maior demanda nesse mercado. Para que as exportações aumentassem, era necessário que os proprietários das antigas fazendas se modernizassem, valendo-se das novas tecnologias disponíveis e, dessa forma, houve um crescimento na utilização de máquinas na agricultura, modernizando consideravelmente o setor.

Impulsionado pelo processo de modernização, o país tornou-se um grande produtor agrícola, favorecendo a expansão industrial, que era o objetivo do modelo de desenvolvimento promovido no Brasil.

Para que o setor agrícola conseguisse meios de se modernizar tão rapidamente foi importante a participação do Estado que, favorecido pela captação de recursos externos, garantiu subsídios aos agricultores através do crédito agrícola que contava com juros abaixo da inflação. Isso possibilitou a aquisição por parte dos grandes produtores de máquinas, sementes e insumos químicos e biológicos. Segundo Graziano da Silva, “os tomadores de crédito foram os proprietários maiores, pois fundamentalmente era a terra que servia de garantia para os empréstimos. Os grandes proprietários foram sendo cada vez mais beneficiados com a política de crédito rural, ou em outras palavras, os recursos subsidiados concedidos à agricultura tinham-se concentrado progressivamente nas mãos dos grandes produtores no Estado de São Paulo” (1981, p.103).

Uma síntese do que se abordou acima pode ser encontrada em Cortéz: “a integração da indústria com a agricultura se deu a partir de uma aliança entre os grandes grupos econômicos comerciais, industriais e financeiros (nacionais e estrangeiros) e grandes capitais agrícolas, tornando a agricultura uma opção de investimento, com subsídio do Estado. O Estado subsidiou este processo de modernização através de incentivos fiscais, políticas incentivadoras das exportações e principalmente do crédito subsidiado. O crédito subsidiado, que favoreceu somente os grandes capitais, foi o instrumento chave da nova ordem agrícola, contribuindo para o crescimento e concentração da renda” (1993, p.9).—

Martine aprofunda a análise quanto à aplicação dos recursos captados pelo Estado e diz que o crédito rural não foi utilizado somente para que os agricultores aumentassem a produção, mas foi utilizado também para aquisição de mais terras, favorecendo o aumento de seu valor. Nas palavras do autor, “enquanto o preço da terra cresceu apenas 130% entre 1966 -1971, houve uma valorização de quase 2000% no período 1971-1977. Tal valorização foi estimulada não somente pelo papel promissor das atividades agrícolas, mas sobretudo pela especulação, alimentada, por sua vez, pelas obras governamentais de infra-estrutura rural” (1987, p.21).

As alterações que ocorreram para atender às novas exigências do mercado, fazendo com que o setor agrícola se modernizasse mais rapidamente, foram responsáveis não somente pelas alterações nas bases técnicas de produção, mas também pelas transformações nas bases sociais, à medida que afetaram as relações de trabalho no campo.

A principal transformação observada nesse período foi a substituição do trabalho assalariado do colono pelo trabalho diário, ou seja, pelo trabalho volante³. Cada vez mais desprovido de meios de subsistência, o trabalhador rural passou a encontrar na venda da sua força de trabalho a única chance de garantir emprego e, -desse modo, foi ficando cada vez mais dependente da contratação para a época da colheita.

³ Segundo Gonzales e Bastos, a conceituação que encontramos para trabalhadores volantes é a seguinte: “denomina-se comumente ‘volante’ o trabalhador agrícola que reside fora das fazendas, em geral nas periferias das cidades e vilas e que se desloca continuamente para executar tarefas em regimes de empreitada, nas áreas rurais. A designação de ‘bóia-fria’ é usada na região do Paraná e em São Paulo” (1979, p.25). Melo diz que “... o trabalhador volante, contratado para desempenhar tarefas em pequenos intervalos de tempo, não pode se fixar no local onde trabalha. Via de regra viaja diariamente, para aquele local, levando uma pequena marmitta ou caldeirão com o alimento que lhe servirá de almoço e, devido à falta de instalações apropriadas, a comida é ingerida fria. Daí a denominação de bóia-fria” (1976, p.109).

Observa-se também nesse período que, em função da modernização da agricultura, houve o aumento da sazonalidade do trabalho. Neste caso, o trabalhador rural teve seu tempo de trabalho reduzido, ficando alguns meses do ano sem emprego garantido. Graziano da Silva comenta que “o aumento da sazonalidade do trabalho que, acompanha o desenvolvimento das relações de produção capitalistas na agricultura brasileira, conferiu especificidade da proletarização do volante⁴” (1981, p.118).

O processo de modernização da agricultura, além de ter reduzido o tempo de trabalho que era empregado anteriormente no período da safra, também tem sido o responsável pelo aumento nas taxas de desemprego e subemprego, à medida que substitui o trabalho humano pelas máquinas, proporcionando rendimentos maiores ao empresário agrícola.

Verifica-se que a agricultura paulista passou pelo mais acelerado processo de modernização brasileira e a região de Ribeirão Preto, importante pela sua participação nas exportações nacionais do café até meados de 1930 e posteriormente com a cultura da cana-de-açúcar, foi e continua sendo um espaço privilegiado dessas transformações econômicas e sociais.

1.3 Modernização da Agricultura na Região de Ribeirão Preto

1.3.1 Bases Históricas

Para se entender melhor o processo de modernização da agricultura na região de Ribeirão Preto e os impactos que ele vem causando na vida dos trabalhadores rurais, é importante fazer uma breve retrospectiva histórica dos cultivos que foram e ainda são importantes para esta região. Como dito anteriormente, as mudanças nas bases tecnológicas têm tido grande impacto nas relações de trabalho que se estabeleceram na agricultura. Apresenta-se a seguir a dinâmica dos cultivos importantes para a região, as mudanças que a intensificação desses cultivos provocou nas relações de trabalho e como a introdução da mecanização no campo vem alterando o perfil sócio-econômico da região.

⁴ Segundo o autor, a especificidade da proletarização do trabalho volante consiste no fato de o trabalhador ser desprovido dos meios de produção, sendo obrigado a vender sua força de trabalho para garantia de sua subsistência.

Como se sabe, a região de Ribeirão Preto, sede da sexta região administrativa do Estado de São Paulo, ficou conhecida pela produção de café, seu produto de maior expressão desde a primeira metade do século XIX. Este passou a ter grande demanda internacional e a região ribeirãopretana, que contava com solos propícios ao cultivo do produto, prosperou até meados da década de 30, quando a crise econômica mundial afetou consideravelmente o nível das exportações agrícolas.

Para o cultivo do café os fazendeiros da região contaram inicialmente com a utilização da mão-de-obra escrava, mas já na segunda metade do século XIX, em função do aumento considerável na demanda por esse produto e devido à inelasticidade da oferta deste tipo de mão-de-obra, houve a necessidade da introdução do trabalho assalariado, representado basicamente pela figura do imigrante europeu.

Segundo Furtado, houve um estímulo considerável por parte do governo brasileiro para a vinda dessa nova massa de trabalhadores para o país, os quais geralmente emigravam com toda sua família na esperança de fazer fortuna. Em meados de 1850, os produtores de café entraram em acordo com o governo, que passou a financiar os custos da viagem, e o imigrante acabou por arcar com toda a despesa restante, não tendo os fazendeiros nenhum custo adicional na aquisição dessa força de trabalho. Observa o autor que “o colono devia firmar um contrato pelo qual se obrigava a não abandonar a fazenda antes de pagar a dívida na sua totalidade” (1995, p.126).

Iniciou-se dessa maneira uma nova modalidade nas relações de trabalho entre o fazendeiro e o colono, chamada de colonato. Como esse trabalhador se encontrava na condição de devedor antes mesmo de começar a trabalhar, fica clara a exploração acentuada por parte dos fazendeiros, que passaram a administrar não somente seus cafezais como também a vida desses novos trabalhadores, não lhes restando outra opção senão se submeter às condições que lhes eram impostas. Nas palavras de Furtado, “... o colono hipotecava seu futuro e de sua família, o fazendeiro ficava com todas as vantagens” (id., *ibid.*).

Mesmo tendo havido investimento por parte do governo, foi só após 1886 que houve estímulo efetivo à imigração, com a criação da Sociedade Promotora de Imigração para a vinda desses trabalhadores. Antes disso, a situação dos colonos era extremamente precária, pois, além

de serem tratados como se fossem escravos, recebiam muito pouco pelo trabalho que executavam. Havia um processo de abusos por parte dos fazendeiros que passaram a dirigir a vida das famílias, aproveitando-se da situação de isolamento, passando a ser a única fonte de poder. A dívida que os trabalhadores contraíam, ao invés de diminuir, aumentava cada vez mais porque esses gastavam antecipadamente o que iriam receber no mês.

Concomitantemente ao colonato houve o regime de parceria. Nesse caso, as relações que se estabeleceram entre os trabalhadores e os produtores de café consistiam no recebimento de parte da produção pelo trabalhador, que ficava sujeito às variações que ocorriam na colheita. Se esta fosse boa, o colono teria uma boa remuneração e se fosse má receberia muito pouco pela colheita. Indubitavelmente a situação deste trabalhador era muito instável e só viria a mudar em 1960. Segundo Furtado, “a partir de 1960 introduziu-se um sistema misto pelo qual o colono tinha garantida grande parte de sua renda” (id., *ibid*). Assim sendo, o colono passou a receber um salário anual para plantar e recebia também outro variável decorrente do volume da colheita.

Esses colonos, além de cultivarem o café para a exportação, tinham também direito a um pedaço de terra entre os cafezais para plantar alguns gêneros alimentícios, que garantia sua subsistência e de sua família. De acordo com Aguiar, a denominação de colono surgiu pelo modo de vida a que os trabalhadores tiveram que se adequar: “o colono morava em casa e em terras de propriedade da fazenda que o contratava, e as casas em que habitava, normalmente eram agrupadas, formando assim as colônias” (1988, p.16). As famílias comprometiam-se com os fazendeiros a cultivar o café para a exportação, mas também tinham direito de plantar gêneros de subsistência em uma terra que lhes era emprestada. Sendo assim, o trabalhador empenhava toda sua família na colheita do café para ser mais bem remunerado e nas horas vagas cultivava seu pequeno pedaço de terra para o sustento familiar.

Como se pode observar, o colonato teve características muito próprias. Osakabe argumenta que “o trabalhador possuía um pedaço de terra para plantar e subsistir com sua família, sendo ele trabalhador das fazendas de café, trabalhando durante a época de safra na colheita e a época de entre-safra arrumando cercas, cortando mato, adubando, replantando etc.” (1998, p.34). Ainda segundo a autora, “esse trabalhador era remunerado em dinheiro ou espécie, de acordo com a quantidade colhida, o que deixava claro que quanto mais pessoas colhessem o

café, maior seria a remuneração” (ibid, p.34). Desse modo, era comum o emprego de toda a família no cultivo e essa situação era preferida não somente pelo fazendeiro, que podia aumentar seu lucro, como também pelo colono, que tinha sua remuneração aumentada.

Pode-se dizer que a característica mais marcante do período do colonato foi a proximidade que se podia observar entre o fazendeiro e seus colonos. Para Sabóia, “a relação consistia em contraprestações, onde o colono estava à disposição do patrão a qualquer hora do dia, em permanente disposição, e ao fazendeiro cabia a prestação de assistência em casos de doenças, acidente ou morte e adiantar dinheiro, o que era visto pelo colono como um empréstimo (1974, p.11). Nesse período não se observava falta de emprego aos colonos, apesar de existirem abusos por parte do detentor do capital. A vida parecia ser digna, apesar de o patrão receber seu lucro.

A relação que se estabeleceu entre o dono da fazenda e o colono durou até a intensificação do capitalismo no campo iniciada em meados dos anos 60. Essa intensificação veio atender justamente aos interesses desses fazendeiros, exigindo lucros crescentes. Para que o lucro fosse aumentado, seria necessária a perda do trabalhador de parte de sua remuneração, o que agravou muito a situação do colono. Como esses trabalhadores residiam nas colônias dentro da fazenda e as terras passaram a ter valor crescente, esse tipo de relação passou a não atender às exigências do novo empresário capitalista, que começou a utilizar o trabalhador diarista como alternativa para executar as mesmas tarefas do colono, com a diferença de que o diarista não residia em suas terras. Houve, então, a percepção por parte do produtor capitalista que era muito mais atrativo e lucrativo ter um trabalhador que não incorresse em altos custos e compromissos de sua parte.

Assim sendo, o colono passou a ser substituído pelo trabalhador diarista e passou também a ser expulso das terras da fazenda em que morava com sua família. Esse processo de expulsão do colono deu-se paralelamente ao declínio da produção de café na região de Ribeirão Preto em decorrência da queda da demanda internacional. O marco derradeiro para o fim do colonato foi a decadência do café, situação que fez com que os fazendeiros revissem a presença de tantas pessoas ocupando terras em que eles poderiam cultivar outro gênero que lhes trouxesse maior lucratividade.

Criou-se, então, uma massa de trabalhadores rurais desprovidos de terra para o cultivo de sua subsistência, geralmente residindo nas periferias das cidades próximas e dependendo da venda de sua força de trabalho quando as atividades agrícolas exigissem. Foram esses trabalhadores, antigos colonos, que passaram a executar o trabalho por diária constituindo, assim, um novo vínculo empregatício entre o patrão e o empregado.

Como principal produtora de café, a região de Ribeirão Preto vivenciou a fase de auge e declínio desta cultura e presenciou também a substituição do trabalho colono pelo trabalho temporário do diarista. Verifica-se que no período de declínio cafeeiro houve não somente a transição nas relações de trabalho, como também a substituição por parte dos fazendeiros dos antigos cafezais pela cultura da cana-de-açúcar, que já se fazia presente na região anteriormente como cultura paralela ao café, porém com uma expressão muito menor, utilizada inicialmente para a fabricação de aguardente. Como o café se encontrava em queda no mercado internacional, os fazendeiros que dependiam deste produto passaram a ver na cultura canavieira uma saída para seus problemas. Favorecidos pelo crescimento do consumo de açúcar no mercado internacional, os antigos fazendeiros de café intensificaram o cultivo da cana-de-açúcar para a fabricação desse produto.

O país passou a estimular a cultura, beneficiando muito a região, que necessitava encontrar um produto que trouxesse de novo o mesmo retorno do café. Mesmo enfrentando grandes variações no preço internacional, o setor açucareiro da região cresceu consideravelmente e não demorou muito para responder por grande parte das exportações nacionais, favorecido pelo rápido crescimento industrial pelo qual passava o Estado de São Paulo.

A partir de 1975, em função do primeiro choque do petróleo, foi dado início por parte do governo ao programa chamado Proálcool (Programa Nacional do Álcool), visando a diminuir o consumo interno de petróleo para a fabricação da gasolina e aumentar a fabricação de um combustível alternativo. Assim, o setor que utilizava a cana-de-açúcar para a produção de açúcar passou a fabricar o álcool e contou com um impulso considerável por parte do governo para o seu crescimento. Além disso, contou também com o favorecimento de uma mão-de-obra mais barata disponível, oriunda dos tempos do café. Encontravam-se, assim, os meios propícios para o aumento do lucro no setor sucroalcooleiro.

Como observado, em função da modernização capitalista do campo, a forma de contratação dos trabalhadores rurais modificou-se consideravelmente. O antigo trabalhador colono passou a aceitar o trabalho por diária para garantir sua subsistência e passou a ser contratado não mais pelo empresário agrícola, mas pelo empreiteiro, figura que surgiu para intermediar essa contratação. O trabalho passou a ser marcado pela sazonalidade, isto é, os trabalhadores eram contratados pelo período da safra de cana-de-açúcar, de abril a meados de novembro, sendo demitidos no período de entre-safra que dura de dezembro a março, permanecendo muitos trabalhadores sem emprego durante esse período. Nesse caso o intuito do fazendeiro foi o de acabar com qualquer vínculo empregatício que lhe trouxesse encargos sociais, obrigatórios a partir do Estatuto do Trabalhador Rural de 1963.

Através do estatuto, o empregador passou a ser obrigado a registrar o trabalhador rural em carteira profissional e a contribuir para a previdência social. Determinou-se que a jornada de trabalho não excederia oito horas diárias, que qualquer que fosse a forma de contrato, nenhum trabalho seria remunerado em base inferior a um salário mínimo, o repouso semanal seria remunerado, as férias também remuneradas, introduziu-se a higiene e a segurança no trabalho e continuava proibido o emprego de menores de dezoito anos no campo.

Antes desta determinação, a maioria das contratações eram informais e os contratos em que constavam as obrigações e direitos dos patrões e dos empregados geralmente não eram firmados por escrito. Após sua implementação os contratos passaram a ser formalizados, garantindo assim os direitos básicos do trabalhador, como registro em carteira de trabalho, férias, descanso semanal remunerado, décimo terceiro salário, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço etc.

Essa relação entre patrão e empregado permanece até os dias de hoje, mas tem sido agravada em função da utilização crescente de máquinas no cultivo e na colheita da cana-de-açúcar. A vida do trabalhador passou a ser acompanhada de duas preocupações. A primeira, em função do número de demissões que vêm aumentando no setor, principalmente pelo uso de máquinas, e a segunda, em relação à sua remuneração, já que esses trabalhadores não sabem se terão salário garantido o ano todo, pois podem não ser contratados mesmo durante o período da safra, em função do processo de mecanização. Sabóia observa que "...há uma grande

instabilidade no emprego e, conseqüentemente, de previsão quanto à remuneração. Os momentos de pico, tanto na oferta de serviço como no nível de remuneração são as colheitas, onde a base continua a ser a quantidade produzida, seguidos de períodos de baixíssima remuneração” (id., p.18).

Verifica-se que o trabalhador diarista recebe sua remuneração com base na empreita, ou seja, com base na quantidade colhida. Esse trabalhador é contratado verbalmente durante o período da safra e pode ser demitido a qualquer momento, já que não possui nenhum vínculo empregatício com o patrão. Para Sabóia “... a regra geral ... é da eventualidade do serviço e da utilização do empreiteiro como intermediário entre a propriedade e os trabalhadores” (id., p.19).

Ao longo dos anos de prosperidade do Proálcool, o número de trabalhadores contratados para a colheita aumentou consideravelmente para que o setor pudesse atender à demanda crescente do álcool, tendo em vista os problemas enfrentados pelo país devido aos choques do petróleo em 1973 e 1979. Apesar de o programa ter sido iniciado em meados da década de 70, foi no início da década de 80 que houve um aumento considerável na utilização da mão-de-obra no setor.

Nesse período observou-se um processo acentuado da migração de trabalhadores rurais do Sul da Bahia, Norte de Minas Gerais e da região Centro-Oeste que se dirigiam para a região de Ribeirão Preto à procura de emprego. Esses trabalhadores migrantes geralmente combinavam a safra de sua região com a safra da cana-de-açúcar para garantir uma renda estável ao longo do ano. Praticamente durante a década de 80 esse fenômeno foi constante devido ao estímulo ao Proálcool, mas já na década de 90, em função da introdução das máquinas na colheita da cana-de-açúcar, o número de trabalhadores que se dirigia para a região de Ribeirão Preto reduziu-se consideravelmente.

Segundo Graziano da Silva, “no que diz respeito à mecanização, o período de 1991-1994 foi marcado por um intenso e contínuo crescimento na venda de tratores de esteira, tratores de rodas, máquinas agrícolas em geral e colheitadeiras...” (1999, p.86).

Outro fenômeno decorrente da mecanização foi a perda por parte dos pequenos agricultores de suas terras. Sem condições de implementar esse processo em suas colheitas e com

a perda da competitividade, esses agricultores passaram a buscar novas alternativas de trabalho que lhes garantissem o nível de renda.

A intensidade da introdução das máquinas no setor depende do tamanho da usina, tendo em vista que uma máquina custa aproximadamente US\$ 250.000,00⁵, significando que nem todas podem adquiri-la com facilidade. As usinas mais representativas da microrregião ribeirãopretana são a Usina São Martinho, localizada em Pradópolis, com cerca de 100% de sua produção mecanizada, a Usina Santa Elisa, localizada em Sertãozinho, com 70% de mecanização e a Usina São Francisco, também localizada no município de Sertãozinho com a utilização de 100% de máquinas nas colheitas. Segundo Graziano da Silva, “a tendência é que toda a cana-de-açúcar da região (situada em terrenos planos) venha a ser colhida mecanicamente até o ano de 2003” (1999, p. 87). Tal fato deverá ser favorecido devido à presença de terras planas favoráveis à introdução das máquinas.

Osakabe verificou em seu trabalho sobre a mecanização do corte da lavoura canavieira na região de Ribeirão Preto que uma máquina substitui o trabalho de aproximadamente sessenta e cinco trabalhadores (1998, p. 75). Tendo em vista que os representantes do setor já modernizaram uma grande parte de suas colheitas e que afirmam constantemente em seus depoimentos que irão modernizar ainda mais a cultura da cana-de-açúcar, ter-se-á como consequência direta mais demissão de trabalhadores rurais.

Outro fator que vem aumentando a utilização das máquinas no cultivo da cana-de-açúcar foi a aprovação da legislação que os municípios estão introduzindo para proibir a queimada deste produto nas imediações das cidades visando à melhoria da saúde da população. Com essa proibição, as usinas estão tendo que colher cana crua nas áreas até três quilômetros dos municípios, não sendo mais permitida a utilização do processo de queimada de cana-de-açúcar.

Para que o trabalhador rural execute seu trabalho no corte canavieiro, é necessário que haja a queimada do canavial para a retirada da palha. Sendo assim, não é comum a utilização de

⁵ Preço de máquinas produzidas no Brasil. Os preços das máquinas importadas chegam a atingir o valor de US\$ 350.000,00 segundo depoimento do representante do Grupo Imagem (órgão de representação do setor sucroalcooleiro).

trabalhadores para colher a cana crua, ficando esse trabalho quase que exclusivamente para as máquinas. Como as áreas das imediações dos municípios não podem ser mais queimadas, o trabalho passou a ser executado somente pelas máquinas, o que fez com que o trabalhador ficasse sem oportunidade de emprego.

Sabe-se que o processo de mecanização do setor canavieiro é inevitável e que as demissões irão continuar a acontecer. Portanto, é de fundamental importância que haja uma conscientização e mobilização por parte das autoridades e instituições competentes da região a fim de encontrar novos caminhos para o trabalhador rural. Se nada for feito no sentido de encaminhar essa mão-de-obra, a sociedade poderá enfrentar graves problemas sociais decorrentes dessas demissões.

1.3.2 A Situação Atual da Agricultura da Microrregião de Ribeirão Preto

Contando com a presença de solos férteis e com o capital oriundo das antigas fazendas de café, a cultura da cana-de-açúcar encontrou bases para se desenvolver e para se tornar o principal produto da região ribeirãopretana. Atualmente, a região é a principal produtora de cana-de-açúcar do Brasil tanto no que tange à produção de açúcar como em relação à produção de álcool⁶. Apesar da predominância da lavoura canavieira, a região apresenta certa diversificação de suas lavouras com a finalidade de preservar a fertilidade dos solos. São cultivados no período de rodízio da cultura da cana-de-açúcar, arroz, feijão, soja e amendoim.

Segundo a divisão espacial do IBGE, a microrregião de Ribeirão Preto abrange uma área de 5.610 quilômetros quadrados dentro do Estado de São Paulo e conta atualmente com 2.649 estabelecimentos agropecuários, abrangendo uma área de 414.133 hectares, segundo os dados da tabela 1. Observando a mesma tabela, nota-se que os estabelecimentos agrícolas são baseados nas grandes propriedades. A área média dos estabelecimentos da microrregião é aproximadamente o dobro da média do Estado de São Paulo.

⁶ Segundo dados da Coderp, a região de Ribeirão Preto é responsável pela produção de 20% do açúcar nacional e 32% do álcool nacional.

Tabela 1

Perfil Atual da Agricultura na Microrregião de Ribeirão Preto

municípios/variáveis	Área da Unidade Territorial (km ²)	Estabelecimento Agropecuário	Área dos Estabelecimentos Agropecuários	Área Média dos Estabelecimentos (hectare)	Valor Produção Lavouras/ Valor Produção Total	Área Canal Área Lavoura	Qde colhida/ hectare
Barrinha	147	62	13135	211,9	98,5	88,5	59,7
Brodósqui	280	326	25270	77,5	72,1	67,9	62,7
Cravinhos	312	162	26974	166,5	85,7	81,2	66,7
Dumont	111	138	7357	53,3	96,5	90,2	68,2
Jardinópolis	506	149	30491	204,6	84,9	94,5	81,9
Luis Antônio	599	99	46812	472,8	92,2	84,0	57,7
Portal	356	273	31947	117,0	97,5	74,5	65,3
Pradópolis	168	123	15864	129,0	97,9	78,2	73,9
Ribeirão Preto	652	198	36632	185,0	86,3	83,7	71,2
Santa Rita Passa Quatro	755	356	46514	130,7	57,4	47,3	58,0
Santa Rosa Viterbo	290	118	32532	275,7	90,0	61,2	65,7
São Simão	620	128	33963	265,3	55,3	75,3	43,0
Serra Azul	284	57	16273	285,5	91,5	93,7	43,5
Serrana	126	43	10727	249,5	97,4	88,5	66,3
Sertãozinho	404	417	39642	95,1	87,6	79,7	71,5
Total MHR	5610	2649	414133	156,3	85,3	77,9	66,2
São Paulo	248809	218016	17369204	79,7	66,5	40,4	72,4

Fonte: Base de Informações Municipais - BIM de 1996 do IBGE

Tabela 1

Perfil Atual da Agricultura na Microrregião de Ribeirão Preto (continuação)

municípios/variáveis	Pessoal Ocupado/ 1000 hectares	% Estabelecimento Defensivo	nº hectare/ máquina colheita	nº hectare/ trator	Produtividade		Total Empregados/	
					Trabalho	Terra	Pessoal Ocupado	
Barrinha	18,5	93,5	875,7	208,5	37753,1	698,4	53,5	
Brodósqui	36,4	86,5	1330,0	91,9	17445,7	635,1	37,9	
Cravinhos	39,1	96,9	691,6	105,4	18220,1	711,9	73,0	
Dumont	72,3	94,9	52,2	23,4	13868,4	1002,9	41,2	
Jardinópolis	54,6	95,3	1089,0	76,6	21600,0	1179,5	85,8	
Luis Antônio	34,1	100,0	5851,5	170,2	14353,0	489,0	89,5	
Ponta	137,0	97,4	570,5	85,4	5558,2	761,7	90,9	
Pradópolis	152,7	90,2	311,1	64,8	4622,6	705,7	92,4	
Ribeirão Preto	120,0	95,5	779,4	63,2	7238,8	868,9	81,5	
Santa Rita Passa Quatro	48,8	96,0	1860,6	77,5	11262,8	550,1	74,1	
Santa Rosa Viterbo	53,2	94,9	3253,2	168,6	9699,4	515,8	63,8	
São Simão	26,3	93,0	2830,3	223,4	8061,7	211,7	62,8	
Serra Azul	23,2	98,2	16273,0	141,5	16976,2	394,3	75,9	
Serrana	205,8	100,0	412,6	65,0	3701,5	761,9	90,5	
Sertãozinho	217,1	96,6	247,8	47,4	5136,3	1115,1	90,8	
Total MHR	80,4	95,0	649,1	85,5	8601,9	691,5	82,8	
São Paulo	52,7	92,5	961,5	101,8	9194,3	484,3	48,3	

Fonte: Base de Informações Municipais - BIM de 1996 do IBGE

Mesmo assim, observou-se uma grande variação no tamanho destas propriedades dentro da amostra dos municípios. A cidade de Dumont apresentou a menor área média dos estabelecimentos (53,3 hectares) enquanto que a cidade de Luís Antônio apresentou a maior área (472,8 hectares).

Pode-se afirmar que o valor das produções das lavouras é aproximadamente 85% do valor da produção total e a região pode ser caracterizada como sendo essencialmente agrícola, com a presença marcante da cultura da cana-de-açúcar abrangendo uma área de 77,9% das áreas com lavouras. Em relação à quantidade colhida por hectare, verificou-se que a microrregião apresentou alto valor, aproximando-se da média do Estado de São Paulo. Os municípios da amostra também se apresentaram heterogêneos para esta variável: São Simão e Serra Azul apresentaram os valores mínimos (43 toneladas por hectare) e Pradópolis, Ribeirão Preto e Sertãozinho encontraram-se no extremo superior, com mais de 70 toneladas por hectare.

Segundo os dados do Anuário do Jornal Cana (Safrá 1998-1999), estão instaladas na microrregião de Ribeirão Preto dezessete de açúcar e álcool localizando-se as três maiores em volume de produção em Pontal, Pradópolis e em Sertãozinho (tabela 2). São elas as usinas da Pedra, São Martinho e Santa Elisa respectivamente. A tabela 2 apresenta as usinas da microrregião nos municípios em que elas estão instaladas juntamente com o volume de produção de açúcar e álcool.

Segundo o Censo Agropecuário do IBGE de 1996, a cultura da cana-de-açúcar emprega atualmente 33.292 pessoas na microrregião. Os dados sobre pessoal ocupado por mil hectares da tabela 1 permitem afirmar que, em relação à média do Estado de São Paulo, a cultura de cana-de-açúcar na microrregião ribeirãopretana demanda grande força de trabalho. Os municípios de Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Serrana e Sertãozinho que têm esta cultura como base de sua produção se apresentaram como os maiores demandantes de mão-de-obra. A análise mais detalhada destes dados permite dizer que a cultura de cana-de-açúcar tem grande potencial na geração de empregos. O problema que deve ser questionado não é sobre a quantidade de emprego ofertada, mas sim sobre o tipo e condições de trabalho que a cultura da cana-de-açúcar oferece ao trabalhador rural (trabalho temporário).

Tabela 2

Usinas e Produção de Açúcar e Alcool na Microrregião de Ribeirão Preto

Nome da Empresa	Município	Dados da Produção		
		Alcool Hidratado (l)	Alcool Anidro (l)	Açúcar (Sc)
Açucareira Bortolo Carolo S.A	Pontal	28.461.099	9.992.000	3.764.369
Cia Albertina Mercantil e Industrial	Sertãozinho	13.093.487	8.406.148	2.919.270
Cia Energética Moreno de Açúcar e Alcool Ltda	Luis Antônio	32.155.000	45.590.000	2.845.400
Companhia Energética Santa Elisa S.A	Sertãozinho	112.485.000	132.715.000	10.369.975
Delos - Destilaria Lopes da Silva Ltda	Sertãozinho	8.835.000	0	0
Galo Bravo S.A - Açúcar e Alcool	Ribeirão Preto	49.881.000	29.740.000	1.232.800
Irmãos Biagi S.A - Açúcar e Alcool (da Pedra)	Pontal	130.775.000	76.344.000	4.376.400
Irmãos Biagi S.A - Açúcar e Alcool (Ibirá)	Santa Rosa de Viterbo	30.556.000	0	1.061.143
Irmãos Toniello Ltda	Sertãozinho	43.028.000	0	0
Jardest S.A - Açúcar e Alcool	Jardinópolis	21.347.928	7.705.934	1.406.026
Nova União Açúcar e Alcool	Serrana	45.610.000	25.285.000	3.197.340
Santo Antônio S.A	Sertãozinho	31.115.000	54.316.000	2.301.000
Usina Açucareira Bela Vista	Pontal	22.304.000	23.685.000	1.612.047
Usina Bazan S.A	Pontal	61.498.000	20.158.000	3.107.720
Usina Santa Rita S.A - Açúcar e Alcool	Santa Rita Passa Quatro	53.369.000	0	1.174.580
Usina São Francisco S.A	Sertãozinho	61.680.000	0	1.494.000
Usina São Martinho S.A - Açúcar e Alcool	Pradópolis	123.630.000	146.030.000	10.308.380

Fonte: Anuário Jornal Cana- Safra 98/99

Mesmo sendo uma das culturas que mais demandam mão-de-obra no Estado de São Paulo, o número de trabalhadores contratados todo ano para o corte da cana-de-açúcar vem se reduzindo principalmente em função do aumento da utilização de máquinas no seu cultivo. Segundo informação para a imprensa divulgada pelo IBGE “essa redução teve a ver com o declínio do segmento de lavouras e ao intenso processo de modernização expulsora de mão-de-obra que se verificou no período intercensitário, continuando a tendência iniciada nos anos 60” (1996,p.5).

Em relação aos defensivos químicos, percebe-se que o Estado de São Paulo apresentou alto grau de utilização (92,5%). A microrregião acompanha a tendência do Estado (95%) e os municípios se mostraram mais homogêneos em relação a esta variável.

Na microrregião, a grande presença de tratores e de máquinas no cultivo da cana-de-açúcar revelou que o processo de modernização tem sido acentuado, como pode ser verificado na tabela 1. Em relação ao emprego destes instrumentos nos estabelecimentos, verificou-se que a relação entre a área agrícola e o número de máquinas da microrregião é menor do que a média do Estado de São Paulo, revelando a grande intensificação da mecanização.

Pode-se afirmar que este processo de modernização se apresentou homogêneo dentro dos municípios da amostra. Alguns municípios se mostraram mais intensivos no uso de máquinas na colheita (Barrinha, Cravinhos, Dumont, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Serrana, Sertãozinho) enquanto que outros menos (Brodósqui, Luís Antônio, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Rosa de Viterbo, São Simão e Serra Azul). Em relação à utilização de tratores os municípios de Brodósqui, Dumont, Jardinópolis, Pontal, Pradópolis, Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro, Serrana e Sertãozinho se apresentaram intensivos no uso deste instrumento.

O aumento da utilização das máquinas principalmente no corte da cana-de-açúcar tem sido intenso, apresentando as usinas da região uma porcentagem considerável de sua área mecanizada. Estima-se que as principais usinas possuam em torno de 30% a 40%⁷ de sua cultura

⁷ Dados extraídos do Jornal Cana de 09/1999 e do texto Política para o Setor Sucroalcooleiro Frente à Crise: uma proposta alternativa para o Estado de São Paulo coordenado por José Graziano da Silva, apresentado em 19/07/1999 em seminário organizado pelo Núcleo de Economia Agrícola da Unicamp.

mecanizada. Tal fato é favorecido em função da região possuir solos planos, propícios para a introdução dessas máquinas.

A intensificação no uso de máquinas e de defensivos químicos no cultivo da cana-de-açúcar favoreceu o aumento da produtividade do trabalho e da terra, mas a tabela 1 revela que a microrregião apresentou produtividade do trabalho inferior se comparada com a média do Estado de São Paulo.

Na microrregião de Ribeirão Preto predomina o trabalho assalariado em detrimento da mão-de-obra familiar. Comparativamente à média do Estado de São Paulo, esta microrregião utiliza em uma escala muito maior o primeiro tipo de trabalho. Enquanto na média do Estado cerca de 48% das pessoas ocupadas na agricultura são empregados contratados, na microrregião de Ribeirão Preto esse percentual sobe para quase 83%. Como descrito anteriormente, é característica da cultura da cana-de-açúcar demandar uma força de trabalho temporária, empregada geralmente nos períodos de safra e dispensada nos períodos de entre-safra.

Como se sabe, os efeitos da modernização da colheita da cana-de-açúcar são a perda de emprego por parte dos trabalhadores rurais e o aumento da utilização do trabalho temporário. Nenhuma das alternativas representa uma solução adequada. Para essa mão-de-obra, a oportunidade do trabalho é uma questão de sobrevivência, dado que não têm muitas perspectivas em função de sua baixa qualificação profissional.

1.4 Interação entre o Rural e o Urbano

Da discussão feita anteriormente fica claro que o processo de mecanização da lavoura canavieira vem trazendo alterações no perfil sócio-econômico da região de Ribeirão Preto e como consequência mais grave desse processo tem-se o problema da demissão dos trabalhadores rurais e a perda de atividades por parte dos pequenos agricultores. Ambas as classes necessitam de alternativas de trabalho a fim de que possam garantir seu nível de renda e sua subsistência.

Entende-se que uma solução possível para esse problema se encontra na capacidade da economia local (a cidade e seu entorno rural) de gerar outros tipos de emprego para absorver essa mão-de-obra excedente do campo. Kageyama, fazendo uma revisão bibliográfica de diversos

autores a respeito de pluriatividade⁸ e economia local, observa que “a referência espacial relevante (‘região’) é a economia local que forma o ‘ambiente produtivo’ ou contexto. A análise da capacidade de desenvolvimento das áreas rurais – dada pela sua diversificação interna e suas formas de integração com o exterior – deve ter portanto dois pólos, as empresas (ou as famílias) e o contexto ou economia local em que se inserem” (1998, p.531).

Ainda segundo a autora, “o ‘território’ tem papel central no processo de desenvolvimento econômico, cobrindo aspectos como informação, produção, mercado de trabalho e governança sócio-institucional e os fatores de sucesso são eminentemente locais. Para que se forme um mercado de trabalho, para que os rurais possam ter múltiplas atividades, é preciso um certo desenvolvimento industrial descentralizado que crie áreas dinâmicas, de forma que os estudos devem ter um nível de agregação espacial o menor possível” (ibid., p.540).

Essa integração entre o meio rural e o urbano é responsável pela dinâmica da economia regional. A partir da interligação desses mercados Kageyama salienta que, “quanto maior for a cidade em relação ao seu entorno rural, maior será o peso das transações efetuadas em mercados no total das transações da região” (ibid., p.539). Complementando a discussão sobre economia local, Schejtman comenta: “reexaminar a problemática do desenvolvimento rural supõe inseri-la no marco de desenvolvimento das economias locais, enfatizar as articulações econômicas entre o núcleo urbano e seu interior agrícola, analisando como se entrelaçam os mercados, fragmentários ou não, imperfeitos ou não” (2000, p.36).

É importante a aplicação do conceito de economia local para se entender o processo de encaminhamento da mão-de-obra rural na microrregião de Ribeirão Preto. A interação e a integração do trabalhador rural no mercado local, dadas as redes econômicas e sociais que aí são formadas, podem ser capazes de inseri-lo nesses mercados de trabalho diversificados.

Considera-se que uma solução para o problema do subemprego e desemprego do trabalhador rural deve ser buscada nesse nível de análise, isto é, será o entorno ou contexto da região de Ribeirão Preto que poderá ou não oferecer oportunidades de trabalho à mão-de-obra

⁸ Entende-se por pluriatividade a execução de dois ou mais tipos de trabalho realizados pelos trabalhadores como estratégia de manutenção da renda. No caso deste trabalho o trabalhador considerado é o rural.

desempregada pela mecanização da cana-de-açúcar.

Para se entender as formas de inserção do trabalhador rural na economia local é importante considerar as estratégias de diversificação das atividades que esses trabalhadores rurais vêm utilizando como forma de sobrevivência. A pluriatividade, segundo Kageyama, é uma dessas formas de inserção.

O trabalhador volante, em função de passar alguns meses do ano sem emprego (período da entre-safra), passou a trabalhar nas cidades próximas como auxiliar de pedreiro a fim de garantir seu sustento nesta temporada. Trabalhava, assim, nas lavouras canavieiras no período que dura a safra e, nos períodos de entre-safra, se dirigia para as cidades para executar outro tipo de atividade, basicamente no setor da construção civil.

Essa estratégia permitiu que o trabalhador rural garantisse durante alguns anos uma renda contínua, isto é, ao longo do ano. Como esse setor se encontra em uma fase recessiva desde 1994, esses trabalhadores passaram a não ser mais contratados tão freqüentemente para esse tipo de trabalho, fazendo com que sua renda caísse consideravelmente e com ela se reduzisse também o seu nível de vida, que já não era considerado satisfatório. O gráfico 1 mostra o desempenho do setor da construção civil nos municípios da microrregião de Ribeirão Preto entre os anos de 1986 e 1999⁹.

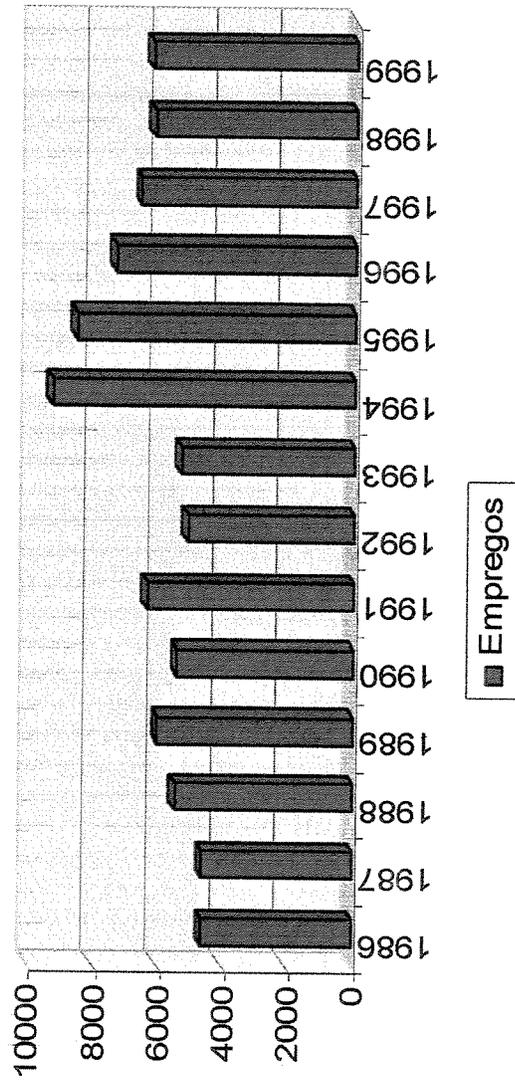
Em relação aos trabalhadores migrantes, o que se pode dizer é que esses já utilizavam uma estratégia de combinação de duas safras para garantir o seu sustento. Geralmente cultivavam seu pequeno pedaço de terra para sustento da família no período de entre-safra da cana-de-açúcar e no período da safra se encaminhavam sozinhos para a região de Ribeirão Preto, a fim de ganhar um dinheiro extra que investiam no cultivo de sua terra em sua cidade de origem. Sem trabalho garantido para o período de safra da cana-de-açúcar em função da mecanização do setor sucroalcooleiro, esses trabalhadores não estão se deslocando tão freqüentemente para o trabalho na lavoura canavieira, passando a ser um problema social para seu Estado.

⁹ Dados disponíveis para quatorze municípios da microrregião de Ribeirão Preto com exceção de Santa Rita do Passa Quatro.

Gráfico 1

Evolução de Empregos Formais (Construção Civil) na Microrregião de Ribeirão Preto

Evolução de Empregos Formais (Construção Civil) na Microrregião de Ribeirão Preto 1986-1999



Fonte: Coordenação de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto

Percebe-se que tanto o trabalhador rural residente na região de Ribeirão Preto quanto o trabalhador rural migrante necessitaram sempre encontrar alternativas para o tempo em que ficavam sem trabalho. Atualmente o trabalhador residente na região ribeirãopretana está tendo que encontrar outras alternativas de trabalho também em função da desqualificação profissional. Tal fato tem dificultado sua inserção no mercado de trabalho das cidades das imediações.

Por alguns anos, os trabalhadores rurais residentes na região conseguiram enfrentar o problema da demissão no setor sucroalcooleiro empregando-se em outras culturas, como café e laranja, que também geram empregos temporários. Como o processo de mecanização também está atingindo essas culturas, essa possibilidade de trabalho passou a ser cada vez mais restrita.

O processo de modernização da agricultura vem alterando o perfil de emprego não somente do trabalhador rural mas também dos pequenos produtores, que estão tendo que encontrar novas formas de garantir seu sustento. Para Graziano da Silva *et alii* "...a partir dos anos 80, as atividades agropecuárias tradicionais já não conseguiam mais explicar, por si só, a dinâmica do emprego e da população rural do Estado de São Paulo". Para os autores, "era preciso incluir outras variáveis, como as atividades rurais não-agrícolas decorrentes da crescente urbanização do meio rural (moradia, turismo, lazer e outros serviços) e as atividades de preservação do meio ambiente, além de um conjunto de pequenos negócios agropecuários intensivos (piscicultura, horticultura, floricultura, fruticultura de mesa, criação de pequenos animais etc.) que buscam 'nichos de mercado' muito específicos para sua inserção econômica" (1996, p.83). Para esses autores, o rural não pode ser mais explicado somente por suas atividades tradicionais, mas ganhou novas funções (agrícolas e não-agrícolas) que têm propiciado novas atividades para os pequenos agricultores.

O meio rural está conseguindo fornecer atividades não-agrícolas para garantir a renda de alguns pequenos produtores que ficaram excluídos pelo processo de modernização da agricultura canavieira. Essa categoria não precisou sair do campo para continuar subsistindo.

Mas faz-se necessária uma investigação mais cuidadosa para saber se os trabalhadores rurais, cortadores de cana-de-açúcar, estão tendo ou se terão chances de se inserir nas atividades agrícolas convencionais e não-convencionais e se as cidades têm capacidade de ofertar trabalhos

não-agrícolas a esses trabalhadores. Será, então, esse mercado local o responsável pela absorção da força de trabalho excluída do campo. Sendo a economia da microrregião de Ribeirão Preto diversificada, possuindo setores industriais e de prestação de serviço, faz-se necessário quantificar a oferta potencial local de empregos para que se possa traçar um perfil do mercado de trabalho dessa região.

CAPÍTULO 2

PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO E MERCADO DE TRABALHO DA MICRORREGIÃO DE RIBEIRÃO PRETO

2.1 Introdução

Com base na discussão do capítulo anterior, observa-se que uma solução possível para o problema do desemprego do trabalhador rural está na capacidade da economia local em gerar oportunidades de emprego tanto na área urbana quanto na área rural. Faz-se necessário, então, um estudo mais detalhado sobre a economia da microrregião de Ribeirão Preto que permita verificar a capacidade de absorção e inserção da mão-de-obra rural em atividades agrícolas e não-agrícolas dentro da própria região.

Para se compreender melhor a dinâmica das atividades não-agrícolas e o perfil de emprego ao longo da década de 90 será feita inicialmente uma caracterização sócio-econômica dos municípios da amostra. Analisa-se também o volume de pessoas ocupadas nos seis setores da economia (agricultura, indústria, comércio, construção civil, administração pública e prestação de serviços) para avaliar quais demandam maior volume de mão-de-obra. Busca-se também estimar o potencial de oferta de emprego agrícola tomando como base o crescimento do número de pessoas ocupadas nesse tipo de atividade nos últimos anos. A discussão deste capítulo está fundamentada em dados da Fundação SEADE, Base de Informações Municipais, Censos Demográficos e Agropecuários do IBGE, dados das Secretarias do Emprego e Relações de Trabalho (SERT) e em trabalhos que visam a caracterizar os municípios da microrregião.

Analisa-se, por fim o nível de investimento que vem ocorrendo recentemente nos municípios da amostra de forma a estimar o possível crescimento dos setores da economia que poderão gerar novos postos de trabalho que absorvam parte da mão-de-obra rural oriunda do corte da cana-de-açúcar. Dessa forma, pode-se ter uma idéia de como os trabalhadores rurais poderão ser inseridos no mercado de trabalho local em atividades agrícolas ou não-agrícolas.

2.2 Perfil Sócio-Econômico da Microrregião Homogênea de Ribeirão Preto

2.2.1 Características Urbanas

A cidade de Ribeirão Preto é a mais importante da amostra dos quinze municípios em termos econômicos e sociais e está localizada em um dos centros mais desenvolvidos do Brasil, sendo uma das âncoras da economia do Estado de São Paulo. O PIB (Produto Interno Bruto) da região é de US\$22 bilhões e a renda *per capita* é de aproximadamente US\$2 mil. A cidade também destaca-se por apresentar um dos maiores índices de desenvolvimento econômico e social (IDH) do Estado de São Paulo (CODERP, 2000).

É importante destacar a intensa atividade no setor comercial e de serviços do município de Ribeirão Preto. A cidade é o principal centro de consumo do Nordeste paulista, que encontra forças na prestação de serviços e comércio, com aproximadamente 13 mil estabelecimentos em ambos setores. Cerca de 1,3 mil indústrias estão instaladas no município.

A cidade de Ribeirão Preto apresenta uma população de 452.252 habitantes, segundo dados do Censo Agropecuário de 1996, observados na tabela 3. Considerando-se o conjunto dos quinze municípios da amostra, verifica-se que existem 773.241 pessoas que residem na microrregião, representando um percentual de 2,3% da população do Estado de São Paulo. Em relação à densidade demográfica, a média para a microrregião se apresentou praticamente a mesma quando comparada à média do Estado de São Paulo, mas dentro da amostra dos municípios houve uma grande variação. Algumas cidades como Luís Antônio, São Simão, Serra Azul e Santa Rita do Passa Quatro, Jardinópolis, Dumont e Brodósqui, apresentaram baixa densidade demográfica, sendo os valores bastante inferiores à média da microrregião, enquanto que os municípios de Ribeirão Preto, Sertãozinho e Serrana apresentaram densidade demográfica superior à média da microrregião. Deve-se chamar a atenção para Ribeirão Preto, que apresentou aproximadamente 700 habitantes por quilômetro quadrado.

Baseados nos dados do Censo Demográfico do IBGE de 1970, 1980 e 1991, observa-se na tabela 4 e no gráfico 2 que, em relação ao crescimento da população da microrregião entre os anos de 1970 e 1991, houve um crescimento a uma taxa de 3,2%. Com base na contagem populacional de 1996 e nas estimativas da população para os anos de 1997, 1998 e 1999 do IBGE

Tabela 3

Caracterização Sócio-Econômica da Microrregião de Ribeirão Preto 1996

municípios/variáveis	População Residente	Densidade Demográfica	Taxa Urbanização	Anos de Estudo - Média	Porcentagem Migrantes
Barrinha	21905	149,01	97,64	4,74	8,38
Brodósqui	15529	55,46	93,36	5,64	4,84
Cravinhos	23984	76,87	94,1	5,57	8,46
Dumont	5495	49,50	88,95	5,5	4,75
Jardinópolis	24615	48,65	91,77	5,5	7,52
Luis Antônio	6885	11,49	90,94	5,75	5,99
Pontal	26916	75,61	93,98	5,03	8,17
Pradópolis	11854	70,56	90,14	5,46	12,85
Ribeirão Preto	456252	699,77	99,53	7,17	7,21
Santa Rita Passa Quatro	24874	32,95	82,91	6,37	6,6
Santa Rosa Viterbo	20207	69,68	93,16	5,9	1,3
São Simão	12668	20,43	90,08	6,26	7,89
Serra Azul	6931	24,40	91,79	5,28	5,3
Serrana	26581	210,96	96,66	5,25	6,84
Sertãozinho	88545	219,17	94,31	5,77	7,66
Total MHR	773241	137,83			
São Paulo	34119110	137,13	93,11	6,55	8,71

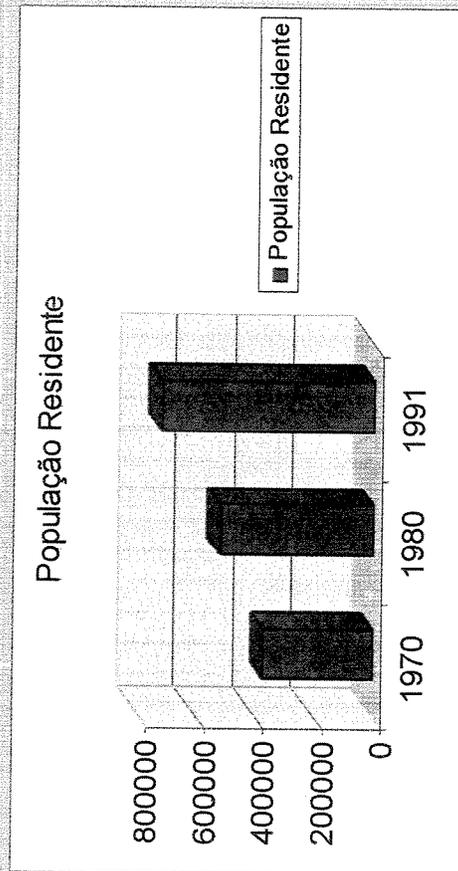
Fonte: Base de Informações Municipais - BIM de 1996 do IBGE

Tabela 4/Gráfico 2

Crescimento Demográfico - Microrregião de Ribeirão Preto 1970-1991

Crescimento Demográfico - Microrregião Ribeirão Preto

Ano	População Residente	Ano	Taxa Crescimento Populacional
1970	373249	1970	
1980	521668	1980	3,4
1991	722975	1991	3,0
		1970-1991	3,2



Fonte: Censos Demográficos do IBGE

apresentadas na tabela 5 e no gráfico 3, tem-se que a população da microrregião cresceu aproximadamente 1,8% ao ano entre os anos de 1996 e 1999.

Retomando a análise da tabela 3, pode-se dizer que quase todos os municípios da amostra apresentaram altas taxas de urbanização quando comparadas com a média do Estado de São Paulo, que por sua vez também é elevada. Destaca-se novamente o município de Ribeirão Preto, em que a população urbana representa 99,5% da população total. O grau acentuado de urbanização indica que a criação de empregos rurais para os trabalhadores desempregados pela cana-de-açúcar pode ser bastante dificultada no município sede da microrregião.

Os dados da tabela 3 também revelaram que em relação à média de anos de estudo, verifica-se que somente o município de Ribeirão Preto apresentou valor superior à média do Estado de São Paulo. Todos os demais apresentaram média inferior, oscilando de 4,74 a 6,37 anos de estudo. Uma possível explicação para tal diferença encontra-se no fato de Ribeirão Preto dispor de uma sofisticada estrutura educacional superior contando com uma universidade pública – Universidade de São Paulo (USP), e seis universidades particulares - Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP), Centro Universitário Moura Lacerda, Universidade Paulista (UNIP), Universidade Osvaldo Cruz (UNICOC), Centro Universitário Barão de Mauá e Faculdades Bandeirantes.

Em relação à estrutura empresarial da microrregião de Ribeirão Preto, pode-se afirmar, segundo os dados da tabela 6, que ela tem registradas 30.534 empresas (unidades locais) atuantes, representando 2,8% do total das empresas do Estado de São Paulo. Essas unidades locais podem ser geradoras potenciais de emprego para a mão-de-obra oriunda do corte da cana-de-açúcar.

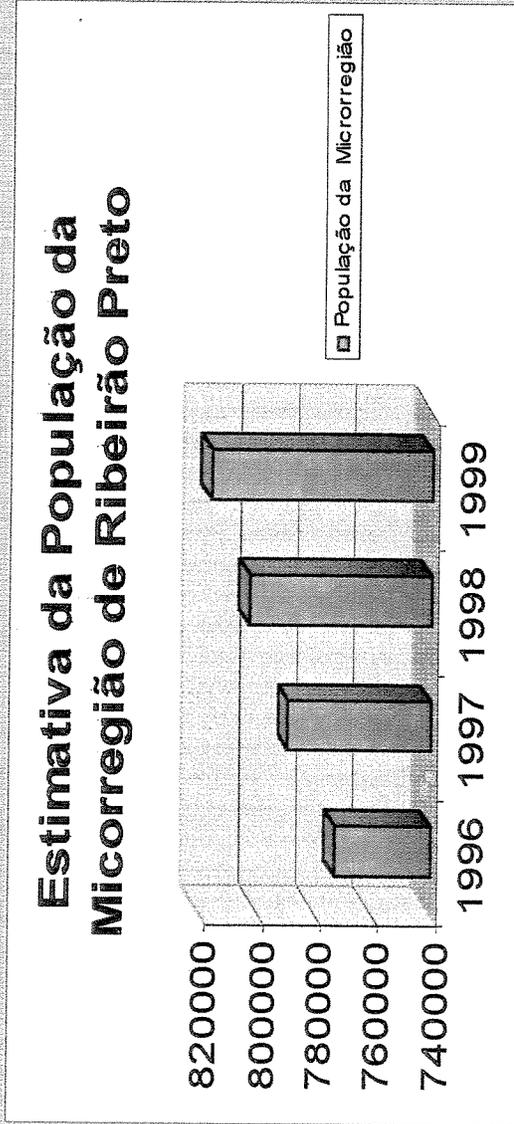
A porcentagem de empresas familiares ou de micro-empresas na microrregião que empregam quatro pessoas ou menos em suas instalações mostrou-se superior à média do Estado (76,6% para a microrregião e 71,5% para o Estado de São Paulo). Os valores para os municípios da amostra apresentaram-se homogêneos para esta variável.

Analisando o percentual de pessoas ocupadas em pequenas empresas, observa-se que a média da microrregião (20,8%) se mostrou superior à média do Estado (16,3%). Os resultados

Tabela 5/Gráfico 3

Estimativa da População da Microrregião de Ribeirão Preto

		Anos			
		1996	1997	1998	1999
População da Microrregião		773211	789211	802734	816217
Taxa de Crescimento Populacional			2,1	1,7	1,7
					1,8



Fonte: Estimativa Populacional do IBGE

Tabela 6

Caracterização Sócio-Econômica da Microrregião de Ribeirão Preto Estrutura Empresarial - 1996

Municípios/variáveis	Unidades Locais	Porcentagem U.L. < 4 pessoas ocup.	Pessoal Ocupado em U.L.	Porcentagem P.O em U.L. < ou = 4	Porcentagem P.O em U.L. > 30/ total P.O	Pessoal Ocupado/ Unidades Locais
Barrinha	420	88,8	1573	33,2	52,7	3,75
Brodósqui	601	86,0	2029	40,9	31,9	3,38
Cravinhos	1176	87,1	4409	43,4	29,6	3,75
Dumont	150	76,0	719	31,0	40,9	4,79
Jardinópolis	1120	82,6	5548	27,7	50,2	4,95
Luis Antônio	237	83,5	2079	13,8	73,5	8,77
Pontal	718	86,9	4984	18,8	68,0	6,94
Pradópolis	308	82,1	5948	6,6	88,6	18,99
Ribeirão Preto	20089	73,7	134970	21,0	50,4	6,72
Santa Rita Passa Quatro	794	74,3	5338	21,9	54,3	6,72
Santa Rosa Viterbo	614	80,6	4316	18,3	66,2	7,03
São Simão	481	74,8	2504	24,2	44,9	5,21
Serra Azul	166	86,7	546	38,6	31,1	3,29
Serrana	772	88,1	4828	20,9	65,5	6,25
Sertãozinho	2888	79,5	26161	15,4	67,4	9,06
Total MHR	30534	76,6	205852	20,8	54,3	6,74
São Paulo	1087287	71,5	9058064	16,3	61,2	8,33

Fonte: Base de Informações Municipais - BIM de 1996 do IBGE

para esta variável se apresentaram heterogêneos, tendo as cidades de Cravinhos e Brodósqui se destacado do conjunto por possuírem empresas que absorvem uma quantidade maior de trabalhadores. Já as cidades de Pradópolis e Luís Antônio apresentaram número menor de pessoas ocupadas em pequenas empresas por sediarem respectivamente a maior usina de açúcar e álcool do país (Usina São Martinho) e a maior empresa de papel e celulose (CELPAVE).

Em relação às pessoas ocupadas em unidades locais com mais de trinta funcionários (grandes empresas), os dados da tabela 4 revelaram que o valor para a microrregião (54,3%) é inferior à média do Estado de São Paulo (61,2%). Novamente os dados apresentaram-se heterogêneos para os municípios da amostra: Pradópolis e Luís Antônio possuem maior número de trabalhadores empregados nessas empresas contrastando com os municípios de Cravinhos, Serra Azul e Brodósqui, que apresentaram o menor número.

Durante alguns anos, o que se pôde observar na região foi o aumento dos incentivos dados às grandes empresas (principalmente às usinas de cana-de-açúcar) em detrimento das pequenas e médias que se estabeleceram nas imediações. A análise da estrutura empresarial (tabela 4) permite dizer que a microrregião de Ribeirão Preto concentra grande parte de suas atividades em empresas de pequeno e médio porte. Portanto, se esses segmentos forem privilegiados em termos de incentivos e investimentos, poderá haver geração de novos postos de trabalho que beneficiarão o trabalhador rural da lavoura canavieira. Uma possível solução para aumentar o número de empregos nas pequenas e médias empresas seria o aumento de incentivos fiscais por parte do governo federal e prefeituras municipais, dinamizando esse segmento de empresas e proporcionando emprego aos trabalhadores da região.

A análise da última variável da tabela 6, que mede a relação entre pessoal ocupado por unidades locais, revela que a microrregião de Ribeirão Preto emprega menos pessoas (6,74) quando comparada com a média do Estado de São Paulo (8,33). É possível verificar que houve uma grande variação dentro da amostra dos municípios, destacando-se a cidade de Pradópolis como a que mais emprega pessoas em suas unidades locais. Já as cidades de Serra Azul, Brodósqui, Barrinha e Cravinhos destacam-se por empregar uma menor quantidade de pessoas em suas empresas. Tal fato é decorrente da ausência de segmentos empresariais de grande expressão.

Continuando a análise da estrutura empresarial e enfocando os setores da economia da microrregião, verifica-se através dos dados da tabela 7 e do gráfico 4 que há uma grande diferença entre o município de Ribeirão Preto e os demais municípios da amostra no que diz respeito à alocação do pessoal ocupado por ramo de atividade. Dividindo-se os setores em seis categorias – agricultura, indústria, comércio, construção civil e administração pública e outros¹⁰ - tem-se a seguinte situação:

O município de Ribeirão Preto concentra em suas imediações 20.089 unidades locais enquanto que os demais possuem em conjunto 10.445 unidades locais. Em relação à quantidade de pessoas ocupadas, observa-se que Ribeirão Preto emprega quase o dobro da mão-de-obra dos demais municípios, justificado pelo fato de possuir maior número de empresas, o que aumenta a oportunidade de emprego aos trabalhadores. Ainda segundo a análise da mesma tabela, é possível observar que o município de Ribeirão Preto apresenta as seguintes características em relação ao pessoal ocupado nos ramos de atividade econômica: 1,03% do pessoal ocupado está empregado na agricultura, 14,97% está ocupado na indústria, 30,07% está ocupado no comércio, 4,72% está empregado na construção civil e 8,23% se encontra na administração pública e 40,99% em outras atividades.

Em relação aos demais municípios em conjunto, observa-se a seguinte distribuição: 16,9% dos trabalhadores se encontram empregados na agricultura, 32,29% estão ocupados na indústria, 20,70% estão empregados no comércio, 2,05% estão empregados no ramo da construção civil, 9,66% estão trabalhando na administração pública e 18,40% estão ocupados em outras atividades.

Em relação ao total do pessoal ocupado por ramo de atividade na microrregião de Ribeirão Preto tem-se o seguinte resultado: 6,50% do pessoal ocupado está na agricultura, 20,93% está emprego no setor industrial, 26,84% se encontram empregados no comércio, 3,80% está empregado na construção civil, 8,72% está concentrado na administração pública e 33,21% se encontra empregado em outros setores.

¹⁰Esse segmento inclui basicamente o setor de serviços. Neste caso são os alojamentos, intermediações financeiras, transportes, educação, saúde, imobiliárias etc.

Tabela 7/Gráfico 4

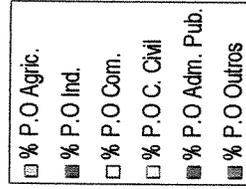
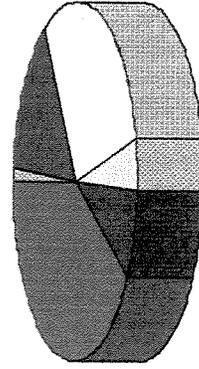
Estrutura Empresarial da Microrregião de Ribeirão Preto

Estrutura Empresarial

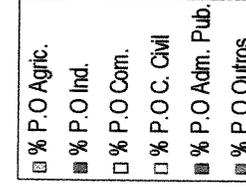
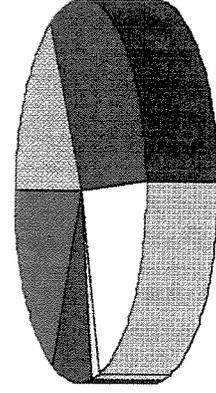
Município	Empresas	Pessoal Ocupado	% P.O Agric.	% P.O Ind.	% P.O Com.	% P.O C. Civil	% P.O Adm. Pub.	% P.O Outros
Ribeirão Preto	20089	134970	1,03	14,97	30,07	4,72	8,23	40,99
Outros	10445	70882	16,90	32,29	20,70	2,05	9,66	18,40
Total	30534	205852	6,50	20,93	26,84	3,80	8,72	33,21

Município	% P.O Agric.	% P.O Ind.	% P.O Com.	% P.O C. Civ.	% P.O Adm. Pu	% P.O Outros
Ribeirão Preto	1,03	14,97	30,07	4,72	8,23	40,99
Município	% P.O Agric.	% P.O Ind.	% P.O Com.	% P.O C. Civ.	% P.O Adm. Pu	% P.O Outros
Outros	16,90	32,29	20,70	2,05	9,66	18,40
Total	6,50	20,93	26,84	3,80	8,72	33,21

Ribeirão Preto



Demais Municípios



Fonte: Base de Informações Municipais - BIM de 1996 do IBGE

Dos dados apresentados na tabela 7 e do gráfico 4, poder-se-ia concluir que o município de Ribeirão Preto tenderia a ofertar mais vagas aos trabalhadores rurais da região nos setores de prestação de serviços, comércio, indústria, administração pública e construção civil, nesta ordem.

O setor da prestação de serviços pode absorver parte do contingente dos trabalhadores rurais na execução de atividades de serviços gerais (limpeza). O setor da administração pública pode ofertar emprego aos trabalhadores rurais em funções como garis e lixeiros que exigem baixo grau de escolaridade. Como salientado anteriormente, o setor da construção civil foi e ainda é responsável pela contratação de grande parte dos trabalhadores rurais em atividades como a de servente de pedreiro.

Ainda baseado nos dados da mesma tabela, verifica-se que, apesar de o setor do comércio empregar considerável quantidade de mão-de-obra no município de Ribeirão Preto, provavelmente não responderá pela contratação dos trabalhadores rurais porque exige um nível de qualificação maior da força de trabalho. Como o setor industrial também exige uma mão-de-obra mais qualificada, poucas serão as chances do trabalhador se inserir nessa atividade. Observa-se, também, que o ramo da agricultura não é um setor que demanda grande quantidade de mão-de-obra em relação aos demais setores e, portanto, não será responsável pela absorção do excedente de trabalhadores rurais provenientes do corte da cana-de-açúcar. Assim sendo, o trabalhador rural que quiser se empregar em atividades na cidade sede da microrregião de Ribeirão Preto terá melhores chances ao se dirigir para os setores da prestação de serviços, administração pública ou construção civil.

Já em relação ao conjunto de municípios da amostra, com exceção de Ribeirão Preto, observa-se que o setor da indústria é responsável pela maior parte das contratações, seguido pelo setor do comércio e da prestação de serviços, com peso menor. Sendo assim, o trabalhador rural que quiser se inserir nas atividades industriais terá que investir em qualificação profissional, dado que o setor exige experiência. Provavelmente no setor do comércio as chances do trabalhador rural serão bastante reduzidas em função de seu baixo nível de instrução. O setor de prestação de serviços dará oportunidades em trabalhos de serviços gerais. Como dito, em relação à administração pública, pode ser que o setor venha a absorver o trabalhador rural nas funções de lixeiros e de garis. Observa-se que a agricultura ainda possui grande peso na economia desses

municípios, o que de certa forma garante emprego aos trabalhadores rurais no campo. Verifica-se que o setor da construção civil não emprega tantas pessoas quanto o município de Ribeirão Preto, sendo uma solução menos viável a essa força de trabalho.

Deve ser enfatizado que as recentes privatizações das rodovias federais e estaduais com a conseqüente concessão dos direitos de tributação (pedágios) a empresas particulares teve um impacto considerável no crescimento do setor da prestação de serviços nos anos de 1999 e 2000. Como ainda não se dispõe de dados que comprovem o crescimento da contratação de trabalhadores nesse setor, fica impossibilitada uma análise mais detalhada desta situação.

Da análise acima foi possível constatar que existem diferenças entre o município de Ribeirão Preto e as demais cidades da microrregião no que tange à oferta de trabalho. A primeira cidade destaca-se por ofertar de emprego no setor da prestação de serviço e do comércio enquanto que as demais encontram força nos setores da indústria, comércio, prestação de serviços e agricultura. Resta saber se o trabalho ofertado pelas cidades aos trabalhadores rurais tem sido suficiente para lhes garantir renda que atenda a suas necessidades enquanto força de trabalho. Essa questão será abordada com maior riqueza de informações ao longo do próximo capítulo.

2.2.2 Características Rurais

Pode-se dizer que, em função de ser o maior centro produtor de açúcar e álcool, a elevada capitalização do setor agrário, a expansão e modernização da agroindústria canavieira são fatores relevantes para a microrregião de Ribeirão Preto. A potência da agroindústria, notadamente do setor sucroalcooleiro, é uma das características fortes da região, que como dito anteriormente responde pela produção de 20% do açúcar e 32% do álcool combustível extraído da cana-de-açúcar do país. A região também é responsável por 60% da produção de soja e 55% do amendoim do Estado de São Paulo. Também se destaca pelo cultivo do milho, café, algodão, frutas tropicais, além da produção de carnes, leite e aves (CODERP, 2000).

Considerando-se a importância da agroindústria para a microrregião de Ribeirão Preto, foi feita uma breve análise da produção da cana-de-açúcar para o período de 1985-1999. Apesar da agroindústria canavieira ter apresentado dinamismo acentuado no período do Proálcool, nos últimos anos o cenário tem se mostrado de forma diferente, com estabilidade da produção como

se pode observar no gráfico 5. Esta situação aponta para o fato de que, em não havendo estímulo para o crescimento do setor, a economia da microrregião poderá ficar comprometida por depender do desempenho do setor sucroalcooleiro. Estímulos a agroindústria canavieira tendem a ter impactos positivos para a economia local.

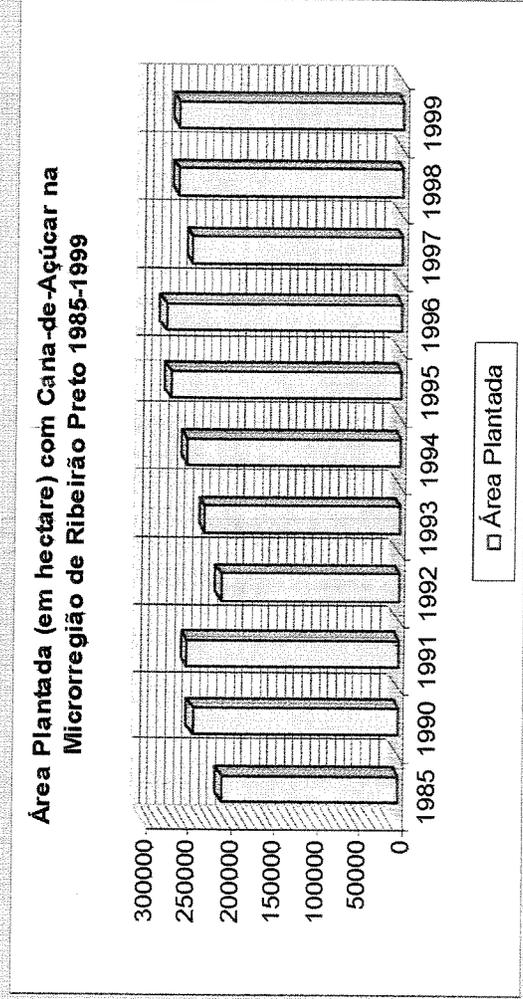
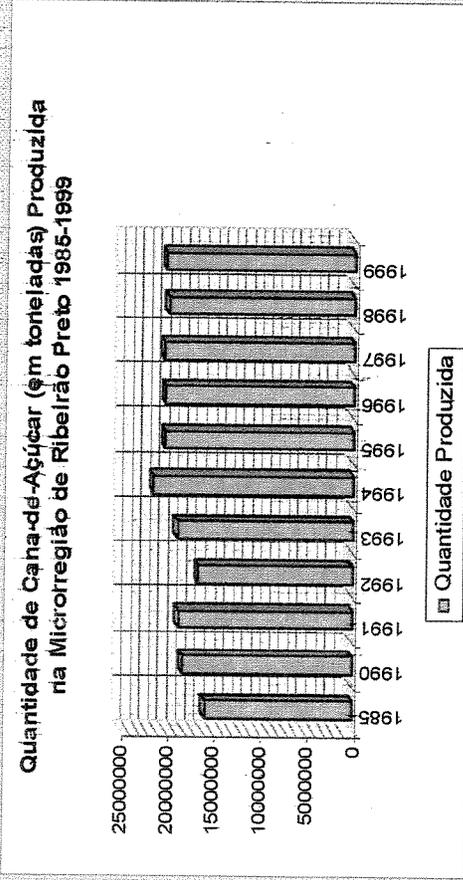
A fim de enriquecer a caracterização dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto, recorreu-se ao estudo de Kageyama e Leone (1999). Em seu trabalho as autoras fizeram uma tipologia dos municípios do Estado de São Paulo com base em indicadores sócio-demográficos. A partir de um conjunto de variáveis as autoras propuseram cinco classes para as cidades relacionadas no estudo: rural muito pobre, rural pobre, intermediária, urbano em expansão e urbano denso.

Segundo a classificação, todos os municípios da microrregião exceto Ribeirão Preto fazem parte da classe intermediária, que se caracteriza por apresentar valores intermediários para as variáveis escolhidas para o estudo. De acordo com as autoras, “as variáveis que mais contribuem para caracterizar a classe são, em primeiro lugar, a alta porcentagem de empregados agrícolas com carteira de trabalho assinada pelo empregador, configurando um mercado de trabalho assalariado bem estruturado para a agricultura ..., em seguida destacam-se a baixa porcentagem de pobres e o acesso razoável a bens e à educação básica” (p.30).

A cidade de Ribeirão Preto está classificada, segundo a tipologia das autoras, no tipo urbano denso, por apresentar áreas urbanas densamente povoadas e difere das demais cidades da microrregião por ser um pólo de atração econômica para os municípios de seu entorno. Pelo fato de a microrregião de Ribeirão Preto estar baseada no cultivo da cana-de-açúcar, que é uma cultura demandante de grande quantidade de mão-de-obra, é de se esperar que ela exerça forte atração sobre os trabalhadores rurais de outras regiões. Como se pode verificar através da análise da tabela 3, algumas cidades exercem maior atração sobre essa força de trabalho. As cidades de Cravinhos, Pontal e Pradópolis são as que atraem maior número de migrantes em função de se localizarem próximas às maiores usinas da região – Usina São Martinho, Usina São Francisco e Usina da Pedra. Já a cidade de Barrinha atrai trabalhadores migrantes por ser a principal cidade dormitório dos trabalhadores rurais. Esses trabalhadores se deslocam para a região de Ribeirão

Gráfico 5

Produção de Cana-de-Açúcar na Microrregião de Ribeirão Preto 1985-1999



Preto em busca de emprego na colheita de cana-de-açúcar, provenientes do Norte de Minas Gerais, de Goiás, do Sul da Bahia e de algumas regiões do Nordeste do país.

Ainda em relação à migração de trabalhadores rurais, observou-se dentro da amostra dos municípios que as cidades de Santa Rosa de Viterbo e Dumont são as que se mostram menos atrativas para os trabalhadores de outras regiões. Dumont exerce menor poder de atração sobre os trabalhadores rurais por ser uma cidade de pequeno porte que não possui usinas de açúcar e álcool ou destilarias e por estar diversificando suas atividades com o plantio do amendoim. Como a cultura da cana-de-açúcar atrai maior atenção do trabalhador rural, não se observou grande interesse por parte dessa força de trabalho em se empregar na cultura do amendoim. Ela só é procurada como alternativa à cana-de-açúcar quando os trabalhadores se encontram desempregados dessa atividade. Em relação a Santa Rosa de Viterbo, observou-se que o município teve uma grande usina fechada recentemente, fato que contribuiu para o pequeno interesse dos trabalhadores rurais cortadores de cana-de-açúcar de outros Estados.

Outro aspecto a ser levado em consideração é a taxa de crescimento do pessoal ocupado nas atividades agrícolas (tabela 8 e gráfico 6). Entre 1970 e 1996 houve o crescimento de apenas 1% da força de trabalho enquanto que a taxa de crescimento populacional para o período de 1970-1991 foi de 3,2%, indicando que o crescimento das atividades agrícolas não foi suficiente para atender à demanda de trabalho da população. Aliado a esse problema, pode-se dizer que a mecanização da cultura da cana-de-açúcar tem agravado a situação ao dispensar grande contingente de trabalhadores rurais que estão encontrando dificuldade de se inserir novamente na atividade canavieira.

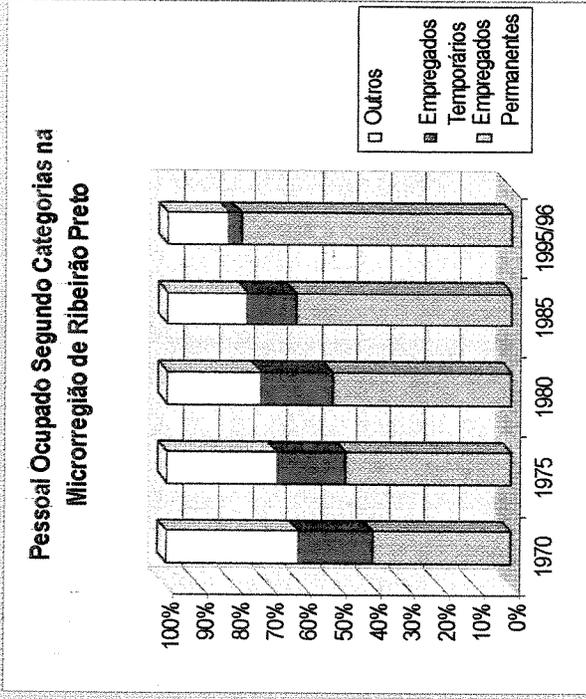
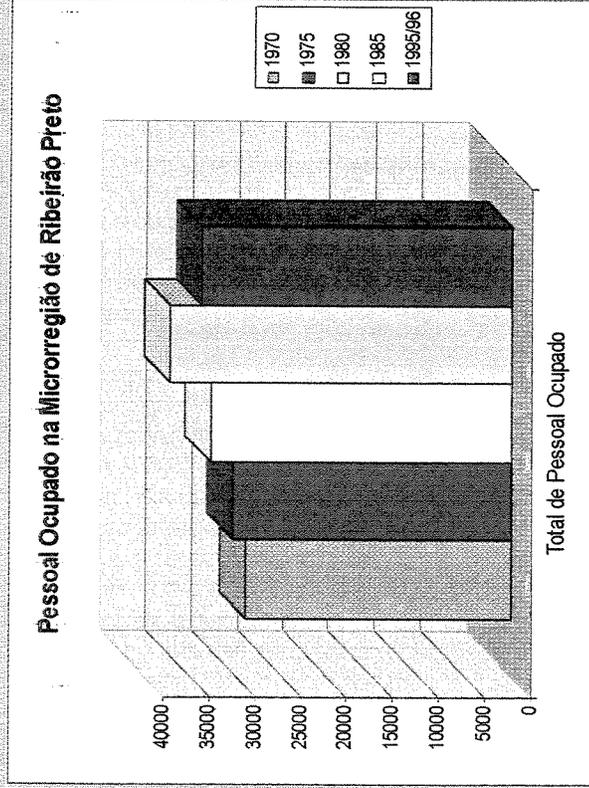
Apesar de a maior parte dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto estar vinculada à cultura da cana-de-açúcar, observou-se em visitas realizadas nas prefeituras municipais que cada uma delas vem encontrando soluções próprias para enfrentar o problema do desemprego do trabalhador rural.

Para uma apresentação didática, dividiu-se a amostra das quinze cidades em seis grupos de acordo com alguns pontos de convergência obtidos pelo método da observação. Os critérios

Tabela 8/Gráfico 6

Pessoal Ocupado na Microrregião de Ribeirão Preto

Ano	Total de Pessoal Ocupado	Empregados Permanentes	Empregados Temporários	Outros	Taxa Crescimento - Pessoal Ocupado
1970	29088	11650	6315	11123	5,6
1975	30540	14705	6136	9699	-2,9
1980	32910	17149	6863	8898	2,6
1985	37330	23460	5306	8564	-0,9
1995/96	33909	26720	1174	6015	1,0



utilizados para o agrupamento dos municípios foram a situação dos desempregados da atividade canavieira e a existência de iniciativas para o encaminhamento desta mão-de-obra.

Os quinze municípios da amostra foram divididos em seis grupos de análise:

Grupo 1: Barrinha, Dumont, Pontal, Pradópolis, Sertãozinho;

Grupo 2: Brodósqui, Cravinhos e Jardinópolis;

Grupo 3: Serra Azul, Serrana;

Grupo 4: São Simão e Santa Rita do Passa Quatro;

Grupo 5: Luiz Antônio e Santa Rosa de Viterbo e

Grupo 6: Ribeirão Preto.

O grupo 1, constituído pelos municípios de Barrinha, Dumont, Pontal, Pradópolis e Sertãozinho vem encontrando maior dificuldade para resolver o problema do desemprego do trabalhador rural. Com exceção da cidade de Dumont, as demais atraem um grande contingente de trabalhadores de outros Estados todos os anos no momento da safra da cana-de-açúcar, pois estão bastante próximas às maiores usinas da região¹¹. Em função do fato de essas usinas ocuparem grandes porções de terra nas imediações, foi possível constatar em visita aos municípios que não está havendo diversificação de cultura que garanta emprego aos trabalhadores rurais nos momentos de entre-safra e tampouco a presença de indústrias que absorvam, em parte, o excedente da mão-de-obra. Este contexto está agravando a situação dos municípios deste grupo. Foi possível verificar através dos depoimentos dos representantes das prefeituras municipais que está havendo a formação de acampamentos de sem-terra no município de Pradópolis, que já possui um assentamento formado há oito anos. Necessita-se investigar com mais cuidado se a

¹¹ Segundo depoimento das assistentes sociais desses municípios, antigamente, os trabalhadores rurais provenientes de outros Estados se dirigiam para as lavouras canavieiras da região de Ribeirão Preto sozinhos em busca de aumentar a renda familiar e voltavam nos momentos de entre-safra da cultura da cana-de-açúcar para suas regiões de origem. Atualmente esses trabalhadores passaram a vir com toda a família à procura de emprego na microrregião devido a falta de incentivos financeiros para a agricultura de subsistência que é responsável pela manutenção da maior parte do contingente de trabalhadores migrantes. Tal fato está agravando a situação desses trabalhadores que não estão encontrando emprego e ainda têm que arcar com a responsabilidade de cuidar de toda família.

situação de crise do setor sucroalcooleiro vem influenciando a formação dos acampamentos e assentamentos rurais na microrregião de Ribeirão Preto.

Em relação ao grupo 2 (Brodósqui, Cravinhos e Jardinópolis), pode-se dizer que a situação dos trabalhadores rurais se encontra menos agravada que a do grupo 1 porque os municípios optaram pela diversificação de culturas há alguns anos. Antigas fazendas de cana-de-açúcar foram ocupadas por cafezais que vêm demandando uma mão-de-obra menos qualificada. Nesse caso, o trabalhador rural, antigo cortador dos canaviais, vem sendo aproveitado juntamente com sua família na colheita do café, permitindo, assim, que tenham oportunidade de trabalho e de ganho que lhes garanta o sustento. Outro fato que pode ser constatado nas entrevistas é que os trabalhadores rurais das cidades deste grupo que ainda cortam cana-de-açúcar se deslocam para outras culturas chamadas de “culturas brancas”¹² nos momentos da entre-safra canavieira como forma de garantir renda ao longo do ano. É importante salientar aqui que mesmo a situação do trabalhador empregado nas colheitas de café não é uma situação confortável porque essa cultura também vem sofrendo o processo de mecanização. Provavelmente, daqui a alguns anos, esses trabalhadores terão que se deslocar novamente em busca de outras atividades como estratégia de sobrevivência.

Observa-se que o grupo 3, formado pelos municípios de Serra Azul e Serrana, também se encontra em grandes dificuldades econômicas. Dependem totalmente da cultura da cana-de-açúcar e atualmente os municípios estão passando pelo problema de ocupações de fazendas nas imediações. Diferentemente do grupo 1, não atraem tantos trabalhadores migrantes nos momentos da safra da cana-de-açúcar porque não possuem infra-estrutura econômica e social adequada às necessidades dessa força de trabalho. Sem diversificação da cultura e sem a presença de um parque industrial que absorva parte do excedente de trabalhadores, as duas cidades estão encontrando sérias dificuldades para resolver o problema do desemprego do trabalhador rural.

O grupo 4, formado pelos municípios de São Simão e Santa Rita do Passa Quatro ainda se baseia no cultivo da cana-de-açúcar mas enfrenta menores dificuldades em relação ao desemprego do trabalhador rural que os municípios de Serra Azul e Serrana, por contar com maior apoio das prefeituras que vêm procurando, já há alguns anos, amparar e encaminhar o

¹² Tais culturas são: algodão, amendoim, café, frutas tropicais, milho e soja.

trabalhador rural e sua família através de programas assistenciais. Não se observaram assentamentos rurais ou formação de acampamentos de sem-terra nas imediações.

O grupo 5, formado pelos municípios de Luís Antônio e Santa Rosa de Viterbo, encontra-se em uma situação melhor que os demais municípios. Não são municípios ~~que atraem tantos~~ trabalhadores rurais nos momentos de safra da cana-de-açúcar e estas cidades possuem pequenos parques industriais que têm absorvido parte da mão-de-obra oriunda ~~da lavoura canavieira~~. Também contam com apoio da prefeitura municipal em programas assistenciais de ajuda ao trabalhador rural.

O grupo 6 é formado apenas por Ribeirão Preto. Observa-se aí um contexto sócio-econômico bastante diferente dos demais municípios ~~da amostra, principalmente porque a cidade~~ não tem na cultura da cana-de-açúcar sua principal atividade. Como salientado no início do capítulo, Ribeirão Preto destaca-se em função do dinamismo do setor do ~~comércio e da prestação~~ de serviços. Mesmo que alguns trabalhadores rurais desempregados ainda morem nesta cidade, o problema específico dessa força de trabalho tende a se diluir diante do ~~problema generalizado do~~ desemprego do município. Em função disto, ~~não~~ existem programas específicos da prefeitura municipal que visem a melhorar a situação do trabalhador rural ~~desempregado do corte da cana-de-açúcar~~.

Com base nos dados apresentados foi feita uma breve caracterização sócio-econômica da microrregião de Ribeirão Preto. Dessa análise alguns ~~pontos devem ser~~ ressaltados. Primeiro: a microrregião em questão concentra um grande número de usinas e destilarias de açúcar e álcool, é altamente mecanizada, demanda um grande número de trabalhadores, ~~mas vem desempregando~~ cada vez mais devido ao processo de modernização do setor sucroalcooleiro. O segundo aspecto a ser considerado é que quase todas as cidades possuem alto grau de urbanização ~~e isto será um~~ fator que dificultará a criação de trabalhos rurais. Provavelmente os trabalhadores terão que se dedicar a novos tipos de empregos oferecidos pelas cidades. O terceiro ~~ponto a ser considerado~~ é que essa microrregião absorve menos mão-de-obra que a média do Estado de São Paulo. Esse fator pode ser limitante para a inserção do trabalhador rural no ~~mercado de trabalho local~~. Além desses três aspectos, deve-se também levar em consideração que a falta de incentivos na criação

de indústrias na região aliada à falta de diversificação das culturas vem agravando a situação da força de trabalho proveniente do campo.

Da discussão realizada neste capítulo pôde-se verificar que o trabalhador rural se encontra em um caminho estreito, com poucas opções de trabalho tanto nas cidades como no campo. Tal situação precisa ser repensada urgentemente pelos responsáveis antes que o caminho do trabalhador fique totalmente sem saída. Pensar na resolução desse problema irá contribuir para a melhora da situação social da região que precisa encarar de frente o problema do desemprego desse grande contingente de trabalhadores rurais.

2.3 Oferta de Trabalho Agrícola e não-Agrícola na Microrregião de Ribeirão Preto

Como se sabe, não existem dados disponíveis nem suficientes que permitam quantificar a oferta potencial de emprego não-agrícola dentro dos municípios. A fim de ilustrar a dinâmica do mercado de trabalho local, procurou-se levantar parte desses dados nas Secretarias de Emprego e Relações de Trabalho (SERT) dos municípios de Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Sertãozinho. Essas instituições possuem cadastro de empregos ofertados pelas empresas e atuam nessas cidades desde 1994¹³. Somente os três municípios supracitados contam com esse tipo de serviço, enquanto que os demais, além de não disporem desse recurso, também não contam com balcões de emprego que auxiliem os trabalhadores a encontrar novas atividades no mercado de trabalho. O levantamento desses dados permitiu que se observasse a evolução das vagas ofertadas pelas empresas nos dois principais municípios da amostra (Ribeirão Preto e Sertãozinho) e permitiu também que se observasse quais setores da economia vêm ofertando maior número de postos de trabalho.

Em relação à oferta de trabalho agrícola, buscou-se nesta etapa do trabalho mensurar o potencial de emprego rural através da quantidade de pessoal ocupado na agricultura. Tais dados foram extraídos dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996. O estudo possibilitou o entendimento da evolução do mercado de trabalho agrícola ao longo dos últimos anos. Como aproximadamente 80% da agricultura da microrregião de Ribeirão Preto está baseada

¹³ O município de Santa Rita do Passa Quatro dispõe de dados desde 1994, Ribeirão Preto a partir de 1995 e Sertãozinho desde 1997. Como os dados sobre as vagas ofertadas pelas Secretarias de Emprego e Relações do Trabalho foram levantados no início do ano de 2000, não dispomos de dados para esse ano.

no cultivo da cana-de-açúcar, a análise destes dados permitirá que se tenha uma idéia mais clara sobre a contratação dos trabalhadores rurais da cultura canavieira.

2.3.1 Trabalho não-Agrícola

Os dados sobre a quantidade de vagas ofertadas pela SERT estão representados na tabela 9 e no gráfico 7. Eles permitem afirmar que há diferença no comportamento da oferta de trabalho nos municípios de Ribeirão Preto, Santa Rita-do Passa Quatro e Sertãozinho. Em relação ao primeiro, observa-se que houve um aumento acelerado da oferta de emprego ao longo do período 1995-1999. Santa Rita do Passa Quatro apresentou oscilação para essa variável no período de 1994-1999. No primeiro ano atingiu o pico com a oferta de 136 empregos, declinando em 1995 para depois se recuperar em 1996 e 1997. No ano de 1998, houve novamente declínio acentuado com posterior recuperação no ano de 1999. Já o município de Sertãozinho apresentou estabilidade na oferta de trabalho nos anos de 1997 e 1998 e uma queda acentuada no ano de 1999.

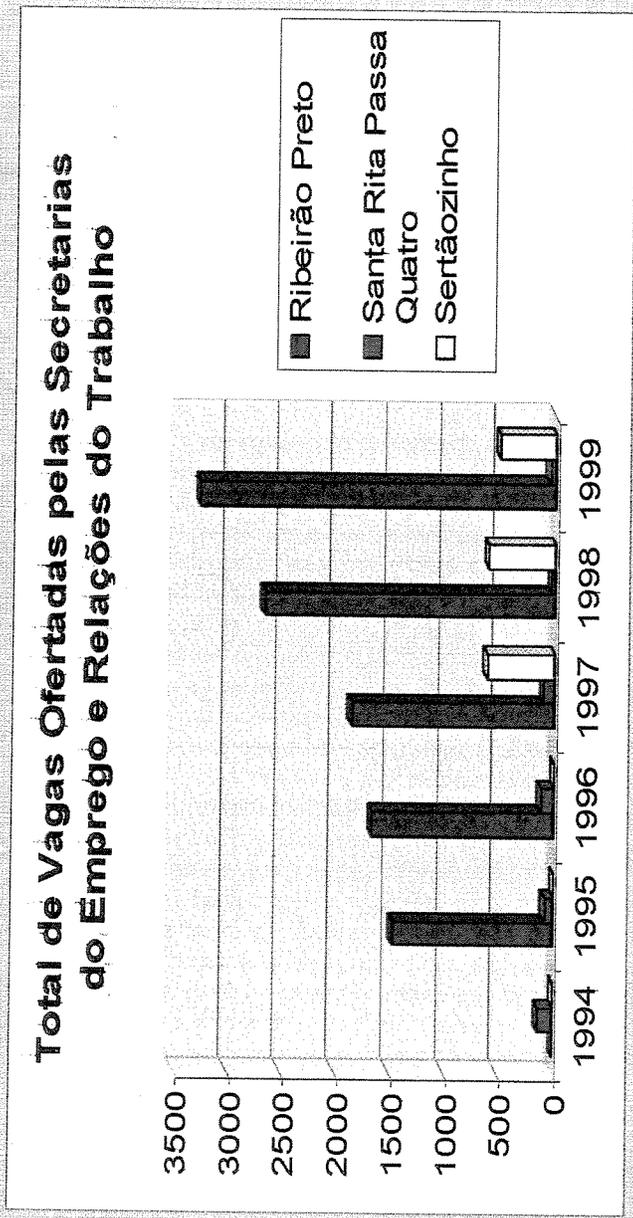
Deve-se chamar a atenção para a quantidade de vagas ofertadas no ano de 1999 para o município de Ribeirão Preto. No total foram 3.289 vagas desta cidade contra 517 vagas ofertadas por Sertãozinho e cinquenta e três vagas ofertadas por Santa Rita do Passa Quatro, totalizando 3.859 ofertas de emprego. Este número indica que Ribeirão Preto tem maior potencial na oferta de empregos aos trabalhadores.

De acordo com a análise da tabela 10 e do gráfico 8, os trabalhadores rurais desempregados do corte da cana-de-açúcar que quiserem se empregar na cidade de Ribeirão Preto têm chances de se inserir em atividades prestadoras de serviços, que aparecem em primeiro lugar em termos de oferta de trabalho, como auxiliares de limpeza. Os trabalhadores rurais têm oportunidade no setor da construção civil, que aparece em segundo lugar. Já setor do comércio aparece em terceiro lugar, mas como demanda uma mão-de-obra mais qualificada, não se configura como um mercado promissor ao trabalhador rural. Em quarto lugar aparece o setor industrial. No caso dos trabalhadores optarem por trabalhar nas indústrias, terão que buscar treinamento específico, dado que esse setor demanda uma mão-de-obra mais qualificada que atenda suas necessidades.

Tabela 9/Gráfico 7

Vagas Ofertadas pela Secretaria das Relações de Trabalho nos Municípios de Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Sertãozinho.

Ano	Ribeirão Preto	Santa Rita Passa Quatro	Sertãozinho	Total de Vagas
1994	0	136	0	136
1995	1477	81	0	1558
1996	1685	116	0	1801
1997	1875	98	619	2592
1998	2681	38	616	3335
1999	3289	53	517	3859



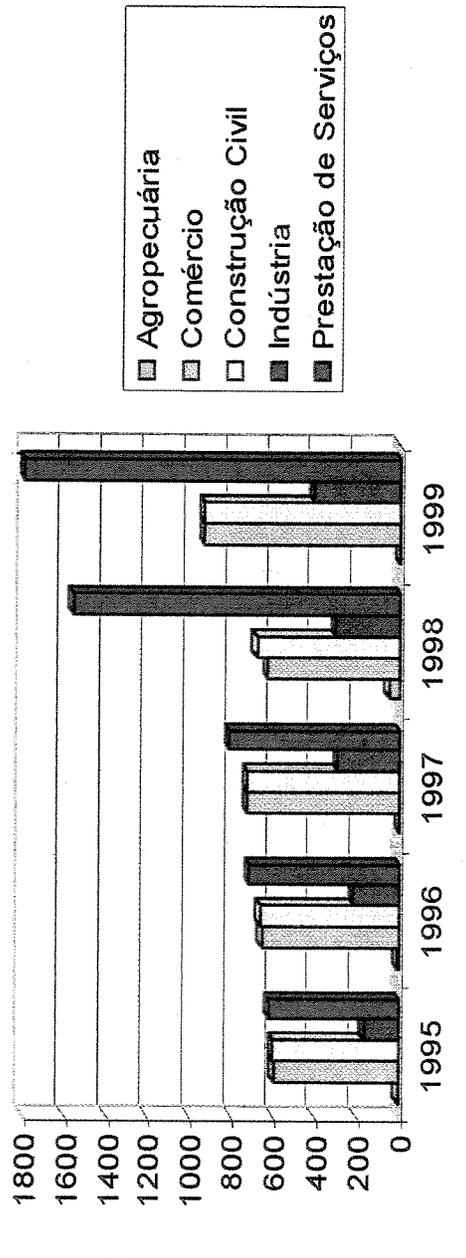
Fonte: Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho

Tabela 10/Gráfico 8

Total de Vagas por Ramo de Atividade - Ribeirão Preto

	1995	1996	1997	1998	1999	Total
Agropecuária	6	8	4	53	2	73
Comércio	600	657	727	632	938	3554
Construção Civil	606	665	731	685	940	3627
Indústria	170	224	300	305	413	1412
Prestação de Serviços	620	715	816	1565	1799	5515
Total	1477	1685	1875	2681	3289	11007

Vagas Ofertadas por Ramo de Atividade - Ribeirão Preto



Fonte: Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho

A fim de confirmar a compatibilidade entre a qualificação exigida pelas empresas e a qualificação dos trabalhadores inscritos na SERT, foi entrevistado o representante da instituição do município de Ribeirão Preto, já que não existiam dados que mostrassem a relação. No caso específico do trabalhador rural foi possível constatar que existe procura pelos empregos ofertados pela instituição. Segundo o representante, este trabalhador é frequentemente inserido no setor da prestação de serviços como auxiliar de limpeza e como servente de pedreiro na construção civil. Observou que muitos trabalhadores partem em busca de atividades informais quando não encontram vagas no setor formal, desempenhando funções como pintores, eletricitas, encanadores, entre outras (trabalho que a maior parte dos trabalhadores aprendeu a executar em função do desemprego nos momentos da entre-safra da cana-de-açúcar). São os chamados “bicos”, que garantem ao trabalhador rural uma renda nos momentos de desemprego.

O representante da instituição informou também que as atividades de serviços gerais não necessitam um nível mínimo de escolaridade e experiência. Somente o setor da construção civil requer experiência de um mês para o trabalhador que irá executar a função de servente de pedreiro mas também não exige alto grau de escolaridade. Pode-se dizer que essas duas atividades são compatíveis com o baixo grau de instrução e qualificação do trabalhador rural.

Um fato importante observado pelo representante da SERT é que há aproximadamente cinco anos atrás havia uma grande procura na instituição por parte do trabalhador rural por vagas de servente de pedreiro, principalmente nos momentos de entre-safra da cana-de-açúcar e atualmente é freqüente a busca por essas vagas mesmo no período de safra, significando que esse trabalhador está encontrando dificuldades de encontrar emprego na atividade canavieira mesmo no período de maior demanda de mão-de-obra.

Observando a mesma tabela e gráfico, deve-se chamar a atenção para o setor da agricultura, que praticamente não tem peso na oferta de emprego ao trabalhador rural no município de Ribeirão Preto, aparecendo em último lugar. Observa-se que o setor primário perdeu considerável peso ao longo dos anos, tornando essa atividade praticamente inviável para os trabalhadores do município. Isto significa que o trabalhador que optar por permanecer em Ribeirão Preto terá que buscar alternativas de trabalho na cidade e quem escolher se empregar na lavoura terá que se encaminhar para outros municípios da microrregião.

Em relação ao município de Sertãozinho, a tabela 11 e o gráfico 9 mostraram que o ramo da prestação de serviços oferta maior quantidade de vagas ao trabalhador rural. O setor do comércio aparece em segundo lugar seguido do setor industrial. Neste caso, o trabalhador rural encontrará melhores chances de emprego no setor da prestação de serviços já que, como dito, não possui qualificação para serviços no setor industrial e setor comercial. Portanto, nesse município as chances de emprego em atividades não-agrícolas para o trabalhador rural estão mais restritas. Considerando que o setor da agricultura aparece em quarto lugar demandando pouca força de trabalho, a situação nesse município tende a ser bastante precária. É provável que a formação de bairros de sem-teto dentro da cidade esteja relacionada com essa situação. Uma investigação mais cautelosa pode vir a confirmar tal fato.

A fim de contrapor as informações sobre as principais atividades econômicas da microrregião fornecidas pela SERT, procurou-se levantar dados sobre o total de estabelecimentos no ramo do comércio, da indústria e da prestação de serviço para os quinze municípios da amostra. Os dados da tabela 12 e do gráfico 10, levantados pela Fundação SEADE, revelaram que os ramos do comércio e da prestação de serviço têm maior número de estabelecimentos nos municípios da microrregião de Ribeirão Preto. Já o setor industrial segue em terceiro lugar distanciado dos dois primeiros setores. Conclui-se, novamente, que o setor da prestação de serviços pode gerar mais oportunidades de emprego ao trabalhador rural em certas atividades.

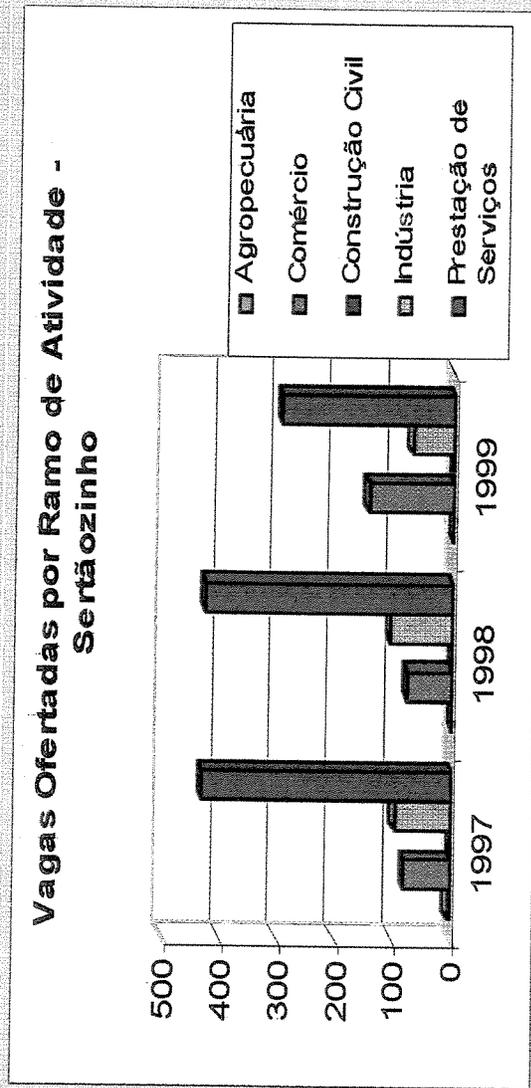
O gráfico 11 permite afirmar que o setor de serviços foi o que mais cresceu. Já o setor do comércio também apresentou ligeiro crescimento mas de forma mais modesta que o primeiro. O setor industrial manteve-se praticamente estável, mostrando ligeiro declínio. Tais dados vêm enfatizar que em termos de mercado de trabalho, o trabalhador rural proveniente da cultura da cana-de-açúcar terá maiores oportunidades de inserção nas atividades de prestação de serviços. A análise do nível de investimentos no município de Ribeirão Preto no último item deste capítulo permitirá verificar o potencial de crescimento destes setores da economia e a eventual demanda de mão-de-obra.

Mas há que se considerar que a agricultura para grande parte dos municípios da microrregião ainda é grande demandante de mão-de-obra. Como não existem dados disponíveis que permitam caracterizar o mercado de trabalho na maior parte municípios da amostra, optou-se

Tabela 11/Gráfico 9

Total de Vagas por Ramo de Atividade - Sertãozinho

	1997	1998	1999	Total
Agropecuária	5	0	0	5
Comércio	81	78	147	306
Construção Civil	0	0	0	0
Indústria	99	108	72	279
Prestação de Serviços	434	430	298	1162
Total	619	616	517	1752



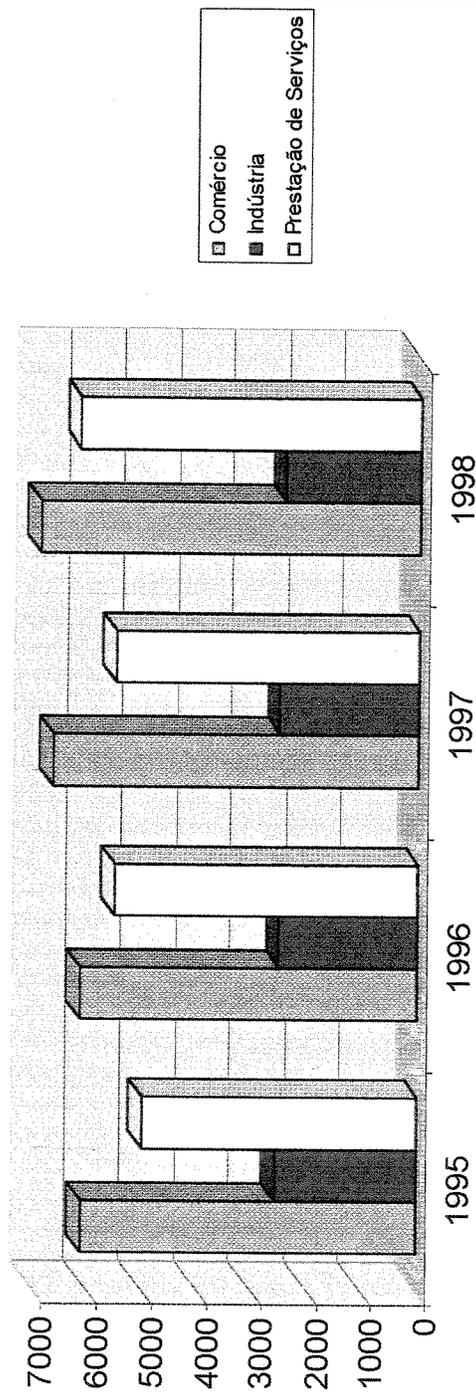
Fonte: Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho

Tabela 12/ Gráfico 10

Total de Estabelecimentos dos Municípios da Microrregião de Ribeirão Preto

	1995	1996	1997	1998
Comércio	6132	6181	6700	6941
Indústria	2607	2553	2551	2476
Prestação de Serviços	5056	5556	5550	6233

**Total de Estabelecimentos dos Municípios da Microrregião de
Ribeirão Preto**

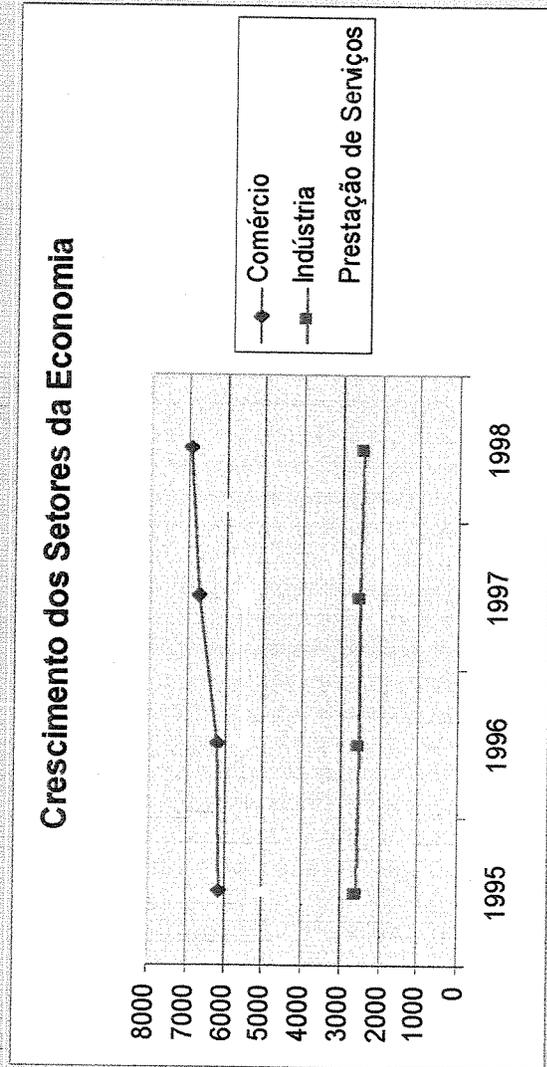


Fonte: Fundação SEADE

Gráfico 11

Crescimento dos Setores da Economia na Microrregião de Ribeirão Preto

	1995	1996	1997	1998	Varição entre 95/98
Comércio	6132	6181	6700	6941	13,19
Indústria	2607	2553	2551	2476	-5,02
Prestação de Serviços	5056	5556	5550	6233	23,28



Fonte: Fundação SEADE

pela análise dos dados de pessoal ocupado por ramo de atividade (tabela 6, gráfico 3) e pelo estudo realizado por Kageyama e Leone. Excluindo-se os municípios de Ribeirão Preto e Sertãozinho que possuíam postos de atendimento ao trabalhador, pode-se dizer que todos os demais se caracterizam por apresentar maior dinamismo no setor agrícola, dado que dependem praticamente da cultura da cana-de-açúcar. Segundo a tipologia das autoras um dos indicadores que mais contribuíram para a classificação dos municípios foi a alta porcentagem de empregados agrícolas com carteira assinada pelo empregador.

2.3.2 Trabalho Agrícola

Em relação à oferta de trabalho agrícola, pode-se dizer que os dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/1996 permitem afirmar que em relação ao pessoal ocupado na agricultura na microrregião de Ribeirão Preto existe oscilação ao longo desses anos¹⁴. Segundo os dados da tabela 8 e do gráfico 6, observou-se que houve um aumento na contratação dos trabalhadores permanentes em detrimento dos trabalhadores temporários. Tal fato favorece a situação do trabalhador rural residente na região, que passa a ser contratado para o trabalho nas usinas o ano todo mas prejudica a situação dos trabalhadores rurais provenientes de outros Estados, que migram para a região somente nos momentos de safra da cana-de-açúcar em busca de um emprego que lhes garanta renda enquanto estão fora de seus Estados de origem. Segundo informações do representante do Grupo Imagem (órgão de representação dos usineiros da região de Ribeirão Preto), o mais recente bloqueio aos migrantes começou no ano de 1997, com a mecanização da colheita da cana crua. Os trabalhadores passaram a dividir o espaço no lavoura da região com noventa e uma colhedoras em ação. Se a produção da cana-de-açúcar já abrigou cerca de 70 mil cortadores nesta região, hoje eles são menos de 40 mil e somente 10% desta força de trabalho migra todo ano¹⁵.

É importante salientar que, pelo fato de a região contratar mais trabalhadores permanentes para o cultivo da cana-de-açúcar, não há garantias de que esses trabalhadores sempre terão emprego no setor. Em função de existir um grande contingente de mão-de-obra disponível para o trabalho na lavoura canavieira, observa-se uma rotatividade muito acentuada na contratação dos

¹⁴ Deve-se levar em consideração que 78% da área de culturas desta microrregião refere-se à cana-de-açúcar.

¹⁵ Dado extraído de pesquisa realizada pela Consultoria Imagem.

trabalhadores rurais, que vivem uma situação de constante instabilidade. Os trabalhadores preferidos para a contratação permanente são os que geralmente cortam um volume considerável de cana-de-açúcar (aproximadamente de oito a dez toneladas de cana-de-açúcar por dia). Esses trabalhadores têm garantido seu emprego nos canaviais.

Finalizando, é indispensável chamar a atenção para o seguinte ponto: Com todas as dificuldades que os municípios da microrregião de Ribeirão Preto vêm enfrentando ao longo dos anos em função da crise que se instalou no setor sucroalcooleiro em meados dos anos 90, muitos deles estão partindo para investimentos em outras atividades agrícolas ou em outros ramos da economia a fim de não se tornarem tão dependentes da cultura da cana-de-açúcar. Para alguns municípios, diversificar as atividades tornou-se a única chance de garantir a dinamização de suas economias e a geração de emprego para a população.

2.4 Investimentos nos Municípios da Microrregião de Ribeirão Preto

Na discussão desse capítulo procurou-se abordar o perfil sócio-econômico dos municípios que compõem a microrregião de Ribeirão Preto a fim de compreender a dinâmica do mercado de trabalho agrícola e não-agrícola. Com essa análise foi possível compreender quais setores da economia vêm demandando maior quantidade de mão-de-obra nos últimos anos.

Dado o potencial econômico de Ribeirão Preto e de algumas cidades que compõem a microrregião, achou-se pertinente, no final deste capítulo, salientar os investimentos que os municípios estão fazendo recentemente em suas empresas com o intuito de dinamizar sua economia e gerar maior número de emprego para a população. Sabe-se que, dependendo dos setores impulsionados pelos investimentos, haverá possibilidade ou não de os trabalhadores rurais se inserirem em atividades agrícolas e não-agrícolas.

Pode-se dizer que a opção pela diversificação da economia tem sido uma preocupação de alguns anos por parte das cidades que compõem a microrregião de Ribeirão Preto. É possível observar em algumas pesquisas e artigos de jornal que os municípios baseados na cultura canavieira têm tentado buscar soluções para o problema do desemprego rural através de incentivos fiscais que atraiam indústrias geradoras de empregos para suas imediações.

Simão, em seu trabalho sobre a mecanização da lavoura canavieira na região ribeirãoopretana, observa que em função do aumento do número de desempregados no município de Pradópolis¹⁶, “... a prefeitura está dando incentivos fiscais para atrair empresas para o DINPRA (Distrito Industrial de Pradópolis)” (1995, p. 69).

Ainda segundo a autora, caso semelhante ocorre no município de Sertãozinho, onde foi lançado em 1995 um movimento para evitar o desemprego e elevar o nível de atividade econômica. O movimento chama-se PAIRES (Plano de Ação Imediata para Revitalização da Economia Sertanezina), que tem coordenação do CEISE (Centro das Indústrias de Sertãozinho). A mesma autora nota que já existia naquele ano (1995) “... uma preocupação em reter a mão-de-obra demitida do campo, evitando o desemprego nas cidades. Principalmente em Sertãozinho, onde a economia tem como base a atividade sucroalcooleira que frente à forte tendência de mecanizar a colheita, apresenta-se como forte acarretadora de demissões” (p.69).

Observando os dados da Fundação SEADE sobre os incentivos à implantação de empreendimentos nos municípios através de incentivos fiscais, verifica-se através da tabela 13 que em 1995 existiam somente quatro municípios que estavam investindo em distritos industriais na microrregião de Ribeirão Preto. Já em 1997, o número passou para nove cidades com incentivos, existindo em Santa Rosa de Viterbo dois parque industriais.

De fato, a preocupação por parte dos municípios em gerar empregos está aumentando com o passar dos anos e isso pode incentivar os trabalhadores a procurar novas alternativas de trabalho que garantam seu sustento.

Dos municípios da amostra, Ribeirão Preto é a cidade que vem tendo o maior número de investimentos de empresas que a estão procurando para desenvolver novos projetos. Com isso, o município pode passar a gerar novos empregos para os trabalhadores da lavoura canavieira.

Segundo dados da Gazeta Mercantil, a região de Ribeirão Preto recebeu entre 1998 e 1999 mais de R\$ 540 milhões em investimentos. Nesta região, o terceiro maior investimento foi feito

¹⁶O município de Pradópolis é conhecido por ser uma cidade constituída basicamente por trabalhadores rurais da lavoura canavieira em função de se localizar muito próxima à maior usina de cana-de-açúcar do país – Usina São Martinho.

Tabela 13

Formação de Distritos Industriais

Incentivos a Implantação de Empreendimentos Presença de Distritos Industriais

Municípios	1995	1997
Barrinha	Sim	Sim
Brodósqui		Sim
Cravinhos		
Dumont		
Jardinópolis		Sim
Luis Antônio		
Pontal		Sim
Pradópolis		Sim
Ribeirão Preto	Sim	Sim
Santa Rita Passa Quatro		Sim
Santa Rosa de Viterbo	Sim	Sim
São Simão	Sim	
Serra Azul		Sim
Serrana		Sim
Sertãozinho		Sim

Fonte: Fundação SEADE

pela CETERP, que investiu R\$ 52 milhões no período, contra R\$ 70 milhões do Shopping Santa Úrsula e R\$ 135 milhões da concessionária Renovias. Como os dois últimos investimentos demandam grande quantidade de mão-de-obra na construção civil, pode ser que esses empreendimentos se aqueçam e aumente a contratação de um volume considerável de trabalhadores para suas obras. Neste caso, o trabalhador rural poderá ter uma oportunidade de se inserir neste ramo de atividade. (CODERP, 2000)

Outra oportunidade para os trabalhadores rurais se encontra na privatização do aeroporto da cidade que é administrado pelo governo do Estado. Como já foi aprovado o processo de privatização com a ampliação da atual pista e a construção de novos terminais de passageiros e de carga, o setor da construção civil demandará maior quantidade de mão-de-obra, beneficiando o trabalhador rural que já está acostumado a trabalhar nesse ramo de atividade.

Dentro do programa da atual prefeitura municipal, é objetivo do município de Ribeirão Preto o investimento na construção de seis mil casas populares. A construção dessas casas também pode gerar empregos no ramo da construção civil. Outro programa da prefeitura é o “Cidade Limpa” que emprega atualmente 1222 trabalhadores. Nesse caso, o trabalhador rural pode ser um dos contratados para desempenhar as funções de lixeiros e garis.

Segundo os dados da CODERP, há previsão de investimentos em um distrito industrial na cidade como forma de dinamizar a atividade econômica e gerar empregos. Também existem investimentos sendo feitos no setor da telecomunicação – os chamados Call Center – que devem gerar ao todo 2500 empregos no município.

Recentemente, a cidade passou a investir na industrialização de maneira diversificada, apresentando indústrias no setor de alimentos, biotecnologia, bens de capital, máquinas agrícolas, equipamentos dentários e informática. As principais empresas localizadas no município são: Dabi-Atlante, Purina, Cervejaria Antártica Niger S/A, JP Indústria Farmacêutica, Indústrias de Produtos Alimentícios Cory, Glicolabor Indústria Farmacêutica, Grupo Leão e Leão Ltda., Viação São Bento S/A, Café Utam, 3M do Brasil S/A, Fábrica de Doces Santa Helena, Refrescos Ipiranga S/A, Adriano Coselli S/A Comércio e Importação, Carrefour, Wall Mart, Olidef CZ (indústrias e comércio de produtos hospitalares), Ferramentaria S.P, Santal Equipamentos S/A

(guindastes), dentre outras. Segundo a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico, há previsão de novos investimentos na região, totalizando cerca de US\$ 155 milhões nos setores de alimentos, farmacêuticos, aeronáutico, produtos veterinários e hotelaria.

A preocupação em se criar distritos industriais para geração de novos empregos faz sentido se for levado em consideração que o problema já era pensado pelas prefeituras municipais desde 1995. Simão observou em seu trabalho que, mesmo com os esforços das prefeituras municipais, o número de admissões era inferior ao de demissões constatados nas cidades (Pradópolis e Sertãozinho), fato que tornava difícil a absorção dos trabalhadores desempregados do corte da cana-de-açúcar.

Percebe-se que existe um posicionamento por parte das prefeituras municipais em estar gerando novas alternativas de emprego aos trabalhadores de suas cidades. A atração dos investimentos através dos incentivos fiscais, presente em nove dos quinze municípios da microrregião de Ribeirão Preto, reflete bem tal preocupação. A atração de novas empresas e indústrias através de incentivos fiscais para os municípios da microrregião, dinamizando novos setores da economia, parece se configurar em uma solução adequada para o problema do desemprego do trabalhador rural, visto que o trabalho no campo está cada vez mais sem perspectivas. Os investimentos mencionados demandam trabalho qualificado mas podem estar gerando empregos indiretos pelo efeito multiplicador dado pelos investimentos.

Considerando o ano de 1999 para o município de Ribeirão Preto, percebe-se que foram ofertadas 3289 vagas computadas pela SERT, 1.222 vagas no programa Cidade Limpa e ainda existe a perspectiva da geração de mais 2500 no Call Center, totalizando 7000 oportunidades de emprego ao trabalhador. Em relação aos demais municípios que possuem postos da SERT, pode-se dizer que Sertãozinho ofertou 517 vagas e Santa Rita do Passa Quatro, 53 vagas. No total tem-se um número aproximado de 7500 vagas computadas¹⁷. Tal número não leva em consideração as vagas ofertadas nas demais cidades da microrregião no ano de 1999, mas fica claro que o número de postos de trabalho ofertados registrados não é suficiente para atender a maior parte dos trabalhadores rurais, dado que as vagas registradas demandariam 25% apenas do total de

¹⁷ As demais cidades não possuíam postos de atendimento ao trabalhador ou balcões de emprego em que se pudesse levantar os dados sobre emprego, fato que prejudicou a quantificação da oferta dos postos de trabalho.

desempregados pela cana-de-açúcar. Estima-se que a região possui aproximadamente 30.000 trabalhadores desempregados do corte da cana-de-açúcar. Observa-se, então, que a maior parte do contingente de trabalhadores ainda estará sem perspectivas de trabalho.

Contudo, a dinamização da economia local não parece estar sendo suficiente para encaminhar a mão-de-obra rural desempregada do corte de cana-de-açúcar para novas atividades. A participação de entidades como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Organizações não-Governamentais e das próprias prefeituras municipais no processo de requalificação e recolocação do trabalhador rural em novas atividades reflete bem esta situação.

É bastante provável que a situação de desemprego e de incerteza quanto ao futuro do trabalhador rural esteja fazendo com que ele se dirija para os assentamentos e ocupações de terra que estão se formando em algumas cidades da microrregião de Ribeirão Preto. Mas tal afirmação merece um estudo mais detalhado que mostre quem são estas pessoas e de onde vêm as famílias que se encontram assentadas e/ou acampadas nos municípios das imediações.

CAPÍTULO 3

AÇÕES INSTITUCIONAIS LOCAIS

3.1 Introdução

O primeiro capítulo deste trabalho teve por finalidade mostrar a trajetória da cana-de-açúcar na região de Ribeirão Preto, sua importância na economia regional e nacional, salientando as relações de trabalho que com ela advieram. Pôde-se observar que este tipo de cultura demanda uma mão-de-obra pouco qualificada, representada essencialmente pela figura do trabalhador volante. Durante alguns anos, este tipo de trabalho foi amplamente utilizado pelos empresários agrícolas, mas a modernização do setor sucroalcooleiro, introduzindo máquinas nas colheitas, vem modificando não somente esta relação, como vem acarretando, também, perda de postos trabalho por parte do trabalhador rural.

A fim de verificar as possíveis opções de trabalho agrícola e não-agrícola que absorvam parte do contingente de trabalhadores rurais desempregados, analisou-se no segundo capítulo a dinâmica do mercado de trabalho local e as possibilidades de inserção desta força de trabalho na economia dentro da própria região. Contudo, observou-se que, mesmo havendo maiores e melhores oportunidades de emprego não-agrícola aos trabalhadores rurais no município de Ribeirão Preto, a oferta de vagas não tem sido suficiente para empregar a maior parte deste contingente.

Em função da dificuldade de inserção da mão-de-obra rural no mercado de trabalho local, está havendo participação de entidades particulares como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Organizações não-Governamentais (ONGs) e de entidades públicas (prefeituras municipais) no sentido de amenizar o impacto do desemprego na vida dos trabalhadores. Estas instituições vêm buscando ampliar as chances de emprego ao trabalhador agrícola oferecendo condições de inserção em atividades remunerativas. Dado o contexto econômico da microrregião de Ribeirão Preto, busca-se verificar a atuação destas entidades na recolocação do trabalhador

rural no mercado de trabalho local. O objetivo central deste capítulo consiste em analisar as ações institucionais locais das entidades envolvidas no processo de encaminhamento da mão-de-obra rural. Com base no depoimento dos representantes das entidades supracitadas, procurar-se-á investigar os trabalhos que vêm sendo realizados em benefício desta mão-de-obra e os que ainda estão sendo elaborados.

Buscando verificar as condições de vida e trabalho da força de trabalho do campo, leva-se também em consideração as entrevistas com alguns trabalhadores rurais desempregados e subempregados da atividade canvieira na microrregião ribeirãopretana. Não se trata de uma amostra estatisticamente representativa do universo. Com base em indicações de líderes sindicais, ONGs e em pesquisa anteriormente desenvolvida¹⁸, foram escolhidos intencionalmente alguns trabalhadores que se sabia de antemão estarem desempregados do corte da cana-de-açúcar.

Também é objetivo deste capítulo investigar a predisposição dos empresários agrícolas de incrementar o processo de modernização no setor sucroalcooleiro. Para isso foram entrevistados os representantes das usinas a respeito da porcentagem de área própria¹⁹ mecanizada e a intenção de se aumentar essa porcentagem. Além destes depoimentos, procurou-se também informações com o representante da Consultoria Imagem (órgão de representação dos empresários agrícolas da região) localizada no município de Ribeirão Preto.

Como os dados levantados nas prefeituras municipais se referem a projetos e programas de ordem assistencial elaborados por elas mesmas ou pelo governo federal, achou-se pertinente uma breve discussão sobre o tema. Com base em estudos, procurou-se analisar alguns programas assistenciais que vêm sendo desenvolvidos pelas instituições públicas no sentido de beneficiar as camadas mais baixas da população. Como as instituições particulares também ofertam esse tipo de serviço, verificar-se-á como eles estão sendo conduzidos. Desse modo, tem-se material suficiente para que se possa avaliar e comparar as ações das prefeituras municipais, STR e ONGs na resolução do problema de desemprego da mão-de-obra rural.

¹⁸ Monografia de conclusão de curso intitulada O Impasse da Mecanização na Economia Açucareira.

¹⁹ A área própria referida são as terras das usinas e destilarias de açúcar e álcool. Não se leva em consideração as terras arrendadas para o plantio da cana-de-açúcar.

3.2 Programas Assistenciais

Nota-se que o surgimento de problemas sociais como o desemprego e a pobreza são os principais responsáveis pela mobilização das instituições públicas e privadas no sentido de prover serviços assistenciais à comunidade e promover a integração social dos trabalhadores via sua inserção (ou reinserção) no mercado de trabalho.

Em relação às instituições públicas pode-se dizer que a preocupação no âmbito social iniciou-se nos Estados Unidos, antes da década de 1950, e passou a ter maiores repercussões no período denominado Estado do Bem-Estar Social ou *Welfare State* (1950 a 1970). A fim de enfrentar a grave crise de desemprego das décadas de 50 e 70, o governo daquele país beneficiou os trabalhadores excluídos do mercado de trabalho com seguro desemprego, taxando a parcela de trabalhadores assalariados e empregadores. Dessa forma, garantiu-se durante algum tempo a sobrevivência dos trabalhadores desempregados. Baltazar, analisando as transformações do Estado do Bem Estar Social, salienta que “a assistência social neste período dispôs de recursos subsidiários para assegurar a existência de todos aqueles que não podiam garanti-la a partir do trabalho ou da propriedade” (1996, p. 6 e 7).

Os momentos de desequilíbrios acentuados de desemprego e de pobreza fizeram com que os *policy makers* de vários países passassem a buscar formas alternativas de corrigir as distorções do mercado²⁰. A fim de beneficiar a população marginalizada, foram colocadas em prática políticas sociais ou assistenciais, garantindo a essa comunidade condições mínimas de trabalho e subsistência.

Verifica-se que, em relação à inserção dos trabalhadores em mercados de trabalho, em países como França, Bélgica e Luxemburgo, os programas de renda mínima podem aumentar a qualificação da mão-de-obra que recebe o auxílio, exigindo seu treinamento profissional. Dessa forma, garante-se um mínimo de qualificação aos trabalhadores desempregados que têm suas oportunidades de trabalho ampliadas. Salienta Baltazar que “os programas de renda mínima são uma alternativa de adaptação dos programas sociais frente às transformações do mercado de

²⁰ Entende-se por formas alternativas a aplicação de políticas sociais com a finalidade de se corrigirem as distorções provocadas pelo mercado.

trabalho, ao aumento da pobreza, às mudanças nas relações internacionais, mudanças dos hábitos individuais e à própria crise financeira e de legitimidade do Estado do Bem-Estar Social” (1996, p.29). A autora enfatiza que este programa não garante emprego ao trabalhador-desempregado.

Seguindo os mesmos direcionamentos do programa de renda mínima, verifica-se que o programa bolsa-escola também é um programa de assistência social que visa a dar uma melhor educação aos filhos das famílias de baixa renda que recebem o benefício²¹. Neste caso, os pais são obrigados a manter seus filhos matriculados nas escolas enquanto tiverem a ajuda do benefício. Da mesma maneira que o programa de renda mínima, este programa não garante emprego às crianças ou adolescentes participantes, mas garante um mínimo de educação que irá beneficiá-las profissionalmente no futuro.

De acordo com o estudo de Gonçalves, o sistema de proteção social no Brasil iniciou-se entre os anos de 1930 e 1945, no contexto sócio-econômico marcado pela transição do modelo de desenvolvimento agrário-exportador para o modelo urbano-industrial. O autor, analisando dados da NEPP de 1994, comenta que, “ a partir desse momento, o Estado assumiu a regulação ou provisão direta nas áreas de educação, previdência, saúde, programas de alimentação e nutrição, habitação popular, saneamento e transporte coletivo” (1996, p.15).

Em relação à participação das entidades privadas no fornecimento de serviços à comunidade, Baltazar observa que as chamadas ONGs já se faziam presentes nos Estados Unidos desde antes do período do Estado do Bem-Estar Social, desenvolvendo atividades por conta própria ou junto a entidades públicas. O contexto de desequilíbrio macroeconômico do período fez com que a comunidade aumentasse a procura por serviços sociais, havendo necessidade da participação da comunidade no provimento desse bem. Segundo a autora, “... o aumento da oferta de serviços sociais pelas ONGs além de ser fruto das iniciativas das próprias comunidades, representa uma mudança de aspecto institucional do *Welfare State*, a qual afeta seus modos de organização, sua gestão e seu financiamento” (ibid., p.30).

²¹ As famílias que recebem o auxílio da bolsa-escola na maior parte das vezes têm os membros adultos desempregados e frequentemente se encontram em situação de risco. O benefício recebido serve de estímulo para que os pais deixem as crianças nas escolas enquanto procuram por emprego.

Considera-se que as iniciativas tanto do setor público quanto da maior parte das ONGs têm basicamente as mesmas finalidades. Visam à promoção do bem-estar social (educacional, médico, benemérito, científico e cultural), beneficiando os mais carentes e marginalizados de forma a inseri-los novamente no mercado de trabalho e conseqüentemente na sociedade em que vivem.

Não cabe nesse momento uma análise detalhada sobre os serviços prEstados pelas ONGs à comunidade marginal. Esse assunto será melhor abordado no decorrer deste capítulo quando descreveremos com maior riqueza de informações as ações que as entidades particulares vêm tomando no sentido de proporcionar melhores condições de trabalho e vida aos trabalhadores rurais e à sua família.

3.3 Avaliação das Ações Institucionais Locais

Nesta etapa do trabalho procura-se descrever e avaliar as ações das prefeituras municipais, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Organizações não-Governamentais no sentido de beneficiar os trabalhadores rurais desempregados da lavoura canavieira. Com base no depoimento dos responsáveis pelas instituições pode-se chegar a algumas conclusões sobre as possibilidades de emprego e condições de vida desta força de trabalho

3.3.1 Prefeituras Municipais

Para obter os dados nas prefeituras municipais, procurou-se a ajuda das assistentes sociais de plantão por acreditar que são as mais bem informadas a respeito dos projetos e programas assistenciais desenvolvidos junto às comunidades carentes. Pôde-se constatar que além destas profissionais estarem ligadas aos programas das prefeituras municipais, também participam ativamente de sua execução junto à população carente. Em alguns depoimentos houve a participação dos chefes de gabinetes que enriqueceram as informações fornecidas pelas assistentes sociais. Foram ouvidas as representantes de todas as cidades que falaram a respeito dos programas que estão em vigor e dos projetos que as prefeituras municipais ainda pretendem colocar em prática.

Comparativamente aos dados apresentados em estudo anteriormente realizado²², foi possível observar que houve uma mudança de comportamento das prefeituras municipais no que tange à elaboração e prática dos programas que visam a dar educação e qualificação profissional aos trabalhadores rurais. Verificou-se que há alguns anos atrás existia somente o auxílio emergencial dado a esses trabalhadores rurais como doação de medicamentos, cobertores, alimentos e passes nos períodos críticos em que essa mão-de-obra ficava sem atividade alguma (momentos da entre-safra da cana-de-açúcar). Não havia preocupação por parte das prefeituras municipais em preparar o trabalhador rural para enfrentar o problema do desemprego. O auxílio emergencial ou paliativo ainda existe em todos os municípios que compõem a microrregião, mas já está havendo uma preocupação maior por parte desta instituição no sentido de ajudar de forma mais concreta o trabalhador rural e sua família.

É importante salientar que durante anos o auxílio emergencial foi amplamente defendido por candidatos políticos que pleiteavam o cargo de prefeito municipal de algumas cidades da microrregião. Quando eleitos, procuravam dar aos trabalhadores rurais mais carentes somente o que necessitavam com mais urgência, não se preocupando com a situação de desemprego desta força de trabalho no longo prazo. Acreditando poder se beneficiar da doação de alimentos e medicamentos, os trabalhadores rurais sempre elegiam os candidatos que prometiam ajuda paliativa. Com o passar dos anos, a mão-de-obra rural foi percebendo que sua condição de trabalho não estava melhorando, que a crise no setor sucroalcooleiro não estava sendo superada e que ela precisava de emprego para sustentar sua família e não viver somente da doação de alimentos e medicamentos.

Diante deste contexto de crise sócio-econômica que se formou, as prefeituras municipais precisaram encontrar alternativas mais concretas para solucionar o problema. A instituição necessitou repensar seus projetos a fim de reverter o quadro que se configurava. Idéias como dinamização da economia local passaram a ser mais discutidas e levadas a sério por parte dos administradores públicos. Essa preocupação traduziu-se nos incentivos fiscais dados recentemente pelas prefeituras locais à montagem de parques industriais geradores de emprego e renda aos trabalhadores rurais dos municípios da microrregião.

²² Monografia intitulada O Impasse da Mecanização na Economia Açucareira.

No município de Santa Rosa de Viterbo foi possível observar que a política de incentivos fiscais vem trazendo bons resultados. Como observado anteriormente, no município existem dois parques industriais e existe, também, uma parceria entre a prefeitura municipal e algumas empresas mais dinâmicas situadas nas imediações. Neste caso, o adolescente (geralmente filho do trabalhador rural), além de frequentar obrigatoriamente o ensino médio no período noturno, trabalha durante o dia nessas empresas como estagiário até atingir a maioridade. Na maior parte das vezes, após o período de experiência, os adolescentes são contratados como funcionários e continuam sua carreira dentro das empresas em que iniciaram. O programa está sendo bem aceito pelos adolescentes mas não está conseguindo atender à demanda. Existe um grande número de inscritos que ainda precisam ser encaminhados.

Algumas administrações locais perceberam que outra possível solução para o problema do desemprego do trabalhador rural seria sua reeducação e requalificação profissional. Surgiram, então, algumas parcerias entre as prefeituras municipais e instituições privadas como SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas), projeto SENAR (Serviço Nacional de Aprendizado Rural) e projeto SARA (Serviço de Aprendizado Rural ao Adolescente) com a finalidade de dar treinamento adequado a esse profissional e inseri-lo novamente no mercado de trabalho. De acordo com os depoimentos das assistentes sociais verificou-se que os municípios de Cravinhos, Luís Antônio, São Simão, Santa Rita do Passa Quatro e Santa Rosa do Viterbo já aderiram a essa parceria de forma a beneficiar o trabalhador rural e sua família²³.

A aposta maior para o programa de educação e qualificação profissional está sendo na criança e no adolescente, filhos dos trabalhadores rurais. Preocupadas com o alto índice mão-de-obra infantil e adolescente empregada no corte da cana-de-açúcar e sabendo que estes seriam os futuros cortadores da lavoura canavieira, houve preferência por parte das prefeituras municipais em encaminhá-los para o aprendizado de novas atividades.

Pôde-se observar que alguns adolescentes vêm recebendo treinamento específico (informática) a fim de serem aproveitados nas instituições da prefeitura, onde trabalham como assistentes administrativos, recebendo uma cesta básica e meio salário mínimo como pagamento. Nos municípios de Cravinhos, São Simão e Santa Rosa de Viterbo, onde existe a parceria entre

²³ Uma explicação melhor sobre os programas será dada no item a respeito das Organizações não-Governamentais.

as prefeituras municipais e Organizações não-Governamentais, os adolescentes participam de treinamento específico (fruticultura, horticultura, piscicultura) a fim de serem inseridos em atividades agrícolas nas imediações. Dessa forma, quando atingirem a maioridade, já estarão qualificados para exercerem atividades ligadas à agricultura.

Pôde-se verificar a existência de outras parcerias que vêm beneficiando a família do trabalhador rural. Juntamente com o governo do Estado de São Paulo, as prefeituras municipais da microrregião de Ribeirão Preto estão desenvolvendo alguns projetos sociais que visam a auxiliar o trabalhador rural a enfrentar o problema do desemprego. Através da união com a Secretaria do Desenvolvimento e Bem Estar Social, as administrações públicas estão recebendo verbas que reverterem em benefício do trabalhador rural e de sua família. O programa chama-se Complementando a Renda. Neste caso, há repasse de um salário mínimo para as famílias assistidas pelo programa visando a contribuir para o rendimento mensal. A família pode utilizar o dinheiro para adquirir algum bem para a casa (compra de geladeira, fogão, alimento) ou pode utilizar esse recurso para investir em alguma atividade geradora de renda. Ambas as escolhas necessitam ser aprovadas pela Secretaria da Promoção Social dos municípios.

Segundo o relato de algumas assistentes sociais, em alguns casos atendidos pela prefeitura está havendo opção pelo investimento em geração de renda. Algumas famílias compraram animais para criar, outras investiram em algum comércio, como carrinho de lanches, venda de artigos de vestuário ou até mesmo prestação de serviços (lavanderia, cabeleireira, manicure). Devido ao problema do desemprego acentuado, as famílias mais necessitadas na maioria dos casos optam por utilizar o dinheiro para consumo próprio, dado que estão sem oportunidade de emprego há muito tempo. Mas somente algumas famílias inscritas no projeto são beneficiadas e ainda há uma lista bastante extensa à espera desta oportunidade.

De acordo com o depoimento das assistentes sociais, foi possível constatar que a iniciativa de montagem do negócio próprio surge na maior parte das vezes por parte da mulher do trabalhador rural. Mesmo tendo maior facilidade para encontrar emprego como doméstica no município de Ribeirão Preto, muitas estão optando por serem donas de seu próprio negócio. Como muitas vezes só o marido ainda encontra chances de trabalho na lavoura da cana-de-açúcar, a mulher está partindo para o trabalho nas cidades, fato que tem feito com que elas

procurem algum tipo de treinamento específico. Nas cidades em que existem cursos profissionalizantes oferecidos pelas prefeituras municipais e instituições privadas, é freqüente a procura pelos cursos de cabeleireira, manicure, bordado, pintura e costura que estão proporcionando à mulher do trabalhador rural alternativas de complementação da renda familiar. Em função de existirem creches e escolas para quase todas as crianças nos municípios da microrregião, a mulher do lavrador está podendo se empenhar mais nestas atividades remuneradas.

Pode-se dizer que, em relação à família do trabalhador rural, somente o homem, chefe da família, se encontra sem alternativa de trabalho. Acostumado ao trabalho nas lavouras canavieiras, ele ainda procura atividades relacionadas ao campo e se dirige para as chamadas “culturas brancas” da região como café, amendoim, laranja, milho, soja entre outras. Muito dificilmente se adaptam ao trabalho nas cidades. Somente o ramo da construção civil ainda atrai para o meio urbano alguns trabalhadores no momento da entre-safra canavieira. Como este setor ainda não se dinamizou totalmente após a crise de 1994, só poucos trabalhadores estão sendo contratados para a função de serventes de pedreiro, tendo os outros passado a viver dos “bicos” que realizam nas cidades. Com certeza esse é o membro da família que se encontra em maior dificuldade perante o problema do desemprego rural.

Os esforços em resolver o problema do trabalhador rural desempregado não são homogêneos entre os municípios. Percebeu-se que as cidades que mais atraem trabalhadores migrantes no momento de safra da cana-de-açúcar são as que menos se esforçam no encaminhamento dessa mão-de-obra. A situação é bastante precária nas cidades de Pradópolis, Pontal e Barrinha, que centram maior atenção nos atendimentos assistenciais. Poucos têm sido os esforços das autoridades em promover programas de reeducação e treinamento da força de trabalho excluída do corte da cana-de-açúcar. Segundo o depoimento das assistentes sociais desses municípios, o desemprego tem sido o maior responsável pelo aumento no índice de criminalidade. Muitos trabalhadores rurais desempregados, desiludidos com sua situação, se

embriagam, provocando brigas constantes que algumas vezes acabam terminando em assassinatos.²⁴

Das visitas aos municípios pôde ser constatado que os municípios de Jardinópolis e Luís Antônio possuem programas específicos voltados às necessidades emergenciais do trabalhador rural. É fornecida diariamente pelas cozinhas experimentais dessas prefeituras a chamada “bóia-quente”. Esse alimento, preparado pelas cozinheiras do projeto, é entregue diariamente aos empreiteiros cadastrados no período da manhã que o encaminham para o trabalhador rural no local de trabalho. Essa refeição supre a necessidade alimentar do trabalhador rural que muitas vezes não tem em casa alimento suficiente para levar almoço na lavoura.

Nota-se que, apesar de os municípios da microrregião de Ribeirão Preto estarem vivendo o problema do desemprego do trabalhador rural, cada um vem tratando o problema de forma diferenciada. Os municípios que estão em maior crise são os que menos têm investido em programas que encaminhem o trabalhador rural para novas atividades. Já os municípios que exercem menor força de atração sobre esta força de trabalho parecem ser os mais empenhados na resolução do problema. Com certeza, o impacto social causado pelo desemprego nas cidades menos preparadas será muito maior que nos municípios que estão buscando novas formas de inserção desta mão-de-obra

3.3.2 Organizações não-Governamentais

De acordo com o levantamento de dados sobre as ONGs atuantes na microrregião de Ribeirão Preto, pôde-se verificar que existe a participação de duas instituições que atuam com maior ênfase no sentido de ajudar os trabalhadores rurais e sua família. São elas a Rádio Acadêmica, localizada no município de Sertãozinho, e o projeto SARA, cuja sede se localiza no município de Cravinhos.

A primeira instituição a dar seu depoimento foi a Rádio Acadêmica, fundada em 1996 por duas jornalistas que acreditam poder contribuir para a população mais carente do município de

²⁴ Ocorreu no dia 06 de janeiro de 2001 uma briga entre trabalhadores rurais em um bar do município de Pradópolis ocasionando a morte do proprietário do local. Segundo depoimento de testemunhas, o trabalhador rural que desferiu os disparos contra o referido proprietário se encontrava embriagado no momento do crime. Este fato evidencia bem o problema da criminalidade nos momentos de entre-safra da cana-de-açúcar.

Sertãozinho. Indignadas com a falta de estudo e de perspectivas de trabalho das crianças e adolescentes filhos dos trabalhadores rurais e sensibilizadas com o descaso das prefeituras municipais em promover atividades educativas que os encaminhem para novos horizontes, as jornalistas se propuseram a fundar a instituição.

Segundo o depoimento de uma das dirigentes do programa, a Rádio Acadêmica visa a estimular a educação das crianças e preparar profissionalmente os jovens filhos dos trabalhadores rurais em outras atividades que não sejam no corte da cana-de-açúcar. Na sede da rádio são ministradas aulas de reforço escolar por voluntários todos os finais de semana que, além de estimularem a criatividade das crianças e adolescentes, contribuem também para o melhor desempenho nas escolas. Durante as atividades são distribuídos gratuitamente lanches aos participantes a fim de estimular a frequência. A dirigente afirmou que, na maior parte das vezes, o lanche dado pela instituição é a melhor refeição da semana desfrutada pelas crianças e adolescentes participantes do projeto.

Observou-se que durante a semana, fora do período escolar, os adolescentes que estão mais bem preparados têm oportunidade de trabalhar como locutores ou operadores de som, adquirindo maior experiência na área. O trabalho não é remunerado mas é um meio de se tornarem conhecidos por outras emissoras que podem vir a contratá-los futuramente quando atingirem a maioridade. São freqüentes os casos de meninos que participaram do projeto e que posteriormente passaram a trabalhar em conhecidas emissoras de rádio como técnicos ou locutores. A oportunidade de estudo, de qualificação profissional e a dedicação dos adolescentes ao projeto estão sendo fatores decisivos na sua contratação como profissionais pelo mercado de trabalho.

Pelo fato de a rádio se localizar próxima aos bairros mais carentes do município de Sertãozinho, a maior parte da população é constituída pelos trabalhadores rurais e de sua família. Em função disto, observa-se que a busca pelas atividades desenvolvidas pela instituição é grande e vem aumentando consideravelmente nos últimos anos. Segundo depoimento da dirigente do programa, vários meninos da periferia da cidade estão participando do projeto e ainda há uma lista de espera considerável para o ingresso de mais participantes. Para a dirigente, a criação desta rádio comunitária tem beneficiado muitas crianças e adolescentes marginalizados que poderiam

estar se encaminhando para o trabalho no corte da cana-de-açúcar ou poderiam estar partindo para o consumo de drogas e a prática da criminalidade.

Contando com verbas de empresas particulares que apóiam o projeto e com a boa vontade dos voluntários que contribuem nas aulas educativas, a Rádio Acadêmica vem mostrando que a determinação e a boa vontade são elementos chave para o sucesso de programas como este. No ano de 1999, a instituição recebeu um prêmio do governo federal dado os melhores projetos sócio-educativos do país, por estar se destacando na educação e encaminhamento de crianças e adolescentes que se encontram à margem da sociedade.

É claro que ainda existem problemas de ordem estrutural no projeto que devem ser superados, como a falta de vagas para os interessados em participar do projeto. Mas o projeto da Rádio Acadêmica faz pensar que problemas como a exclusão social podem ser resolvidos através da participação da sociedade nas questões sociais. A solidariedade entre as pessoas pode ser fator propulsor de programas assistenciais que visem ao bem-estar da população marginalizada.

Outro projeto de iniciativa privada encontrado na região chama-se Projeto SARA (Serviço de Aprendizado Rural à Criança e Adolescente) e se encontra sediado no município de Cravinhos. O programa surgiu da vontade do promotor público municipal de ajudar os filhos dos trabalhadores rurais da cidade que se encontravam trabalhando ilegalmente nas lavouras canavieiras das imediações. Sensibilizado com a situação precária em que se encontravam os menores, o promotor, além de fiscalizar com rigor a presença das crianças e adolescentes no corte da cana-de-açúcar, passou, também, a procurar membros que pudessem colaborar na construção do programa.

O projeto teve início no ano de 1996 e conta com a importante colaboração de pequenos produtores rurais do município que cederam parte de suas terras ao programa a fim de que os jovens pudessem aprender novas atividades agrícolas e não-agrícolas. O programa tem o objetivo de oferecer às crianças e adolescentes, filhos de trabalhadores rurais, educação e treinamento adequado para que possam se inserir novamente no mercado de trabalho em profissões mais qualificadas que o corte da cana-de-açúcar.

O requisito mais importante para o ingresso do jovem no projeto é a frequência escolar no ensino fundamental ou médio. Neste caso, a presença dos alunos é controlada pelos pedagogos, psicólogos e assistentes sociais que integram o projeto, estando eles em constante acompanhamento. Caso haja desistência do ensino escolar, a criança ou adolescente é automaticamente desligado do programa. Também é desejável que os participantes sejam provenientes de famílias que tenham baixa renda e que se encontrem em situação de risco.

Depois de feita a triagem dos candidatos ao programa e sua família, os menores ingressam no projeto. Todos terão chances de aprender informática, horticultura, piscicultura, fruticultura e poderão aprender também a negociar e comercializar os produtos que cultivam. Dessa forma, o adolescente sai do projeto mais qualificado, com maiores chances de ter uma nova profissão e não necessitará voltar para o corte da cana-de-açúcar.

Segundo o depoimento da psicóloga do projeto, a maior preocupação é que os adolescentes não ingressem na atividade canavieira, dado o crescente desemprego que enfrenta o setor. Para dar dimensão deste problema aos participantes do projeto SARA, são frequentes as visitas às usinas e destilarias de cana-de-açúcar. Assim, os instrutores explicam aos alunos que as máquinas estão executando o trabalho que anteriormente era exercido pelos trabalhadores rurais.

Pode-se dizer que a intenção do programa é melhorar o nível educacional dos menores participantes, de forma que eles possam adquirir conhecimento escolar suficiente. Com o mínimo de bagagem escolar, os menores se encontram aptos a receber treinamento profissional. As coordenadoras do projeto observaram que os adolescentes que concluíram todas as etapas estipuladas pela instituição estão preparados para se inserir em atividades agrícolas e não-agrícolas dentro do município de Cravinhos.

O resultado do investimento tem sido bastante favorável. Pôde-se observar que os moradores da cidade também participam ativamente do projeto. A venda de parte dos produtos produzidos pelos menores é garantida no pequeno varejão montado na região central de Cravinhos. A maior quantidade é comercializada com fornecedores das imediações. Praticamente toda a produção do programa tem venda garantida. O dinheiro arrecadado é revertido para o projeto.

Os benefícios do projeto SARA estendem-se aos municípios de São Simão e Serra Azul. Por estarem localizados próximos à cidade de Cravinhos, crianças e adolescentes desses municípios estão tendo oportunidade de participar dos cursos oferecidos pelo projeto. O processo de seleção para ingresso é o mesmo e o município de São Simão está beneficiando seus alunos e os do município e de Serra Azul em virtude de possuir uma escola técnica agrícola que vem dando treinamento específico aos adolescentes.

O sucesso do projeto SARA está tendo boa repercussão. Agora é intenção dos dirigentes que os benefícios alcançados sejam estendidos a toda família do trabalhador rural. Em parceria com a prefeitura municipal de Cravinhos o projeto está lançando cursos profissionalizantes que atendam tanto às necessidades do trabalhador rural quanto às de sua esposa. Em visita ao projeto, verificou-se que houve a abertura de novos cursos em uma antiga escola do município. Lá estão funcionando os cursos de cabeleireira, manicure, corte e costura e informática que vêm atendendo às necessidades das mulheres do trabalhador rural. Os cursos são recentes e os resultados ainda não puderam ser sentidos, mas sabe-se que estas são as únicas chances que essa população está tendo no sentido de se requalificar profissionalmente. A grande demanda parece estar refletindo bem esta situação.

Em relação ao trabalhador rural chefe de família, observou-se também que está havendo grande preocupação por parte dos responsáveis pelo projeto em requalificar estes profissionais. Em parceria com a prefeitura municipal de Cravinhos, o projeto SARA investiu na montagem de uma cozinha industrial onde funcionarão cursos de culinária, como defumação de carnes, com inauguração prevista para o ano de 2001.

Com o oferecimento destes cursos o projeto conseguirá atender a todos os membros da família do trabalhador rural, preparando-os para o mercado de trabalho. Frequentando os cursos eles estarão aptos a trabalhar tanto em atividades nas cidades como em atividades no campo, garantindo assim sua sobrevivência.

Ainda é cedo para saber se os novos cursos dados pelo projeto SARA em parceria com a prefeitura municipal irão dar certo. O importante é que está havendo a mobilização por parte de algumas instituições que se sentem responsáveis pelo trabalhador rural. O envolvimento da

comunidade colaborando com os projetos parece também estar contribuindo para a melhora da situação do trabalhador rural e de sua família residentes do município de Cravinhos. Mas ainda há necessidade da participação de mais pessoas no projeto, dado que a demanda por esse tipo de serviço é muito grande e a tendência é que aumente ainda mais nos próximos anos. É possível que o sucesso deste trabalho tenha um efeito multiplicador sobre outras instituições e municípios de forma que sigam o exemplo da cidade de Cravinhos e Sertãozinho, que há alguns anos se empenham em modificar a situação do trabalhador rural e de sua família residente na região.

3.3.3 Sindicato dos Trabalhadores Rurais

A fim de saber como está se dando a atuação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais na luta pelos direitos dos trabalhadores -do campo, foram levantadas informações com os representantes de todos os municípios que compõem a microrregião de Ribeirão Preto²⁵. Através dos depoimentos, pôde-se ter uma idéia mais clara de como esta mão-de-obra está enfrentando o problema do desemprego causado pelo processo de modernização da agricultura.

Pode-se dizer que a função do Sindicato dos Trabalhadores Rurais é defender os interesses dos trabalhadores agrícolas nas Convenções Coletivas, na justiça e junto às empregadoras, sejam eles sindicalizados ou não, sejam eles residentes do município ou migrantes. Também é sua função fiscalizar as denúncias feitas pelos trabalhadores rurais em relação às fazendas e usinas onde trabalham, com o propósito de saber se as empregadoras estão cumprindo os acordos acertados nas Convenções Coletivas do Trabalho. As obrigações principais consistem em: registro em carteira de trabalho, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e INSS, pagamento de férias, décimo-terceiro salário e descanso semanal, pagamento do preço da cana-de-açúcar estipulado anualmente, fornecimento de material de trabalho (podão e lima) e de equipamento de segurança (luvas e caneleiras), presença de medicamentos e higiene no local de trabalho, fornecimento de marmita térmica, entre outros.

A luta dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais pelo reconhecimento dos trabalhadores é constante, mas percebe-se que ela é amplamente combatida pelo empreiteiro (gato), pessoa responsável pela contratação dos trabalhadores para o corte da cana-de-açúcar. Segundo

representantes dos sindicatos, há uma pressão velada sobre os trabalhadores, que são constantemente ameaçados de não serem contratados para a safra do próximo ano caso haja denúncia contra a empregadora (firmas terceirizadas). Como os empreiteiros contam com um excedente de mão-de-obra para executar a função do corte, o resultado é que muitos trabalhadores deixam de lutar por seus direitos com medo de não serem contratados para a safra do próximo ano.

A intimidação sobre os trabalhadores rurais data de longo tempo e é a principal responsável pela falta de conscientização desta mão-de-obra. Poucos são os trabalhadores sindicalizados na região (em torno de 10% da força de trabalho) e muitos têm uma idéia distorcida das funções dos sindicatos. Essa situação é bastante favorável para as empregadoras, que podem a todo momento burlar as leis que protegem o trabalhador rural.

Em estudo anteriormente realizado²⁶ foi possível constatar que são freqüentes as infrações cometidas pelas empregadoras contra os trabalhadores rurais. Várias foram as denúncias dos trabalhadores apuradas pela fiscalização do Ministério do Trabalho com a colaboração dos líderes sindicais. Neste caso, há o registro da queixa do trabalhador junto aos sindicatos que acionam imediatamente os promotores públicos da região. Apesar da situação do trabalhador rural ter melhorado muito ao longo desses anos, ainda falta muito para controlar a exploração dessa força de trabalho.

O trabalho mais difícil para os líderes sindicais e promotores públicos é justamente o de fiscalização junto às empregadoras. Por mais que tentem controlar os abusos cometidos em relação aos trabalhadores, nem sempre conseguem visitar todas as usinas a fim de apurar as denúncias. É bastante comum os empreiteiros esconderem os trabalhadores que se encontram em situação irregular quando há fiscalização no corte da cana-de-açúcar. Então, para conseguirem averiguar as denúncias, os fiscais vão visitar sem aviso os alojamentos onde os trabalhadores rurais estão acomodados. Dessa forma, fica difícil os empreiteiros esconderem esses trabalhadores, porque os fiscais contam o número de camas que estão sendo ocupadas. Mesmo

²⁵ O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ribeirão Preto responde pelos municípios de Dumont e Luís Antônio, enquanto que o de Brodósqui é subordinado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Batatais.

²⁶ Ver monografia intitulada O Impasse da Mecanização na Economia Açucareira.

com todo empenho das pessoas que tentam proteger os direitos dos trabalhadores rurais, observou-se que ainda existe um grande contingente dessa força de trabalho que se encontra em precárias condições de trabalho e de vida.

Das entrevistas realizadas nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, percebeu-se que nem todos os líderes sindicais têm a mesma opinião na defesa dos trabalhadores rurais e com certeza este é um fator que acaba afastando essa mão-de-obra de um contato mais próximo com a instituição. Observou-se que alguns líderes se beneficiam da difícil situação do desemprego no campo para se promoverem politicamente. Das entrevistas com os trabalhadores rurais desempregados no município de Barrinha, constatou-se que o sindicato da cidade está bastante desacreditado perante a comunidade de trabalhadores. O atual presidente utilizou-se duas vezes de seu prestígio com os trabalhadores rurais e se elegeu vereador, mas, quando eleito, poucos foram seus esforços no sentido de beneficiar esta mão-de-obra. Estava sempre ligado aos interesses dos usineiros e grandes proprietários da região, deixando de executar sua função de líder sindical. Essa situação provocou a revolta de muitos trabalhadores rurais, que se desligaram do sindicato e passaram a difamá-lo.

A questão que mais tem gerado divergências entre os representantes dos sindicatos é a presença de assentamentos e acampamentos rurais que estão se formando em diferentes cidades da microrregião de Ribeirão Preto. Tal fato tem despertado interesses particulares de alguns líderes sindicais, que acabam deixando de executar sua função de representatividade e passam a se preocupar com os problemas dos assentamentos e acampamentos rurais. Segundo o depoimento do representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Pontal, é muito trabalhoso atender às solicitações dos trabalhadores rurais que residem nas cidades. Se houver necessidade de ajudar os trabalhadores que se encontram acampados nas imediações, o trabalho realizado junto aos que moram na cidade fica bastante prejudicado. Portanto, esse líder optou por auxiliar os trabalhadores rurais que se encontram residindo nas cidades.

Observou-se que a mesma postura não foi adotada pelos líderes sindicais do município de Barrinha, Pradópolis e Sertãozinho. Em virtude da formação de um acampamento rural localizado no horto florestal do município de Pradópolis, os representantes dos sindicatos das cidades mencionadas optaram por colaborar com os trabalhadores rurais que lá residem. Há o

revezamento entre os sindicatos dos municípios, que sempre colaboram com a doação de alimentos aos trabalhadores rurais acampados. Quando essa população necessita de auxílio médico, utiliza os serviços oferecidos pelas prefeituras municipais daqueles municípios. É importante salientar que já existe um assentamento rural formado há oito anos no município de Pradópolis.

Também na cidade de Serra Azul instalou-se outro assentamento rural que conta com a colaboração dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Serrana e Serra Azul. Como a situação dessas instituições é mais precária, nem sempre podem estar colaborando. Para garantir sua subsistência os trabalhadores se dirigem para as cidades mais próximas à procura de doações e auxílio médico.

A maior parte dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais encontra-se em grandes dificuldades financeiras e em função disto não está conseguindo fornecer cursos de requalificação profissional aos trabalhadores. Por não contar com recursos que deveriam lhes ser repassados pelo FAT (Fundo de Assistência ao Trabalhador), estas instituições se encontram sem verbas para realizar programas que auxiliem o trabalhador rural a encontrar novas oportunidades de emprego. Tentaram iniciar um programa de alfabetização e ensino de informática que não foi bem sucedido em função do curto período em que o curso era oferecido (um mês) e, também, devido ao desinteresse dos trabalhadores rurais. Diante do fracasso, os representantes dos sindicatos preferiram não gastar mais recursos com esse tipo de treinamento.

Mesmo que tivesse havido interesse por parte destes trabalhadores nos cursos oferecidos, com certeza isso não seria suficiente para corrigir a grande defasagem escolar em que se encontram. Grande parte dos trabalhadores rurais é semi-alfabetizada e não se empenha em continuar seus estudos por não acreditar que irá se beneficiar de tais esforços.

Em função do despreparo escolar e profissional dos trabalhadores rurais, os representantes dos sindicatos não acreditam que os trabalhadores rurais possam vir a se inserir em atividades agrícolas (não-convencionais) na região como forma de superar o problema do desemprego no setor canavieiro. Para os líderes sindicais, além de a demanda por esse tipo de trabalho não

atender às necessidades da mão-de-obra rural, o trabalho exigido não é compatível com o perfil do trabalhador rural.

Para alguns líderes sindicais, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais vem perdendo poder de atuação e representatividade ao longo do tempo. Segundo os representantes dos municípios de Pontal e Ribeirão Preto, a instituição está com os dias contados em função do desemprego acentuado na lavoura canavieira.

3.3.4 Trabalhadores Rurais

Como dito no início do capítulo, foram realizadas entrevistas com alguns trabalhadores rurais subempregados e desempregados do corte de cana-de-açúcar na microrregião de Ribeirão Preto a fim de verificar suas condições de trabalho e vida diante do impacto da mecanização do setor sucroalcooleiro. Contando com a colaboração das assistentes sociais das prefeituras municipais, líderes sindicais e representantes das ONGs, conseguiu-se entrevistar trinta trabalhadores rurais que se encontram excluídos do trabalho no setor canavieiro. Para não prejudicá-los diante dos empregadores, preferiu-se manter o anonimato dos depoimentos.

O primeiro aspecto que pôde ser constatado é que a maior parte da força de trabalho se constitui de trabalhadores do sexo masculino, sendo a presença das mulheres no corte canavieiro pouco frequente, girando em torno de 10% da mão-de-obra. O processo de mecanização do setor reduziu ainda mais o número de mulheres trabalhadoras porque há preferência por parte dos empregadores na contratação do trabalho masculino. Segundo o depoimento de um dos trabalhadores rurais entrevistados, “... logo que as máquinas foram fazer o serviço nosso lá na colheita, os gatos só queriam contratar os homens e deixava de contratar as mulheres porque nós corta mais que elas...Agora até nós que corta muito não consegue mais emprego nas lavoura...” (V.T, 43 anos).

Observou-se que a contratação dos homens é preferida pelo empregadores porque quando as mulheres que estão trabalhando no corte engravidam, é obrigatório que eles continuem a pagar todos os seus direitos, quer elas estejam trabalhando, quer estejam de licença. Não são raros os casos de mulheres que são demitidas quando se constata a gravidez. Pôde-se entrevistar uma delas que disse: “... tava tudo bom enquanto o empregador num sabia que eu tava prenha. Depois

que descobriu minha barriga, me mandou embora e falou prá eu calar a boca se viesse algum homem do sindicato perguntar alguma coisa ... daí fiquei desempregada e num consegui mais trabalhar por causa que eles (gatos) num contratam se nós estiver nesse Estado...” (L.S.L, 26 anos).

Outro aspecto que se pôde verificar em relação aos trabalhadores rurais é que a totalidade dessa mão-de-obra apresenta baixo grau de escolaridade, sendo a maior parte semi-alfabetizada. Dificilmente cursaram mais que o segundo ano primário e logo cedo aprenderam que têm que trabalhar para se sustentar. O depoimento de A.O de trinta e quatro anos revela bem essa situação: “... *meu pai e minha mãe nunca se esforçaram prá eu ir prá escola. Mandava estudar se num tinha serviço em casa prá eu e meus irmãos fazer. Muitas vezes fui ajudar meu pai no corte que era prá nós tirar um troquinho mais. Eu não ligava prá estudar, achava que era perder tempo...*” Quando questionado sobre a importância de se ter estudo para conseguir melhores oportunidades de emprego A.O respondeu: “... *tenho certeza que se eu tivesse ido prá escola quando podia, minha situação hoje ia ser bem diferente ... quem sabe até podia ser motorista nas fazendas ou quem sabe ter um bar só meu...*”.

Outros depoimentos mostram bem essa conscientização por parte do trabalhador rural. Todos sabem que se tivessem freqüentado por mais tempo a escola, sua situação atual poderia ser diferente. Vários trabalhadores estão insistindo para que seus filhos estudem porque sabem que eles não terão oportunidade de trabalho na lavoura canavieira. C.C, de quarenta e um anos, disse que não quer que seus filhos tenham o mesmo destino que ele. Com muito esforço procura manter seus três filhos na escola porque sabe que é a única maneira de poderem ter uma profissão melhor que a sua. Segundo ele, “... *logo, logo não vai ter mais trabalho para nós na lavoura, meus filhos não vão poder ir cortar cana e eu também não quero isso prá eles...*”.

Mesmo que alguns trabalhadores rurais ainda não tenham plena consciência de que seus filhos precisam estudar para terem um futuro melhor, acabam deixando as ~~crianças irem para~~ a escola porque o filho precisa da merenda escolar que muitas vezes é a única fonte de alimentação que recebem no dia. A freqüência escolar tornou-se mais evidente a partir de 1988 com a criação do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente), proibindo o trabalho de menores de dezoito anos em qualquer atividade. Sem opção para os filhos que normalmente ajudavam no ~~corte da cana-de-~~

açúcar, o trabalhador rural precisou matricular seus filhos na escola, o que de certa forma poderia garantir um novo horizonte para suas vidas.

A família do trabalhador rural é constituída pelo chefe da família, sua esposa e geralmente quatro ou mais filhos. O homem e a mulher são os responsáveis por manter o sustento da família. Como já observado anteriormente, alguns chefes de família ainda vêm conseguindo oportunidade de emprego nas lavouras da região, quer seja no corte da cana-de-açúcar, quer seja no cultivo do amendoim, soja, milho, laranja entre outras. O emprego é sazonal, isto é, dura enquanto durarem as safras. No período da entre-safra é normal que esses trabalhadores procurem “bicos” nas cidades a fim de complementarem a renda familiar. E.P contou que durante o período da safra não tem problemas de dinheiro mas durante a entre-safra sempre procura outras atividades que possam lhe garantir um dinheiro extra. O trabalhador comenta que “ *não é fácil bater de porta em porta perguntando se as pessoas precisam de encanador, pintor, que é o serviço que eu sei fazer... pior é se eu voltar de mão abanando prá casa, sem dinheiro prá comprar comida...* ”.

Com a intensificação da mecanização na colheita da cana-de-açúcar a situação de emprego na lavoura vem piorando consideravelmente e casos como o de E.P, que ainda encontra oportunidade de emprego na lavoura, estão ficando cada vez mais raros. O mais comum é se encontrarem trabalhadores rurais que não estão tendo oportunidade de emprego em nenhuma lavoura da região. Esses trabalhadores rurais encontram-se desempregados o ano todo e com poucas chances de se inserir novamente no mercado de trabalho em virtude de sua baixa qualificação profissional. Quando estavam empregados na lavoura canavieira, geralmente se deslocavam nos momentos de entre-safra para as cidades à procura de emprego como serventes de pedreiro na construção civil. Atualmente, em função do desemprego generalizado no setor sucroalcooleiro, são comuns os deslocamentos dessa força de trabalho para as cidades mesmo no período da safra canavieira. A dificuldade de encontrar emprego na lavoura é tanta que só resta ao trabalhador rural procurar pelas poucas vagas existentes nas cidades. Outra alternativa encontrada pelo trabalhador para lhe garantir renda são os “bicos” que de certa forma ainda lhe proporcionam meios de subsistir.

A oferta de emprego no setor da construção civil não vem sendo suficiente para atender às necessidades dos trabalhadores desempregados. D.B, trinta e quatro anos, desempregado da lavoura canavieira há dois anos, comenta que “ *antigamente era mais fácil... tinha sempre emprego na construção esperando por nós... hoje é essa falta de emprego que nós tem que compensar fazendo ‘biscates’ se quiser viver*”. Os biscates a que D.B se refere são trabalho de pintor, encanador, eletricista. ---

Constatou-se que muitos dos trabalhadores desempregados vêm contando com a ajuda das prefeituras municipais das cidades em que residem. Frequentemente reclamam que não têm dinheiro para pagar as contas de água e luz e muitas vezes ficam sem acesso a esses serviços por falta de pagamento. Alguns trabalhadores estão acostumados com as doações de alimento e medicamento das prefeituras municipais e dizem que muitas vezes só têm para comer o que recebem desta instituição. E.M.P, trabalhadora rural desempregada de vinte e nove anos, disse: “*...venho todos os dia aqui (sede da assistência social da prefeitura municipal) prá ver se consigo leite prá meu menino de um ano. Tem seis meses que estou sem nada prá fazer e só conto com a ajuda da prefeitura. Se as coisas não melhorar prá nós lá em casa, acho que vamos passar fome...*”.

Na opinião dos trabalhadores rurais não existe saída para o problema do desemprego no campo. Alguns pensam que ainda conseguirão ingressar em um outro tipo de cultura da região e a maioria não acredita na possibilidade de ir trabalhar na cidade. Dizem estar acostumados com o trabalho no campo e não sabem fazer outra coisa para se sustentar. Observou-se uma resistência muito grande por parte dos trabalhadores mais velhos em frequentar cursos de requalificação profissional oferecidos pelos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e por algumas prefeituras municipais. Argumentam que não frequentam os cursos porque não servirão para conseguir trabalho na cidade. M.C, desempregado, quarenta e seis anos, diz: “ *já tentei ir no curso de informática do sindicato mas não serviu de nada. Que que eu vou fazer se não sei lê direito?*”. G.R, outro trabalhador desempregado, comenta: “*fui tentar aprender alguma coisa no curso de alfabetização do sindicato mas que adianta... Estou velho demais prá arrumar outro emprego, melhor deixar assim mesmo...*”.

Das entrevistas realizadas constatou-se que a maior parte dos trabalhadores rurais não é sindicalizada, mas conhece bem seus direitos. Muitos deixam de procurá-los por sofrerem intimidação dos empregadores que promovem boicote em relação aos trabalhadores que reivindicam seus direitos. Quando os trabalhadores rurais são dispensados do trabalho, contam somente com o dinheiro do “acerto” contabilizado pelo empregador que quase nunca é suficiente para passar o período da entre-safra. No depoimento de P.R, trinta e sete anos, desempregado há dois anos, verificou-se o seguinte relato: “... *quando era mais moço fui procurar meu acerto que o empregador não tinha pagado. Pedi ajuda no sindicato que até resolveu meu problema mas aconteceu que no outro ano não fui nem contratado pra colheita... demorou muito pra encontrar quem me contratava...tive até que mudar de cidade por causa que nenhum empregador me contratava. Depois num fui mais atrais dessa história de sindicato... recebo o que tem pra receber e tá bom assim...*”.

A situação do trabalhador rural encontra-se bastante penosa. Poucos têm aspirações na vida. O sonho da maioria é de ter um pedaço de terra para cultivar e morar no campo. Uma outra parte gostaria de ter um negócio próprio para garantir o sustento. Percebe-se que há uma vontade muito grande de não serem mais funcionários ou contratados. A análise dos depoimentos deixou claro que o trabalhador rural tem um desejo muito grande de ter liberdade de escolha de trabalho, mas não luta por isso.

Em relação ao trabalhador migrante foi possível verificar que, mesmo encontrando dificuldades de emprego nas cidades da microrregião de Ribeirão Preto, o trabalhador rural migrante continua se sentindo atraído para vir para essa região. Muitos deslocam-se com sua família na esperança de terem uma vida melhor da que tinham em seus estados, fato que agrava em demasia os problemas sociais da região.

Mesmo com todos os esforços das prefeituras municipais, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e das ONGs em encaminhar os trabalhadores rurais desempregados, ainda há muito que se fazer em benefício dessa mão-de-obra. Dada a dificuldade de se inserirem em novas atividades na microrregião de Ribeirão Preto, está havendo a formação de acampamentos de trabalhadores rurais, que não existiam há cinco anos atrás. Dentro da microrregião de Ribeirão Preto observou-se a formação de um acampamento no município de Pradópolis e outro

no município de Serra Azul. Também foi constatado através do depoimento da assistente social de Sertãozinho que existem dois bairros de sem-teto na cidade que foram organizados por um antigo líder dos trabalhadores rurais.

É provável que o surgimento desses movimentos na região esteja sendo uma alternativa escolhida pelos trabalhadores rurais para resolver seu problema de desemprego no setor sucroalcooleiro. Um estudo mais detalhado, baseado em entrevistas com os líderes dos movimentos e a população acampada, pode vir a confirmar se os trabalhadores rurais desempregados do corte da cana-de-açúcar estão se deslocando para esses locais como estratégia de sobrevivência.

3.3.5 Empresários Agrícolas

Procurou-se saber, através das entrevistas realizadas com os representantes das usinas e destilarias de cana-de-açúcar mais importantes da microrregião de Ribeirão Preto, como está o processo de mecanização no setor sucroalcooleiro e quais as perspectivas de se incrementar a utilização de máquinas durante os próximos cinco anos. Também foi ouvido o representante do grupo Imagem de Ribeirão Preto, responsável pela publicidade das usinas da região.

Foi constatado que a maior parte das usinas de açúcar e álcool da região de Ribeirão Preto possui aproximadamente 40% de sua colheita mecanizada. Esta estimativa leva em consideração somente a área própria das usinas e não as terras arrendadas para o plantio do produto. Como dito anteriormente, as maiores usinas da região estão com suas lavouras totalmente mecanizadas. As usinas São Martinho e São Francisco, localizadas nos municípios de Pradópolis e Sertãozinho respectivamente, possuem 100% de suas colheitas mecanizadas, enquanto que 70% da área da Usina Santa Elisa, situada no município de Sertãozinho, se encontra mecanizada.

As entrevistas com os representantes das usinas revelaram que o setor se mostra otimista quanto ao crescimento da mecanização. É intenção das usinas que não possuem sua colheita totalmente mecanizada mecanizar suas colheitas em até 65% da produção ao longo dos próximos anos. Observou-se que a aquisição de máquinas pelo setor vem sendo facilitada pelos financiamentos bancários. Tal fato vem servindo de estímulo para as usinas menores que passaram a modernizar suas colheitas.

O representante da Consultoria Imagem confirmou os dados levantados nas usinas da região. Segundo ele, levando-se em consideração o conjunto das maiores usinas da região, estima-se que 42% das lavouras estejam mecanizadas. O representante também acredita que nos próximos anos a mecanização da colheita canavieira atingirá o patamar de 65% da produção

Segundo depoimento do mesmo representante, não havia intenção por parte dos usineiros de mecanizar o setor de forma tão rápida e acentuada. Fomos informados que os empresários agrícolas passaram a introduzir as máquinas nas lavouras em função do alto custo de manutenção dos trabalhadores rurais. Para os empresários, a preferência na utilização das máquinas é decorrente da falta de incentivos do governo federal em se manter o trabalhador no campo. Os altos impostos que recaem sobre a contratação desta mão-de-obra fazem com que os empresários agrícolas optem pela utilização das máquinas. Com as facilidades bancárias que permitem o financiamento do maquinário, é mais vantajoso adquirir esse equipamento de trabalho que manter os trabalhadores rurais na colheita.

Caso haja incremento de 30% de mecanização no setor sucroalcooleiro nos próximos anos, ocorrerão ainda mais demissões de trabalhadores rurais na região de Ribeirão Preto que necessitarão encontrar um novo horizonte de trabalho. Isto significa que prefeituras municipais, ONGs e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e comunidade terão que continuar se mobilizando no sentido de encaminhar essa mão-de-obra para novas atividades remunerativas que lhes garantam condições de trabalho e vida dignas.

CONCLUSÃO

A pesquisa mostrou que o processo de modernização do setor sucroalcooleiro, com a introdução de máquinas no corte da cana-de-açúcar, tem sido o grande responsável pela demissão acentuada dos trabalhadores rurais da microrregião de Ribeirão Preto. Sem chances de se inserir novamente neste tipo de atividade, essa força de trabalho está tendo que se encaminhar para outros setores da economia (formais ou informais) em busca de alternativas de emprego que lhe garanta seu sustento e de sua família. Para isso vem contando com a ajuda das prefeituras municipais, de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Organizações não-Governamentais que estão se mobilizando no sentido de prover reeducação e treinamento profissional a todos os membros da família do trabalhador rural.

Durante os anos de prosperidade do programa Proálcool foi estimulado o cultivo da cana-de-açúcar em larga escala na região de Ribeirão Preto. Tal produto passou a ocupar grandes extensões de terra nas usinas e passou a demandar um número bastante acentuado de trabalhadores para seu cultivo. Mesmo sendo precárias as condições de trabalho na lavoura, esse tipo de atividade atraiu não somente o trabalhador rural da região, como também os trabalhadores migrantes que se deslocavam de seu estado de origem todos os anos para participar do corte da cana-de-açúcar na região ribeirãopretana. Com a introdução das máquinas no cultivo no início da década de 90, um grande contingente de trabalhadores rurais passou a perder seus postos de trabalho e, conseqüentemente, as chances de garantir seu sustento. Como a situação do desemprego continua a se acentuar nos municípios da microrregião, essa mão-de-obra está buscando novas atividades no campo ou nas cidades que possam ser geradoras de renda.

A análise da estrutura empresarial da microrregião de Ribeirão Preto mostrou que existe um número relativamente maior de pequenas e médias empresas na região. O incentivo fiscal dado aos segmentos menores pode impulsionar o mercado de trabalho local, gerando novos postos de trabalho, que poderiam beneficiar o trabalhador rural desempregado da atividade canavieira. Vários municípios da microrregião estão incentivando o investimento em parques industriais a fim de atrair novas empresas e indústrias, dinamizando suas economias. Esta pode

ser uma solução adequada para se criarem novos empregos, amenizando, assim, o problema do desemprego acentuado que os municípios estão enfrentando.

Em relação ao município de Ribeirão Preto, observou-se que o setor agrícola tem pequeno peso em suas atividades e que a força da economia se concentra em atividades não-agrícolas, mais particularmente no setor da prestação de serviços e do comércio. O trabalhador rural que quiser se empregar em atividades nesta cidade poderá executar atividades como lixeiros e/ou garis no ramo da prestação de serviços. O setor da administração pública também vem oferecendo oportunidades de emprego aos trabalhadores rurais. Foi criado recentemente o programa Cidade Limpa, que gerou 1222 novas oportunidades de emprego. Como não se necessita de escolaridade ou experiência para executar a função de garis, o perfil do trabalhador rural se encaixa nos requisitos.

O setor da construção civil, apesar de não se destacar entre as atividades principais do município de Ribeirão Preto, vem se recuperando da crise enfrentada a partir de 1995 e vem demandando considerável número de trabalhadores para executar atividades como serventes de pedreiros. Em função da baixa qualificação profissional do trabalhador rural, o município pode absorver parte deste contingente de trabalhadores em atividades neste setor. Como o número de trabalhadores desempregados sempre excede o número de vagas ofertadas, muitos ficam sem oportunidade de emprego. Nos momentos de maiores dificuldades de emprego, os trabalhadores rurais geralmente se deslocam para os maiores municípios da microrregião em busca de atividades no setor informal, como pintores, eletricitas, encanadores e até mesmo como pedreiros. Para eles, os “bicos” suprem suas necessidades remunerativas nos momentos mais críticos de desemprego.

Os demais municípios que compõem a amostra da microrregião apresentam maior dinamismo no setores da indústria, comércio, prestação de serviços e agricultura respectivamente. Como a indústria e o comércio necessitam de mão-de-obra mais especializada, não responderão pela contratação dos trabalhadores rurais. Estes podem ser aproveitados como auxiliares de limpeza pelo setor de prestação de serviços e também podem ser inseridos em atividades agrícolas que ainda se configuram como um mercado que demanda mão-de-obra. A diversificação de culturas nos municípios que compõem a microrregião de Ribeirão Preto pode

gerar novos empregos aos trabalhadores rurais que poderão ser inseridos em cultivos como milho, soja, laranja, amendoim e café. Essa é uma solução que resolveria o problema de desemprego dos trabalhadores no curto prazo.

Apesar da proximidade entre os municípios da microrregião, cada um vem encontrando formas próprias para encaminhar a mão-de-obra rural oriunda do corte da cana-de-açúcar. Municípios como Brodósqui, Cravinhos e Jardinópolis estão optando pela diversificação de suas lavouras, fato que tem contribuído para a redução do desemprego rural. As cidades de Luís Antônio e Santa Rosa de Viterbo optaram pelo incentivo à montagem de parques industriais, que vêm absorvendo parte dos trabalhadores rurais que se encontram nas cidades. São Simão e Santa Rita do Passa Quatro estão contando com o apoio das prefeituras municipais no encaminhamento da mão-de-obra. Já os municípios de Barrinha, Dumont, Pontal, Pradópolis e Sertãozinho se encontram em grandes dificuldades diante do problema do desemprego dos trabalhadores rurais. Atraem anualmente grande contingente de migrantes que não têm retornado à sua região de origem. Problemas de ordem social como assaltos e aumento da criminalidade são constantes e não conseguem dar encaminhamento profissional a tantos trabalhadores desempregados. Como a agricultura não é a principal atividade do município de Ribeirão Preto, problemas como o desemprego rural tendem a se tornar reduzidos diante do desemprego generalizado, o que mostra que mesmo a criação de vagas na limpeza pública e em empresas particulares não resolverá o problema.

Os investimentos recentes em alguns municípios da microrregião estão sendo responsáveis pela geração de novos postos de trabalho. Como observado, várias cidades optaram pela criação de parques industriais com a finalidade de absorver parte dos trabalhadores da região. Ribeirão Preto destaca-se no conjunto dos municípios que compõem a microrregião por ser o que mais vem criando oportunidades de emprego. A criação do projeto Cidade Limpa e Call Center, a privatização do aeroporto municipal, o investimento no setor da construção civil através da construção de casas populares podem absorver parte dos trabalhadores rurais cortadores de cana-de-açúcar. Mesmo com todos esses esforços, as vagas ofertadas pelos setores mais importantes da economia não vêm conseguindo absorver o grande contingente de trabalhadores rurais desempregados, principalmente pelo baixo estudo e pela baixa qualificação profissional desta mão-de-obra. Para ajudar essa população de desempregados está havendo a participação de

entidades públicas (prefeituras municipais) e privadas (Sindicato dos Trabalhadores Rurais e Organizações não-Governamentais) que sozinhas ou em parceria com outras instituições estão tentando prover educação e treinamento profissional adequado aos trabalhadores e famílias menos favorecidas.

Além da dinamização da economia local promovida pelas prefeituras municipais, existem programas assistenciais que visam a atender à população carente (geralmente constituída pelo trabalhador rural e sua família) que vêm contribuindo para que essa mão-de-obra supere o problema do desemprego no campo. As prefeituras municipais estão investindo em programas de reeducação e requalificação profissional que atendam às necessidades dos trabalhadores e dos membros de sua família.

Os investimentos em educação para a criança e o treinamento profissional adequado para o adolescente estão sendo alvo de atenção por parte das prefeituras municipais e ONGs. Os adolescentes estão se qualificando profissionalmente a fim de que possam ser inseridos em atividades rurais (horticultura, fruticultura, piscicultura) ou em atividades urbanas (comércio).

As parcerias entre as prefeituras municipais e entidades particulares (ONGs) estão proporcionando mais e melhores chances ao trabalhador rural e sua família para aprenderem novos ofícios que lhes garantam remuneração. Observou-se que as mulheres destes trabalhadores estão investindo maciçamente em aprendizado e treinamento profissional e com isso estão proporcionando renda adicional à família. Antigamente essas mulheres só encontravam oportunidades de emprego como empregadas domésticas. Atualmente, com o oferecimento de cursos profissionalizantes pelas prefeituras municipais e ONGs, elas estão podendo exercer atividades como cabeleireiras e manicures, e muitas estão tendo a oportunidade de serem donas de seu próprio negócio. A oportunidade de as mulheres se especializarem em atividades remunerativas está sendo favorecida pelo fato de as prefeituras municipais oferecerem creches e escolas para as crianças. Dessa forma, a mulher pode freqüentar os cursos e treinamentos sem prejudicar a criação dos filhos.

O membro da família que vem sofrendo maiores dificuldades de se inserir no mercado de trabalho é o chefe de família que não consegue se desligar das atividades no campo. Acostumado

a trabalhar nas atividades canavieiras, não se sente suficientemente qualificado para buscar emprego nas zonas urbanas. Alguns ainda se dirigem para as cidades em busca de trabalho no setor da construção civil mas muitos trabalhadores desempregados não vêem saída para o problema do desemprego. Os trabalhadores rurais, principalmente os mais velhos, ~~relutam em~~ aprender novos ofícios. Consideram-se muito velhos para aprender alguma coisa e também se sentem desmotivados. Alguns estão vivendo do trabalho da esposa e dos ~~filhos que estão~~ conseguindo se inserir com maior facilidade no mercado de trabalho.

Não existe homogeneidade nos esforços para resolver o problema do trabalhador rural desempregado. As cidades que mais atraem trabalhadores migrantes nos momentos de safra da cana-de-açúcar são as que menos estão se esforçando no encaminhamento da mão-de-obra rural. Centram seus esforços na doação de alimentos e medicamentos mas não investem em educação e treinamento profissional. A situação é bastante precária nos municípios de Pradópolis, Barrinha, Pontal e Sertãozinho.

O processo de mecanização do setor sucroalcooleiro é inevitável e continuará se acentuando nos próximos anos. Com certeza mais trabalhadores perderão seus postos de trabalho e encontrarão dificuldades para se inserir no mercado de trabalho. Precisa-se pensar mais cuidadosamente a respeito da situação de emprego do trabalhador chefe de família porque é o membro que vem encontrando maiores dificuldades de se inserir no mercado de trabalho. Através dos esforços das entidades públicas e particulares está se conseguindo encaminhar ~~crianças e~~ adolescentes que serão futuros trabalhadores. Com melhor estudo e qualificação profissional da população mais jovem, evita-se que haja a formação de novo contingente de trabalhadores rurais que poderão se dirigir novamente para o trabalho no corte da cana-de-açúcar.

Mesmo com a mobilização das entidades públicas e particulares ainda existe ~~uma parcela~~ da população de trabalhadores rurais que não está se beneficiando dos programas assistenciais e que não vem conseguindo se inserir em outras atividades na região de Ribeirão Preto. São trabalhadores que estão se encaminhando para os acampamentos rurais que estão se formando em algumas cidades das imediações. Necessita-se investigar se essa movimentação dos trabalhadores rurais vem crescendo nos últimos anos como conseqüência do desemprego acentuado nas lavouras canavieiras.

Observou-se que a inserção da mão-de-obra rural em atividades agrícolas na microrregião de Ribeirão Preto se encontra cada vez mais limitada em função do processo crescente de modernização das lavouras. Em relação às atividades não-agrícolas, verificou-se que as possibilidades de inserção dos trabalhadores rurais são mais amplas, mas não atingem um grande contingente dessa força de trabalho em virtude de seu baixo grau de escolaridade e qualificação profissional. Portanto, políticas públicas que visem a melhorar as condições de vida dessa mão-de-obra devem centrar seus esforços em ofertar infra-estrutura básica (educação) e postos de trabalho em atividades não-agrícolas. Tendo nível educacional mais alto, o trabalhador rural e sua família poderão ter acesso a empregos mais qualificados que ofereçam melhores chances de realização profissional.

Para que as possibilidades de emprego nos municípios da microrregião sejam ampliadas, faz-se necessária a presença do Estado e das administrações locais com aplicação de políticas públicas, provendo educação à população e promovendo a integração social dos trabalhadores rurais através de sua inserção no mercado de trabalho local. Também é de fundamental importância a participação de entidades particulares no encaminhamento profissional dos trabalhadores rurais e de sua família, garantindo-lhes treinamento adequado que contribua para o crescimento profissional. O trabalho conjunto de entidades públicas e privadas pode proporcionar a essa força de trabalho acesso a empregos mais qualificados que lhes possibilitarão condições mais dignas de trabalho e vida.

Em relação às políticas públicas locais, foi possível verificar que o setor da educação vem sendo alvo de preocupação das administrações públicas. Grande parte das crianças e adolescentes filhos dos trabalhadores rurais se encontra matriculada nas escolas da região. Com uma escolaridade mínima, crianças e adolescentes terão futuramente melhores oportunidades que seus pais de se inserir no mercado de trabalho da região. Observou-se, também, esforços constantes por parte administrações locais na criação de distritos industriais, por meio de incentivos fiscais, que estão dinamizando a economia local e gerando novos postos de trabalho urbanos.

Apesar de existir na maior parte dos municípios da microrregião de Ribeirão Preto um patamar mínimo de oferta de serviços públicos à comunidade, deve-se pensar também na implementação de outros programas assistenciais que visem a auxiliar o trabalhador rural a

enfrentar o problema do desemprego, mesmo que seja de forma indireta. Investimentos em infraestrutura básica (rede de esgoto, água, eletrificação, serviços de saúde, previdência, programas de alimentação e habitação popular) podem contribuir ainda mais para que as condições de vida dos trabalhadores rurais se tornem mais dignas. Deve-se também refletir sobre a aplicação de programas de garantia de renda mínima e bolsa escola à comunidade. Através da formação básica dos trabalhadores rurais e de sua família e com a potencialização do mercado de trabalho local, aproveitando parte desta mão-de-obra, o desemprego do trabalhador rural poderá ser bastante amenizado. Para um melhor resultado da aplicação de políticas públicas, a educação deve estar articulada com o desenvolvimento das economias locais e não somente ter função de preparar as pessoas para o mercado de trabalho.

Pode-se perceber que as instituições privadas estão investindo maciçamente em cursos profissionalizantes que beneficiem a família do trabalhador rural. O treinamento adequado está proporcionando a uma parcela dessa mão-de-obra chances de se inserir em atividades na região, garantindo remuneração compatível e melhores condições de vida. A mulher e os filhos dos trabalhadores rurais têm sido bastante beneficiados pelos treinamentos profissionalizantes oferecidos pelas instituições privadas. Vêm adquirindo prática e experiência profissional nos cursos, se inserindo no mercado de trabalho local e auxiliando na renda familiar. O investimento em educação e treinamento, principalmente da mulher e dos filhos do trabalhador rural pode contribuir para que a família consiga romper o ciclo do desemprego.

As administrações públicas e as entidades particulares (Organizações não-Governamentais e Sindicatos dos Trabalhadores Rurais) estão buscando resolver o problema do desemprego do trabalhador rural à nível local, levando em consideração as características sócio-econômicas da região. Procuram aplicar uma política que parta de “baixo para cima”, isto é, do nível microeconômico (local) para o macroeconômico (nacional), levando em consideração as diferenças físicas, econômicas e sociais da microrregião. Dessa forma, priorizam-se os problemas sócio-econômicos locais. Tentar resolver a situação do desemprego da mão-de-obra rural neste âmbito possibilita o delineamento de políticas de desenvolvimento mais adequadas para a região que poderão vir a auxiliar ainda mais no encaminhamento profissional desta força de trabalho.

Considera-se que o quadro de desemprego da população rural da microrregião de Ribeirão Preto pode ser devidamente corrigido e minimizado desde que haja ampla participação de entidades públicas e particulares no sentido de encaminhar profissionalmente essa força de trabalho. O Estado, as administrações locais e as instituições particulares devem ser os agentes incentivadores e orientadores das transformações sócio-econômicas. Não se deve pensar em atitudes isoladas entre os municípios. O trabalho planejado em conjunto pode vir a fortalecer o desenvolvimento local, proporcionando significativo ganho social e econômico para a população que reside nos municípios da microrregião ribeirãopretana.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Carlos E. J. **Força de Trabalho e Relações de Produção na Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo: a usina Junqueira**. São Paulo: Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade São Paulo, 1988. (Mestrado em Geografia Humana).

BALTAZAR, Márcia C. **Transformações Atuais do Estado Brasileiro de Bem-Estar Social: programas de garantia de renda mínima, as ONGs na prestação de serviços sociais e descentralização das políticas sociais**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1996. 75p. (Trabalho de Conclusão de Curso).

CODERP. Site oficial disponível no endereço eletrônico – www.coderp.com.br

CORTÉZ, Kathia V. D. **Inovações Tecnológicas e Mudanças na Organização do Trabalho: O Surgimento de um Novo Tipo de Trabalhador na Cultura Canavieira na Região de Ribeirão Preto**. São Carlos: Faculdade de Engenharia de Produção da Universidade Federal de São Carlos, 1993. (Mestrado em Engenharia de Produção).

FUNDAÇÃO SEADE. Site oficial disponível no endereço eletrônico – www.seadc.gov.br

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

GNACCARINI, José C. **Latifúndio e Proletariado: formação da empresa e as relações de trabalho no Brasil rural**. São Paulo: Polis, 1980.

GONÇALVES, Márcio S. **Programas de Renda Mínima: uma análise comparativa dos casos francês e brasileiro**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1996, 92p. (Trabalho de Conclusão de Curso).

GONZALES, Elbio N. e BASTOS, Maria I. In: PINSKY, Jaime (org.). **Capital e Trabalho no Campo**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

_____ **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1996.

_____ **O Novo Rural Brasileiro.** Texto disponível no endereço eletrônico [http: www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br) – projeto urbano, 1997.

_____ **O Novo Rural Brasileiro.** Campinas, SP: Instituto de Economia da UNICAMP, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, José; VALENTIM BALSADI, Otávio; DEL GROSSI, Mauro. E. **O Emprego Rural e a Mercantilização do Espaço Agrário.** Texto disponível no endereço eletrônico: www.eco.unicamp.br/projetorurbano, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José; VALENTIM BALSADI, Otávio; BOLLIGER, Flávio P.; BORIN, Maria R.; PARO, Maria R. **O Rural Paulista: Muito Além do Agrícola e do Agrário.** Texto disponível na internet no endereço [http: www.eco.unicamp.br](http://www.eco.unicamp.br) – projeto urbano, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Base de Informações Municipais,** Rio de Janeiro, 1996. (Volume do Estado de São Paulo).

_____ **Censos Agropecuários 1970,1975,1980,1985 e 1996.** Rio de Janeiro, (Volume do Estado de São Paulo).

_____ **Censos Demográficos 1970,1975,1980,1985,1996.** Rio de Janeiro. (Volume do Estado de São Paulo).

_____ **Contagem da População de 1996.** Rio de Janeiro, 1997. (Volume do Estado de São Paulo).

_____ **Estimativa da População de 1997, 1998 e 1999.** Rio de Janeiro. (Volume do Estado de São Paulo).

_____ **Informação para a Imprensa.** Rio de Janeiro, 1996.

JORNAL CANA. **Anuário Jornal Cana Safra 1998/1999**, Ribeirão Preto, 1999. (Volume Centro Sul).

KAGEYAMA, Angela. **Modernização, Produtividade e Emprego na Agricultura – uma análise regional**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1985. Dissertação (Doutorado em Economia).

_____. **Uma Tipologia dos Municípios Paulistas com Base em Indicadores Sócio Demográficos**. Campinas: Instituto de Economia da UNICAMP, 1999. (Texto para Discussão nº 66).

_____. **Pluriatividade e Ruralidade: aspectos metodológicos**. São Paulo: Revista de Economia Aplicada, 1998. (volume 2, nº 3, julho-setembro).

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. (orgs.). **Impactos Sociais da Modernização Agrícola**. São Paulo: Editora Caetés, 1987.

MARTINS, José S. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

MELLO, Maria C. I. **O Bóia Fria: acumulação e miséria**. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e Outros Ensaio**s, São Paulo: BIPA editores, 1946. (2ª edição ampliada).

RAMOS, Pedro. **Agroindústria Canavieira e a Propriedade Fundiária no Brasil**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1991. (Tese de doutoramento em Administração).

OSAKABE, Erika. **O Impasse da Mecanização na Economia Açucareira**. Publicação do III Prêmio CORECON/SP de Excelência em Economia, São Paulo: Volume Monografias, 1998, p.17 a 90.

SABÓIA, Lúcia H. **O Mundo do Volante: trabalhadores rurais de Cravinhos**. São Paulo, SP: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 1974. Dissertação (Mestrado em Filosofia e Ciências Humanas).

SERT. Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho dos municípios de Ribeirão Preto, Santa Rita do Passa Quatro e Sertãozinho.

SIMÃO, Carla S. **Impactos Sócio-Econômicos e Ambientais Decorrentes da Implantação da Cana-de-Açúcar na Região de Ribeirão Preto**. São Carlos: Centro de Ciências Exatas e Tecnologia – Departamento de Engenharia de Produção, 1996, 80p. (Trabalho de Conclusão de Curso).

SCHEJTMAN, Alexander. La Cuestión Urbana En El Desarrollo Rural: elementos para una reformulación de las políticas. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. (org.). **O Novo Rural Brasileiro: políticas públicas**, Jaguariúna, SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. (volume 4).

Anexos

Roteiro de Questões para Entrevista com Representantes das Prefeituras Municipais

- 1) Este município possui usinas ou destilarias de cana-de-açúcar?
- 2) No caso de a cidade não possuir usinas ou destilarias, quais as atividades agrícolas que mais empregam os trabalhadores rurais desta cidade?
- 3) Qual o número de trabalhadores rurais residentes no municípios e qual a porcentagem de trabalhadores migrantes deste município?
- 4) Quantos trabalhadores rurais se encontram desempregados permanentemente desta atividade nesta cidade?
- 5) Como está sendo encaminhado o problema do desemprego rural no município?
- 6) Existe algum programa da prefeitura que vise a auxiliar e encaminhar profissionalmente o trabalhador rural? Quais?
- 7) De onde provêm os recursos para a ajuda ao trabalhador rural?
- 8) Os programas têm conseguido atingir seus objetivos?
- 9) Para a administração local, o que mais poderia ser feito pelo trabalhador rural para que ele consiga superar o problema do desemprego?
- 10) De que modo isso poderia ser feito e de que maneira isso auxiliaria o trabalhador rural?
- 11) Existem acampamentos ou assentamentos rurais no município?
- 12) Onde se localizam?
- 13) São formados por trabalhadores rurais?
- 14) De que forma esses assentamentos e acampamentos garantem seu sustento?
- 15) O que faz a prefeitura para auxiliar os assentados e os acampados?
- 16) Como a prefeitura vê o futuro do trabalhador rural neste município?
- 17) Há coordenação de atividades com os municípios próximos nesse sentido?

Roteiro de Questões para Entrevista com Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cada Município

- 1) Este sindicato é responsável por quais municípios da região de Ribeirão Preto?
- 2) Qual a função do Sindicato dos Trabalhadores Rurais?
- 3) Quantos membros têm o sindicato? Qual o número dos trabalhadores rurais desse município?
- 4) Quais os objetivos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais? Tem conseguido atingi-los?
- 5) Quais as dificuldades que este sindicato enfrenta para atingir esses objetivos?
- 6) Qual o principal tipo de trabalhador filiado ao sindicato?
- 7) Em termos absolutos e percentuais, quantos trabalhadores são sindicalizados na região?
- 8) Em termos percentuais, quantos filiados são cortadores de cana-de-açúcar?
- 9) Qual o número de trabalhadores desempregados do corte da cana-de-açúcar nas cidades que este sindicato administra?
- 10) Os trabalhadores rurais têm consciência de seus direitos trabalhistas? Eles lutam por eles?
- 11) As empregadoras costumam burlar os direitos dos trabalhadores?
- 12) Quais são as infrações mais cometidas pelas empregadoras?
- 13) O que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem feito para proteger os trabalhadores?
- 14) Os trabalhadores rurais têm consciência de que a introdução das máquinas tanto no plantio como no corte da cana-de-açúcar aumenta o número de desempregados?
- 15) Como estão reagindo e o que pretendem fazer a esse respeito?
- 16) O que tem sido feito pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais no sentido de ajudar essa mão-de-obra? E no sentido de encaminhá-los profissionalmente?
- 17) Existem programas de ajuda e de encaminhamento para o trabalhador rural desempregados pela cana-de-açúcar?
- 18) Quais são eles? O que pretendem fazer pelo trabalhador rural?
- 19) Esses programas têm conseguido atingir seus objetivos?
- 20) Qual a porcentagem de adesão a esses programas?
- 21) Existem outras alternativas para o trabalhador rural que não seja aderir a esses programas? Se existir, quais?
- 22) O que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais pensa a respeito desses programas?

- 23) Existe preocupação por parte das administrações locais para ajudar ou encaminhar essa mão-de-obra profissionalmente?
- 24) O que elas estão fazendo a respeito?
- 25) O que ainda se poderia fazer em relação ao trabalhador rural no sentido de ajudá-lo e encaminhá-lo profissionalmente?
- 26) De que maneira isso poderia ser feito?
- 27) Qual a viabilidade de um projeto assim?
- 28) Se esse projeto fosse viável, o que mudaria na vida do trabalhador rural?
- 29) Como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem colaborado com as prefeituras nesse sentido?
- 30) Como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais vê o futuro do trabalhador da cana-de-açúcar nesta região?

Roteiro de Questões para Entrevista com Trabalhador Rural

Desempregado

Nome:

Sexo:

Histórico de vida

- 1) Onde e quando nasceu?
- 2) Até que série estudou?
- 3) Por que e quando veio para a região?
- 4) Desde quando faz este trabalho?
- 5) Já fez outros tipos de trabalho? Quais?
- 6) Por que mudou?
- 7) Qual o caminho percorrido desde sua cidade de nascimento até a região?
- 8) Trabalhou em algum outro lugar até chegar a região?
- 9) Onde trabalhou e por quê?
- 10) O que fazia?
- 11) Por que não permaneceu lá?
- 12) Veio como para a região?
- 13) Onde se instalou quando chegou aqui?
- 14) Tem família?
- 15) Quem faz parte dela (mulheres, filhos, outros parentes)?
- 16) Sua família mora junto com o senhor aqui na região?
- 17) Quantos filhos e qual a idade deles?
- 18) Quantos filhos freqüentam a escola?
- 19) A mulher e os filhos trabalham?
- 20) O que fazem?
- 21) Quantos membros da família moram juntos?
- 22) Contribuem com dinheiro para a casa?
- 23) Esse dinheiro é pouco ou muito em relação ao que o senhor (a) ganha?

Perda do Emprego

- 24) Qual seu último emprego?
- 25) Trabalhava onde?
- 26) O que fazia?
- 27) Quanto tempo trabalha nesse emprego?
- 28) Desde quando está desempregado?
- 29) Qual o motivo de ter perdido o emprego?
- 30) O senhor (a) acha que poderá ser contratado novamente pela cana-de-açúcar?
- 31) Está empregado em alguma outra atividade? Em que?
- 32) Como conseguiu esse emprego?
- 33) Teve ajuda da prefeitura, sindicatos, instituições de auxílio?
- 34) Nesse trabalho o senhor (a) esta conseguindo receber mais, menos ou igual ao que recebia no corte da cana-de-açúcar?

Remuneração

- 35) Quanto recebe por mês?
- 36) Quanto do salário gasta para comer?
- 37) Onde mora? Desde quando mora neste local?
- 38) A casa é sua?
- 39) Quanto gasta por mês para morar?

Auxílio

- 40) Já recebeu alguma ajuda quando se encontrava desempregado (a)?
- 41) De quem?
- 42) Em que consistia essa ajuda?
- 43) Alguma instituição (sindicato, prefeituras, instituição de auxílio) propôs auxiliá-lo (a) a se encaminhar profissionalmente? Como?
- 44) O senhor (a) acredita que isso irá ajudá-lo (a) profissionalmente?
- 45) Como o senhor (a) acha que irá ser seu futuro?

Sindicato

- 46) O senhor (a) é sindicalizado(a)? Por quê? Desde quando?
- 47) O senhor (a) tem algum tipo de contato com o sindicato?
- 48) Já participou de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais?
- 49) Vai sempre?
- 50) O que ouviu falar dos sindicatos?

Migração

- 51) Se o senhor (a) for trabalhador migrante, há combinação da safra na sua região de origem com a da cana-de-açúcar aqui?
- 52) Vem sempre para a colheita da cana-de-açúcar e depende só deste dinheiro para se sustentar?

Roteiro de Questões para Entrevista com Trabalhador Rural

Empregado

Nome:

Sexo:

Histórico de vida

- 53) Onde e quando nasceu?
- 54) Até que série estudou?
- 55) Por que e quando veio para a região?
- 56) Desde quando faz este trabalho?
- 57) Já fez outros tipos de trabalho? Quais?
- 58) Por que mudou?
- 59) Qual o caminho percorrido desde sua cidade de nascimento até a região?
- 60) Trabalhou em algum outro lugar até chegar a região?
- 61) Onde trabalhou e por quê?
- 62) O que fazia?
- 63) Por que não permaneceu lá?
- 64) Veio como para a região?
- 65) Onde se instalou quando chegou aqui?
- 66) Tem família?
- 67) Quem faz parte dela (mulheres, filhos, outros parentes)?
- 68) Sua família mora junto com o senhor aqui na região?
- 69) Quantos filhos e qual a idade deles?
- 70) Quantos filhos freqüentam a escola?
- 71) A mulher e os filhos trabalham?
- 72) O que fazem?
- 73) Quantos membros da família moram juntos?
- 74) Contribuem com dinheiro para a casa?
- 75) Esse dinheiro é pouco ou muito em relação ao que o senhor (a) ganha?

Contratação

- 76) Onde trabalha?
- 77) Como ficou sabendo da existência deste trabalho?
- 78) Com quem precisou falar para conseguir emprego?
- 79) Quais são os seus direitos?
- 80) Quem foi o intermediário de sua contratação?
- 81) O senhor (a) é contratado (a) sempre pelo mesmo gato?
- 82) Durante quantos meses por ano?
- 83) Quando começa e quando costuma terminar a safra?
- 84) A que horas levanta?
- 85) Como vai para o emprego?
- 86) Quanto tempo demora para chegar lá?
- 87) Leva almoço de casa? O que leva?
- 88) O que a família costuma comer freqüentemente?
- 89) Quem faz o almoço?
- 90) A que horas almoça?
- 91) Quanto tempo tem de almoço?
- 92) Qual sua função na colheita?
- 93) A que horas termina o turno?
- 94) A que horas o senhor chega em casa?
- 95) O que faz depois que chega em casa?
- 96) A que horas vai dormir?
- 97) Trabalha no fim de semana?
- 98) O que faz no fim de semana?

Remuneração

- 99) Quanto recebe por mês?
- 100) Quanto do salário gasta para comer?
- 101) Onde mora? Desde quando mora neste local?
- 102) A casa é sua?

103) Se não, quanto gasta por mês para morar?

Entre-safra

104) Onde trabalha quando acaba a safra da cana-de-açúcar?

105) Quando a safra termina, a usina costuma fazer algum tipo de acordo?

106) Se faz, que acordo é esse?

107) Possui algum emprego para o período da entre-safra?

108) Se possuir, o que faz?

109) Quanto recebe por mês?

110) Costuma ter sempre esse emprego para o período de entre-safra?

111) Nos últimos cinco anos quantos meses ficou desempregado na entre-safra?

112) Os filhos ou a mulher ajudam mais na entre-safra?

113) Em que trabalham?

Auxílio

114) Já recebeu alguma ajuda quando se encontrava desempregado (a)?

115) De quem?

116) Em que consistia essa ajuda?

117) Alguma instituição (sindicato, prefeituras, instituições de auxílio) propôs auxiliá-lo (a) a se encaminhar profissionalmente? Como?

118) O senhor (a) acredita que isso irá ajudá-lo (a) profissionalmente?

119) Como o senhor (a) acha que irá ser seu futuro?

Sindicato

120) O senhor (a) é sindicalizado(a)? Por quê? Desde quando?

121) O senhor (a) tem algum tipo de contato com o sindicato?

122) Já participou de reuniões do Sindicato dos Trabalhadores Rurais?

123) Vai sempre?

124) O que ouviu falar dos sindicatos?

Mecanização

- 125) Sabe se já está havendo uso de máquinas na colheita nesta região?
- 126) Em quantas usinas o senhor (a) acha que isso está acontecendo?
- 127) O que acontece com os trabalhadores quando a usina começa a usar máquinas?
- 128) O que o senhor (a) acha que vai acontecer com os trabalhadores com a entrada das máquinas?
- 129) O senhor (a) acredita que vai ser demitido?
- 130) Se ficar sem trabalho no corte da cana-de-açúcar, o que vai fazer para viver?
- 131) Já conversou com alguns companheiros sobre isso?
- 132) O que o sindicato fala sobre isso?
- 133) O que o sindicato está fazendo para tentar resolver esse problema?
- 134) Sabe se a prefeitura está fazendo alguma coisa para auxiliar o trabalhador?

Aspirações

- 135) Por quanto tempo ainda o senhor (a) acha que continuará a trabalhar na colheita da cana-de-açúcar? Por quê?
- 136) O que o senhor (a) acha que poderá dificultar arranjar emprego na cana-de-açúcar?
- 137) O senhor (a) gostaria de continuar a trabalhar sempre na cana-de-açúcar? Por quê?
- 138) Se pudesse escolher outro trabalho, faria a mesma coisa? Por quê?
- 139) O senhor (a) acha que tem possibilidade aqui na região?
- 140) O senhor (a) iria para outra região?

Migração

- 141) Se o senhor (a) for trabalhador migrante, há combinação da safra na sua região de origem com a da cana-de-açúcar aqui?
- 142) Vem sempre para a colheita da cana-de-açúcar e depende só deste dinheiro para se sustentar?

Roteiro de Questões para Entrevistas com Responsáveis pelas Organizações não-Governamentais

- 1) Qual o nome da instituição?
- 2) Quando foi fundada?
- 3) Quem são os responsáveis por ela?
- 4) O que motivou sua criação?
- 5) Quais são seus principais objetivos?
- 6) Quais suas principais realizações até o momento?
- 7) A instituição conta com outras colaborações?
- 8) O que está sendo feito por esta instituição no sentido de auxiliar o trabalhador rural que vem sofrendo o problema do desemprego gerado pela introdução das máquinas no plantio e no corte da cana-de-açúcar?
- 9) Qual o número de trabalhadores que esta instituição auxiliou até o ano passado?
- 10) Qual o número de trabalhadores que esta instituição auxilia?
- 11) Quais os critérios da instituição para selecionar os participantes do projeto desenvolvido por essa Organização?
- 12) O que o programa oferece ao trabalhador rural?
- 13) O trabalhador que participa do programa está conseguindo se inserir novamente no mercado de trabalho?
- 14) Onde estão trabalhando?
- 15) Desempenham que tipo de função?
- 16) Qual seu rendimento mensal?
- 17) O rendimento mensal desse trabalhador está sendo maior, menor ou igual ao que ele recebia no corte da cana-de-açúcar?
- 18) Existem outras alternativas para o trabalhador rural que não seja aderir a esses programas? Quais?
- 19) Os trabalhadores não participantes do projeto estão conseguindo encontrar formas alternativas de trabalho?
- 20) Estão trabalhando em quê?

- 21) O que mais poderia ser feito pelo trabalhador rural para ajudá-lo e encaminhá-lo profissionalmente?
- 22) De que modo isso poderia ser feito e de que maneira isto auxiliaria o trabalhador rural?
- 23) Esta instituição tem algum projeto em colaboração com outras Organizações não-Governamentais?
- 24) E com prefeituras?
- 25) E com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais?
- 26) Quais as perspectivas desta instituição para o futuro do trabalhador rural?